



35

Anos de Comunicação e Desafios





Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

35

Anos de Comunicação e Desafios

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
DA 6ª REGIÃO - CRP 06

SÃO PAULO

2016

1ª EDIÇÃO

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
35 Anos de Comunicação e Desafios.
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016.
132 p. : il. ; 32x22cm.

ISBN: 978-85-60405-45-9

1. Psicologia-Memória. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
I. Título

CDD 150

Ficha Catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo CRB8/8396

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
LINHA DO TEMPO 35 ANOS DE COMUNICAÇÃO E DESAFIOS	07
A SOCIEDADE BRASILEIRA E A PSICOLOGIA EM SÃO PAULO: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA	29
PLENÁRIOS 35 ANOS DE JORNAL DO CRP SP	123
CRÉDITOS	129

APRESENTAÇÃO

Reconhecer a história: uma exigência para seguir fazendo a história. Essa perspectiva tem sustentado, há muitos anos, o Projeto História e Memória da Psicologia do CRP SP. Revisitar a trajetória da ciência e da profissão é fundamental para identificar os desafios que se apresentam hoje para a Psicologia e para definir estratégias de ação a fim de projetar seus novos rumos. Ao fazermos essas análises, estamos sempre olhando também para a sociedade, para o campo em que nossos saberes e fazeres se inserem. Campo que contextualiza nossa prática, que oferta possibilidades, que demanda respostas.

Com esse compromisso, o CRP SP, no ano em que o jornal da entidade completa 35 anos, entrega esse catálogo para a categoria. Ele sintetiza 35 anos de comunicação do Conselho. Comunicação por meio da qual foi se desenhando também um projeto de profissão. As matérias produzidas revelam temáticas de interesse da Psicologia a cada momento, espaços de inserção profissional, perspectivas de enfrentamento dos desafios presentes em cada tempo. Revelam o modo como o CRP SP produziu referências para a profissão e marcou seu espaço na sociedade.

O catálogo constitui um importante material de referência sobre o papel do CRP SP na história da profissão no estado de São Paulo. As ideias, projetos e diretrizes comunicadas são fragmentos de um longo caminho que seguimos percorrendo, na direção de uma Psicologia comprometida com as necessidades que a cada momento se apresentam para a vida digna do nosso povo, finalidade última e sentido ético de nosso fazer profissional.

XIV Plenário do CRP SP
Gestão 2013-2016

Linha do tempo **35 anos de comunicação e desafios**

Em respeito à história e memória da Psicologia no estado de São Paulo, em 2016 o CRP SP disponibilizou para as/os psicólogas/os e a sociedade todas as edições do seu Jornal em seu site. Aqui estão apresentadas, no formato de linha de tempo, as capas de cada uma delas. Mas é possível consultar seu conteúdo na íntegra pelo endereço www.crpsp.org/site/jornal.php. Entendemos que essa passa a ser uma importante fonte de pesquisa sobre a Psicologia paulista, que pode subsidiar diferentes análises das pessoas interessadas e implicadas, direta ou indiretamente, com a história da profissão. São, até esse momento, 187 números. Antes do jornal, o CRP SP publicou um Boletim. Em 1981 foi criado o "Jornal do CRP", publicado regularmente com esse título até 1999, número 116. A partir do número 117, passou a denominar-se "Jornal PSI".

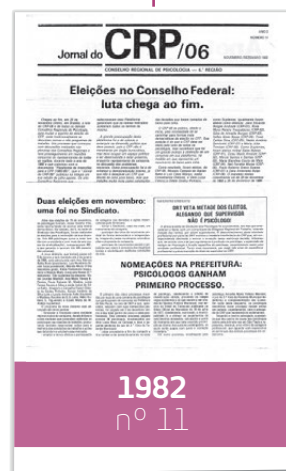
A pesquisa a esse material, na íntegra, também pode ser feita fisicamente, por meio do Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

O CRP SP homenageia, com essa ação, todas/os aquelas/es que empreenderam esforços e se dedicaram para fazer chegar às/aos psicólogas/os do estado a perspectiva da entidade em relação à profissão, constituindo-se como importante fonte de orientação à categoria, uma das principais funções do Conselho para a garantia da qualidade dos serviços em Psicologia prestados à população. Torná-los públicos expressa, assim, compromisso com a ampliação da presença da Psicologia na sociedade, por meio da universalização do acesso às suas referências, diretrizes éticas e ao projeto da profissão.

Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios





Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios

1984
n° 28

1984
n° 30

1985
Edição 32

1985
n° 34

1985
Edição 36

1984
n° 29

1985
n° 31

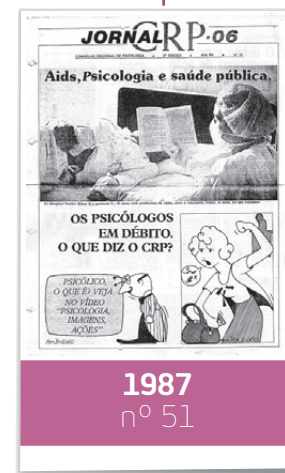
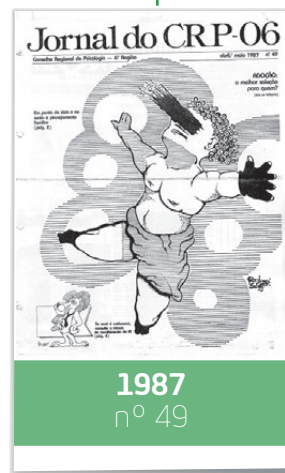
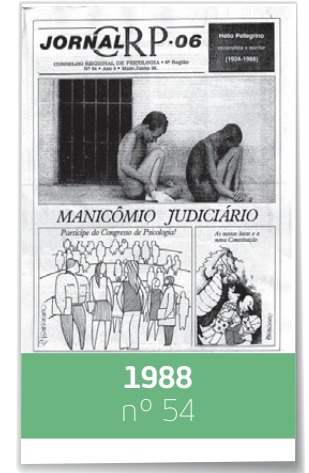
1985
n° 33

1985
n° 35

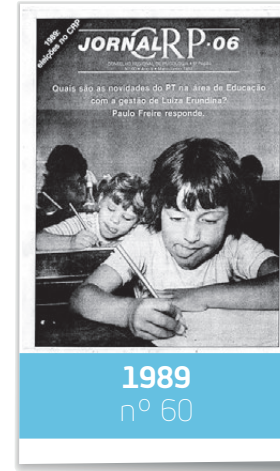
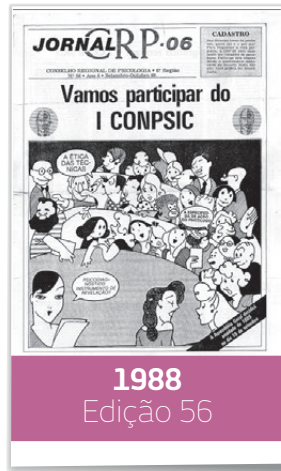
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios

1990
nº 64

1990
Edição 66

1990
Edição 68

1991
nº 70

1991
Edição 72

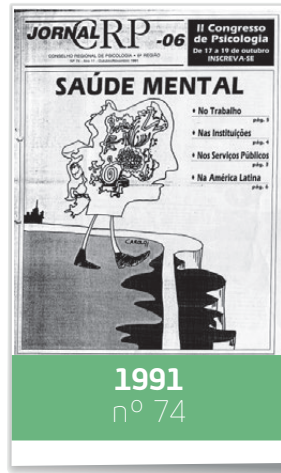
1990
nº 65

1990
nº 67

1991
nº 69

1991
nº 71

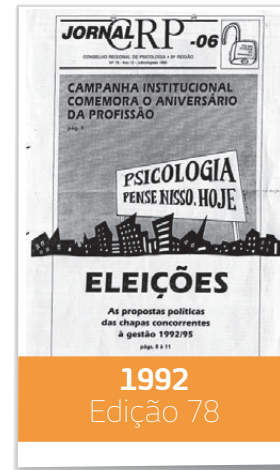
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



1991
n° 74



1992
Edição 76



1992
Edição 78



1993
n° 80



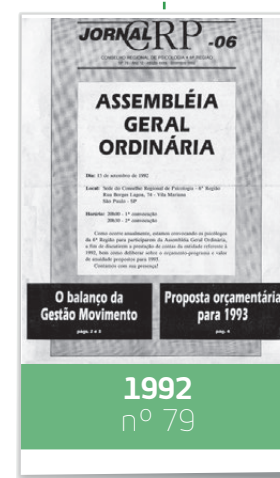
1991
n° 73



1992
n° 75



1992
n° 77

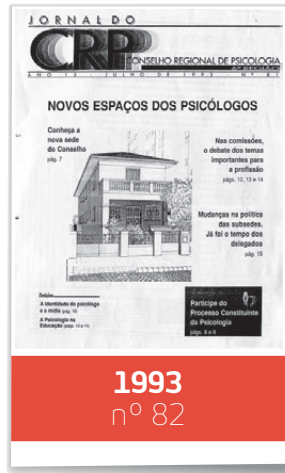


1992
n° 79



1993
n° 81

Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



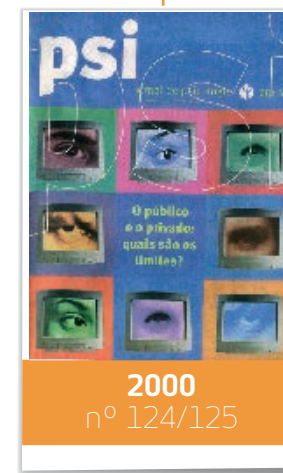
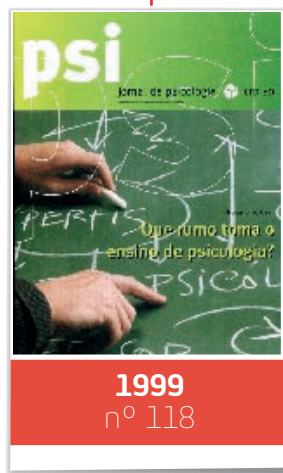
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



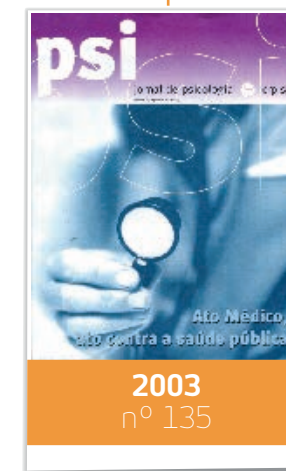
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



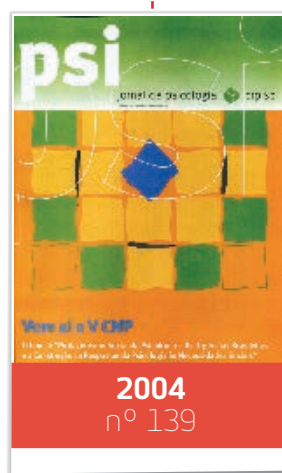
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



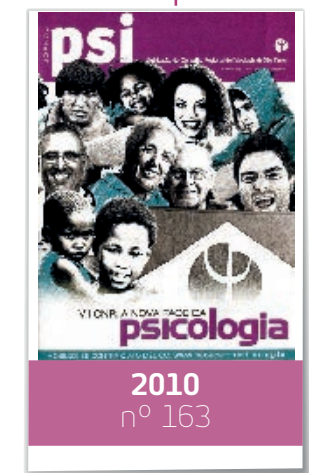
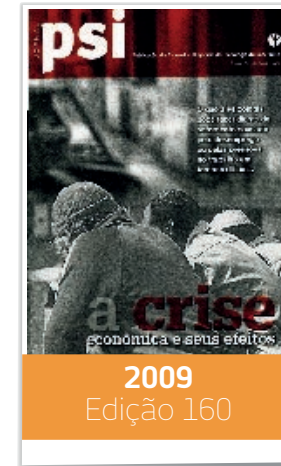
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



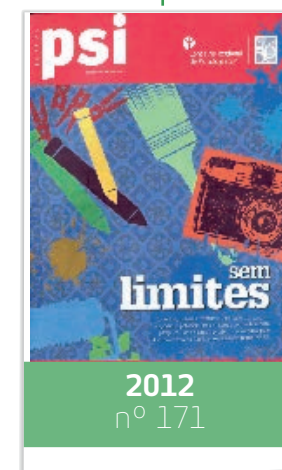
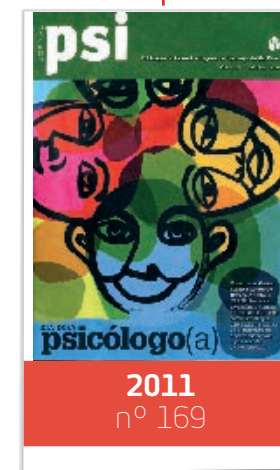
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



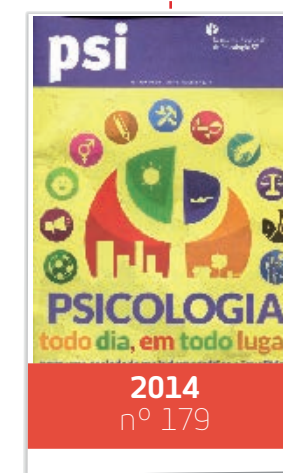
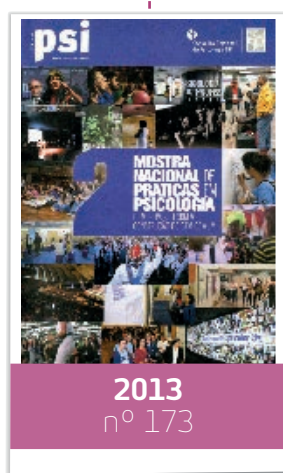
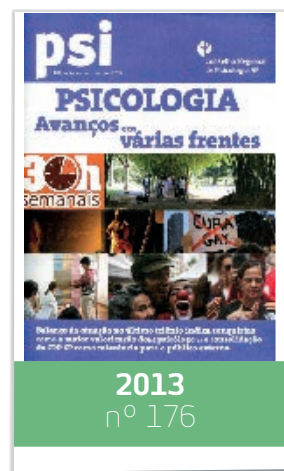
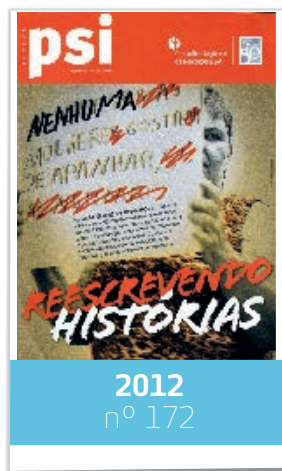
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



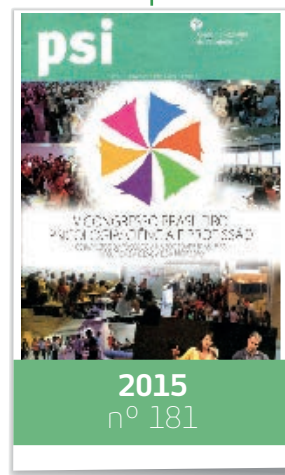
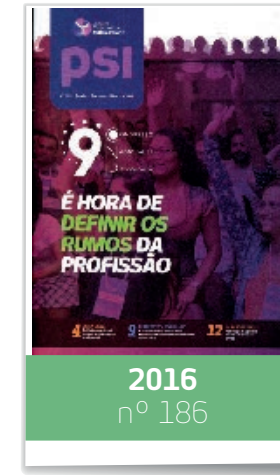
Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



Linha do tempo 35 anos de comunicação e desafios



A sociedade brasileira e a Psicologia em São Paulo: fragmentos de uma história

Uma profissão em permanente diálogo com o seu tempo, comprometida e implicada, a cada momento, com o avanço de políticas públicas de garantia de direitos e da cidadania plena para todos. Talvez seja essa a grande fotografia desses 35 anos de comunicação do CRP SP por meio do seu jornal.

Escolhemos apresentar um pouco dessa trajetória por meio de fragmentos, nos quais revelam-se elementos do momento histórico e preocupações do CRP SP para com a Psicologia. Aglutinando pequenos períodos, procuramos situar fatos e acontecimentos que caracterizam as configurações da sociedade brasileira em cada tempo e neles identificar os movimentos, produções e provocações da Psicologia no estado, a partir de algumas matérias selecionadas dos jornais do CRP SP. Essas matérias são, em sua maioria, apresentadas em recortes, mas todo seu conteúdo pode ser lido na íntegra por meio da consulta às edições completas dos jornais em nosso site.

Há muitos modos possíveis de olhar a história. Escolher apresentá-la por meio da intrínseca relação entre as condições de cada período e as produções da Psicologia como parte constitutiva dessa realidade é uma expressão de um projeto para a profissão. Um projeto que a reconhece como construtora da sociedade em que se insere, ao mesmo tempo em que constituída por ela. Um projeto, portanto, que a reconhece como posicionada e que legitima, nos princípios éticos pactuados pela categoria a cada momento, o horizonte para o qual aponta os caminhos, as posturas e os fundamentos da prática profissional em Psicologia.

The background is a dense collage of various social and political terms in Portuguese, such as 'Democracia', 'RACISMO', 'SAUDE MENTAL', 'Direitos Humanos', 'Políticas públicas', 'Indígenas', and 'GBT'. The text is rendered in different colors and orientations, creating a complex, layered visual effect.

1981

1982

1983



1981

Lula e outros sindicalistas são condenados a prisão

1983

Criação da CUT



1982

Realizadas as primeiras eleições diretas no Brasil, após o golpe militar



Acontecimentos

Editorial

Pretendemos apresentar, aqui, a linha básica de trabalho que propomos para o CRP-06.

Este é o primeiro contato que a chapa eleita para este Conselho tem com os psicólogos da 6ª Região, através deste jornal.

Vivemos um momento político onde setores representativos da sociedade civil começam, graças ao resultado de grandes lutas, a promover uma ampliação do seu espaço político. E é a partir desse contexto que precisamos a direção que pretendemos imprimir ao Conselho: vale dizer, uma participação política. Isto não significa, evidentemente, vincular o Conselho à esfera político-partidária. Significa recuperar o sentido etimológico de político, ou seja, a possibilidade de poder estabelecer junto com os psicólogos um ponto de vista crítico-racional sobre a coletividade; o direito de poder se opor, de poder questionar as condições nas quais somos chamados a intervir; em suma, o direito de poder participar nas decisões que nos afetam.

Mas, para obtermos essa participação política, é preciso estabelecer uma solidariedade concreta entre os psicólogos. Sem essa solidariedade somos impotentes, incapazes de resolver os problemas que nos afligem.

A existência do Conselho não garante, por si só, essa solidariedade: o Conselho envolve, apenas, uma aglutinação formal e, nesse sentido, ele é um órgão burocrático, imobilizador e imobilizante. Se ele se restringe a essa prática, permanece no controle de poucos e transforma-se, mesmo contra sua vontade, num órgão totalitário.

A existência de uma solidariedade concreta e permanente criará con-

dições para que possamos vencer as agressões existentes contra o presente Código de Ética, as condições inadequadas de exercício profissional, as utilizações indevidas da Psicologia, projetos tipo Julianelli, etc.

Como tornar viável essa solidariedade?

Transformando o Conselho em um órgão onde não há a imposição de uma vontade sobre as outras, criando condições para que todos os psicólogos unam suas forças, partilhem o seu trabalho e tomem as medidas adequadas para a realização das tarefas que forem surgindo. Desta forma, o Conselho refletirá da maneira mais fiel possível a influência de todos os pontos de vista presentes entre os psicólogos.

É evidente que estaremos partilhando o poder que emana do Conselho. Mas com isso estaremos permitindo e possibilitando aos psicólogos que tomam decisões, que influam sobre aquilo que afeta direta ou indiretamente a sua existência profissional.

Desejamos que o psicólogo se torne um dos agentes de transformação no processo social e, nesse sentido, é imprescindível que ele esteja atento à realidade brasileira, para orientar a sua prática no interesse daqueles que dela necessitam.

Estaremos plenamente recom-pensados no momento em que os psicólogos unidos orientarem todas as suas condutas na direção que proporcionar uma melhor atuação profissional da categoria — que, neste momento, deixará de ser uma abstração para se tornar concreta — a partir de uma prática coletiva e cotidiana, voltada para as necessidades da maioria da população brasileira.

A festa é continuar a luta

Casa lotada em São Paulo (auditório do Sedes Sapientiae), manifestações em Bauru, reuniões em Campo Grande (MS), Lorena, Santos, debates nas faculdades. Estes foram os acontecimentos que marcaram 27 de agosto, o Dia Nacional do Psicólogo, dezoito anos depois da regulamentação da profissão, na 6ª Região (São Paulo e Mato Grosso).

Mas este ano, a passagem de mais um aniversário do psicólogo profissional precisava ser comemorada de um jeito diferente. Afinal, a situação em que se encontra a categoria não é exatamente festiva, considerando sobretudo o nível de desemprego no setor, baixos salários, um mercado de trabalho estreito. Então, a preocupação do CRP-06 foi justamente convidar os psicólogos para refletir sobre sua própria situação, bem como pensar nos caminhos para mudá-la.

À noite do dia 27, ocuparam a mesa do auditório do Sedes Sapientiae Madre Cristina Sodré Dória (diretora do Sedes), o economista José Serra (professor de Unicamp), os psicólogos Luís Otávio de Selgas Quelroz (conselheiro-presidente do CRP-06), Odette de Godoy Pinheiro (presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo) e Maria Inês Siqueira (representante de São Paulo no Conselho Federal de Psicologia).

Madre Cristina abriu a sessão: "estamos aqui para debater alguns aspectos de nossa atividade profissional. Um deles: a impossibilidade de o verdadeiro psicólogo assumir sua profissão preocupado com sua conta bancária".

Segundo a Madre, a única opção do psicólogo é o trabalho consciente. Isto, porém, não é fácil: "temos um grande obstáculo — nossa economia capitalista — que dificulta ou impede a prática de uma Psicologia a serviço da população".

E tendo em vista o desempenho mesmo de sua profissão que o psicólogo, segundo a diretora do Sedes, deve estar comprometido com as transformações sociais. Para Madre Cristina são duas as frentes de atuação do psicólogo: forçar o mercado de trabalho, abrir creches, aproveitar os espaços existentes, organizar-se junto aos seus órgãos de representação; e organizar-se politicamente, aí já não só como psicólogo, mas como povo brasileiro, para assumir "a verdadeira e grande revolução por uma sociedade mais justa, mais socializada".

"Este dia do psicólogo é um dia de convocação para a luta", disse Madre Cristina.

Onde está a saída?

O economista José Serra tinha como tema "A crise econômica e o desemprego" e suas primeiras

palavras não foram nada auspiciosas: o País encontra-se em sua crise econômica mais séria desde os anos 30. Suas principais características são uma inflação sem precedentes, o declínio do crescimento econômico, o aumento do desemprego na indústria.

Este ano, disse ele, a produção se situará no mesmo nível de 1980, o que significa a estagnação da economia. Paralelamente, a população continua a crescer e não param de chegar novos contingentes ao mercado de trabalho. Só que não há emprego: entre junho de 1980 e julho de 1981 ele diminuiu 10% na indústria.

As dificuldades por que passa a economia brasileira "se devem à orientação da política econômica governamental, na qual o desemprego é objetivo deliberado, mesmo que não declarado. Se essa política não mudar, nada melhorará. Amanhã, teremos saudades de hoje", afirmou Serra.

As principais justificativas para a política econômica praticada centram-se no desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. O governo diz que o Brasil tem que crescer menos para pagar as importações. Diz ainda, quanto à alta dos preços, que quanto mais gente desempregada, menos gente para comprar, o que resultaria na queda da inflação.

"Acontece", pondera o economista, "que o argumento segundo o qual os preços sobem porque existem mais compradores do que produtos é falso". De fato, um contrasenso quando se sabe que quanto mais compradores, maior poderá ser a produção e menor o seu custo.

Mas haveria uma política econômica alternativa? "Sim", responde José Serra. E explica. O peso da dívida externa é eminentemente financeiro e o país poderia perfeitamente decidir não pagar a amortização, mas só os juros, ou seja, renegociá-la. Quanto ao crescimento econômico, ele é possível sem o aumento desmesurado das importações, as quais poderiam ser limitadas seletivamente. Entretanto, os banqueiros internacionais são contrários a essas medidas. "Mas então por que não exercer o poder de barganha nacional? Ora, o atual governo não tem condições para isso porque lhe falta uma forte sustentação social. Assim, ao contrário do que se diz, a democracia é uma pré-condição para sair da crise", concluiu.

Os psicólogos

Ficou com o CRP-06 e o Sindicato a tarefa de assinar a importância da participação dos psicólogos em suas entidades de classe, participação esta que possibilitou o engajamento do projeto Julianelli, o ano passado; a suspensão de demissões de

(Continua na pág. 2)

Justiça e Paz faz dossiê sobre Direitos Humanos

A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo está fazendo um levantamento da situação dos Direitos Humanos no Brasil, que tem por objetivo fornecer às várias entidades um documento que sirva de base para uma ampla discussão, com vistas ao 35.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ser comemorado no ano de 1983.

Sugestões e eventuais subsídios poderão ser enviados para a Consulta Nacional de Direitos Humanos no Brasil, à rua Monte Alegre, 977, Perdizes, CEP 05014, São Paulo ou ainda através do telefone 65-7715.

EDITORIAL

Nenhum avanço, nenhum benefício.

Se é verdade que a lei não deve preceder o fato social mas, ao contrário, nele buscar sua inspiração, parece que alguns legisladores tendem a extrapolar os limites próprios da dinâmica social, caindo num referencial a histórico — acima do povo e da vida. Assim, laboram em erro de princípios. O vai-vém entre a prática e a teoria, indispensável, a nosso ver, para o desenvolvimento da Legislação Social, faz parte, muitas vezes, do discurso desses mesmos legisladores, mas não de sua prática concreta; ora privilegiam a teoria, ora a prática, como se fosse possível torná-las pólos mutuamente excluídos.

Por razões múltiplas que não cabe aqui analisar, os psicólogos têm sido surpreendidos, vez ou outra, por projetos de lei daquela natureza: não refletem uma necessidade, nada aprimoram e a ninguém beneficiam, nem mesmo aqueles que aparentemente procuram beneficiar; ao contrário, geram conflitos, tensões, incertezas e, o que é pior, se antagonizam com a evolução da história. Não se incluem nesta categoria, evidentemente, aqueles projetos de lei que simplesmente procuram proteger ou ampliar os privilégios de uma classe dominante; nestes, os beneficiários têm endereço certo. O que nos preocupa neste momento são aqueles projetos que subvertem direitos de fato e de lei — já conquistados pelos psicólogos brasileiros com muitas lutas e reconhecimento social.

Dentro dessa conjuntura, o CRP-06, os CRP das demais regiões do Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, o Sindicato, as Associações de Classe, enfim, a categoria dos psicólogos, desejam manifestar publicamente seu repúdio pelo Projeto de lei n.º 32/82 que tramita no Senado da República — porque a ele se incorporam todos os vícios já mencionados. Além do mais, em nada contribui para o avanço da Legislação Social, nenhum benefício

oferece à sociedade civil, representa um anacronismo e simboliza um reacionarismo político.

O Projeto de lei n.º 32/82 modifica uma lei de 1965, que regulamenta a profissão de Técnico de Administração; se aprovado, a lei sancionada determinará a exclusividade do Administrador no exercício profissional de uma série de cargos, funções e atribuições, em todas as organizações públicas e privadas. Concretamente, isso significa que tais atividades, ao se tornarem privativas do Administrador, levarão à exclusão dos Psicólogos (e de profissionais como o engenheiro, o pedagogo, o economista e outros) de uma significativa parcela do mercado de trabalho tradicionalmente existente nas empresas. Além de tudo, o Projeto de lei n.º 32/82 interfere na gerência dos recursos humanos, subtraindo a autonomia das organizações e solapando as prerrogativas de gestão sobre cargos de chefia que sempre coube às empresas.

Examinando o projeto, é fácil concluir sobre sua inadequação, sobretudo na questão da privatização de atividades que nunca foram privativas do Técnico de Administração. O espírito corporativista, compartimentalizador dos vários segmentos profissionais, insinua-se com clareza — revelando seu caráter retrógrado e incompatível com as aspirações e necessidades sociais.

A mobilização dos Psicólogos e de todas as categorias envolvidas, inclusive a dos Técnicos de Administração (certamente esclarecida sobre os desdobramentos nocivos que o Projeto de lei representa), é tarefa primordial e imediata. Trata-se de uma luta por nossos direitos profissionais, mas também por uma Democracia que todos pretendamos construir — isenta de privilégios, que não atendem às reais necessidades da população.

EDUCAÇÃO:

proposta a criação de equipes multidisciplinares

Um documento, propondo a formação de equipes multidisciplinares, integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, para atuação na rede de ensino, será apresentado no II Congresso de Educação, a ser realizado em São Paulo, nos dias 6 a 8 de outubro próximo.

A iniciativa partiu de várias entidades - APASSP, AOESP, UDEMO, APEEM, CRAS, Sindicato dos Psicólogos e Conselho Regional de Psicologia - que, após uma definição preliminar de procedimentos, iniciaram a discussão do assunto com as categorias envolvidas (os psicólogos interessados reuniram-se no Instituto Sedes Sapientiae, no dia 24 de setembro último, para esse fim), culminando com a apresentação da proposta no II Congresso, com o objetivo final de vê-la aprovada e implantada.

Antes, várias tentativas haviam sido feitas visando a uma participação efetiva dos especialistas em Educação na rede de ensino público, sem sucesso. As grandes campanhas para aprovação de projetos de lei que autorizavam o Executivo a criar serviços na rede de ensino, como os de Assistência Social e Psicologia, viram seus esforços malogrados. Mesmos os Orientadores Educacionais, que têm presença assegurada nas escolas por força de lei, até hoje lutam pela implantação efetiva dos seus serviços nas escolas públicas.

Ao prepararem esta proposta alternativa de atuação, os especialistas em educação levaram em conta as lições do passado. As tentativas isoladas das categorias em conseguir mercado de trabalho na Educação eram fundamentadas em posições corporativistas, não levando em conta as questões mais amplas como política educacional e seus efeitos concretos na realidade escolar. Eram movimentos isolados que não conseguiam vencer os setores conservadores, sem interesse na melhoria do padrão da escola pública, e com

isso provocavam um saldo político negativo para as próprias categorias e suas entidades. O II Congresso de Educação revelou-se como a grande possibilidade concreta para discussão e obtenção de uma posição comum.

A proposta elaborada pelos psicólogos e demais especialistas em educação baseou-se em algumas constatações. Uma delas: torna-se cada vez mais difícil predefinir as funções privativas dos profissionais específicos da área de Educação. A proposta teria que valorizar os pontos comuns e, ao mesmo tempo, respeitar as peculiaridades de cada setor profissional, para que a caracterização surgisse da prática conjunta e não de definições impostas.

Da mesma forma que a Saúde não é problema só do médico, também a educação não é uma questão privativa somente de um setor profissional. A ação conjunta de diversos especialistas visa tornar a população atendida a maior beneficiária. A luta pela ampliação do mercado de trabalho está subordinada ao compromisso com a luta pela melhoria do nível de Educação para a população.

A vitória política de setores de oposição parece facilitar a revisão de todo o processo educacional, como já ocorre nas áreas de Saúde e judiciária. Concretamente, a proposta prevê a formação de equipes multidisciplinares com objetivos definidos a partir das necessidades das unidades educacionais, permitindo que, através do trabalho prático, as equipes criem o seu "know-how". O plano ideal de implantação é o de uma equipe multidisciplinar por escola, num custo bem inferior ao que o Estado despense, forçadamente, com o fracasso escolar. Ou, numa primeira fase, a implantação das equipes multidisciplinares por número de escolas ou número de alunos, desde que seus objetivos possam ser efetivamente realizados.



1984
Diretas Já

1985
Morte de Tancredo Neves



Acontecimentos

Psicólogos pelas diretas

O autoritarismo que atinge toda a sociedade, reproduzindo-se em todos os níveis e intoxicando todas as suas entidades, acabou abortando na maior luta social desta País nos últimos 20 anos.

Psicólogos, sofremos como os demais os efeitos dessa doença social que, além de nos atingir como a qualquer outro cidadão (má administração, impostos etc.), provoca reflexos na própria organização da nossa categoria.

Nossos dois principais órgãos de representação, Sindicato e Conselho, encontram-se de uma forma ou de outra atrelados ao Ministério do Trabalho, embora sejam mantidos exclusivamente com recursos da categoria. É bem conhecida a permanente ameaça do Governo em intervir nas entidades sindicais toda vez que provocam incômodo real. E, no que diz respeito aos Conselhos, seu funcionamento é todo regulado por uma legislação que tende a torná-lo um braço fiscalizador e repressivo da categoria. Um órgão burocrático, fiscalizador, mantido com recursos da categoria, cujas verbas são controladas pelo Ministério do Trabalho.

Exemplo mais recente da interferência governamental no Conselho é a Lei n.º 6.994, contra a qual nos temos posicionado e organizado.

Não há, portanto,

por que ficarmos alheios a essa luta comum pelas eleições diretas. Ela é nossa também, porque é uma bandeira de luta contra o arbítrio e contra o autoritarismo cujas

consequências também sofremos.

Esta gestão, Palavra Aberta, que se elegeu pelo voto direto, acredita estar expressando o pensamento

da categoria ao manifestar publicamente seu compromisso com a luta pelo retorno às eleições diretas no Brasil. Sente-se integrada ao conjunto da sociedade civil que se

identifica como democrata, independentemente de classe, categoria, cor, religião e ideologia.

Nós também queremos eleições diretas, já.



Ameaça às liberdades democráticas: a posição do CRP-06

O Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região, ao participar de Ato Público em defesa das liberdades democráticas, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 31 de outubro último, divulgou o seguinte comunicado:

Diante dos últimos atos federais de restrição política e policial à expressão, pensamento e organização social, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vem publicamente manifestar-se no sentido de condená-los.

Julgamos, enquanto entidade de classe profissional, que estão sendo concretamente ameaçados os princípios de democracia alardeados e nível de discurso.

Isto nos preocupa sobremaneira, na medida em que os psicólogos, como profissionais que prestam serviços à população e enquanto cidadãos, acabam por se ressentir desse tipo de contenção. Solidarizamo-nos, portanto, com outras entidades e setores da população neste Ato Público em defesa das liberdades democráticas.

Marlene Guirado
Conselheira-Presidente

Um momento da nova história: equipes recebem treinamento.

Os 68 novos profissionais de Saúde Mental — psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais — admitidos para complementação das equipes já atuantes ou para implantação do subprograma de Saúde Mental, teve sua recepção nos Centros de Saúde iniciada com uma semana de treinamento e reciclagem, realizada de 1 a 5 de outubro último, onde se abordaram temas como a política de Saúde Mental para o Estado de São Paulo; a estrutura da Secretaria da Saúde; as características das regiões da Grande S. Paulo; a caracterização da unidade



Saúde Pública, pelo menos na Grande S. Paulo. Urge que este espaço se amplie para o interior do Estado.

O CRP-06, que defende e apóia essa mudança da Saúde Mental na Saúde Pública, deseja aos psicólogos, bem como aos demais profissionais, o melhor desempenho técnico-profissional e, através dele, o reconhecimento daqueles que se beneficiarão desse atendimento.

Por outro lado, o Conselho Regional de Psicologia está e continuará empenhando esforços para que melhores condições de trabalho sejam garantidas a

esses profissionais, tais como criação definitiva e imediata do cargo de psicólogo; reconhecimento pelo Governo de que todos os que passaram por Processo Seletivo sejam considerados concursados; implantação imediata no interior do Estado da Equipe de Saúde Mental em Centro de Saúde; definição e aprovação de um Quadro de Carreira aos profissionais de Saúde Pública, eliminando as discriminações entre as categorias, como as que existem atualmente, cujos efeitos são perniciosos ao clima da equipe.

Ética e publicidade profissional

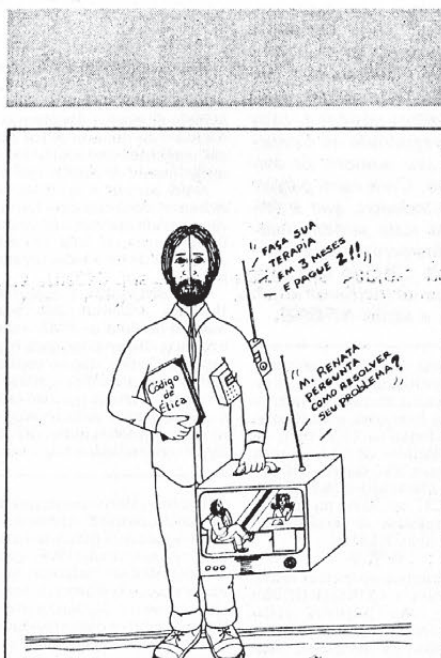
Na medida em que se amplia de forma acentuada, a cada ano, o número de psicólogos e concomitantemente se ampliam, obviamente não em iguais proporções, as possibilidades do campo de trabalho para a psicologia, estabelecendo novos limites para um mercado de trabalho, muitas vezes ainda desconhecido (da própria comunidade), o psicólogo se defronta com a necessidade de se fazer conhecer e igualmente de fazer conhecer a prestação possível de serviços da psicologia (à própria comunidade).

Assim, descobrir estratégias que o auxiliem a se introduzir e a se manter no mercado de trabalho se constitui, neste contexto, uma nova tarefa para o psicólogo. É claro que tal divulgação ocorre e tem ocorrido através de diferentes formas. Tradicionalmente, em nossa categoria, muitas vezes tais formas se constituem e se caracterizam por contatos informais e não sistematizados que se efetivam espontaneamente para aqueles que já possuem algum tempo de atuação e/ou trabalhos já realizados e difundidos.

No entanto, cada vez mais tais práticas de divulgação tornam-se menos eficazes para a maioria dos psicólogos e é sem surpresa que vemos cada vez mais a utilização crescente pelos psicólogos dos meios de comunicação de massa para a divulgação dos seus serviços para o grande público.

Agora, se por um lado consideramos extremamente lícito a utilização dos meios de comunicação para a divulgação, por outro lado, juntamente com um grande número de psicólogos, indagamos sobre a forma de como tais divulgações devam ocorrer. É certo que este questionamento se justifica não somente por uma preocupação do quanto é adequada ou não a propaganda efetuada por um referido psicólogo, mas sim e principalmente o quanto a prestação de serviços anunciada em nome da psicologia à comunidade pode ser considerada adequada.

Numa tentativa de responder a esse questionamento, podemos em primeiro lugar nos referir ao atual Código de Ética que em seus



Acrescentando-se, numa tentativa de maior compreensão dos artigos já referidos, podemos ainda apontar a Resolução nº 001/82 do Conselho Federal de Psicologia, que cria normas para a publicidade profissional do psicólogo e dá outras providências. Esta resolução, já divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia em 03/12/82 pelo livro Legislação nº 4-1982, estabelece em seus artigos a necessidade de que em todo anúncio conste o número de inscrição no Conselho Regional de Psicologia em que o psicólogo em questão esteja jurisdicionado, que os elementos contidos no anúncio deverão se conformar aos preceitos e espíritos do Código de Ética e das Leis 4.119/62, 5766/71 e seus respectivos Decretos, que nos anúncios deverão constar somente a denominação psicólogo e as áreas de atividades estabelecidas em lei e em resolução do Conselho Federal de Psicologia e ainda que tal resolução aplica-se a anúncios de quaisquer entidades onde o psicólogo desempenhe, a qualquer título, suas atividades profissionais.*

No entanto, sentindo ainda a necessidade de um maior aprofundamento desta questão, a Comissão de Ética, através de várias discussões com outros profissionais a nível deste Conselho, sistematizou uma série de itens, que deverão ser considerados quando da análise de propagandas feitas por psicólogos. São eles:

01. Previsões taxativas de resultados (garantias de curas).
02. Se o proposto é previsto nas técnicas psicológicas.
03. Se o proposto é previsto nas funções do psicólogo.
04. Se o resultado proposto é possível tecnicamente.
05. Exploração econômica — concorrência desleal.
06. Autopromocional para o psicólogo em detrimento de outros profissionais.
07. Se há respeito por outras áreas.
08. Se há invasão de outras áreas.
09. Se o meio utilizado é adequado.
10. Sensacionalismo na redação — fere sentimento da população.

Encontro Nacional dos Conselhos de Saúde: psicólogos presentes!



Os Conselhos regionais de Saúde de quase todo o País estiveram reunidos em Fortaleza, de 30 de maio a 1º de junho, para discutirem questões da saúde nos seus mais diversos âmbitos. Os Conselhos Regionais de Psicologia presentes ao Encontro formularam sugestões bastante significativas para a elaboração de um programa que estimule a formação e o trabalho da Equipe Multiprofissional em todos os serviços de saúde.

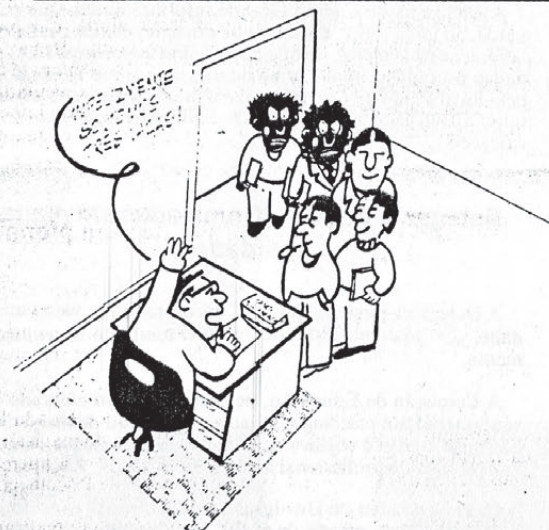
Carta de Fortaleza

Após as sugestões específicas dos Conselhos Regionais, houve uma segunda reunião, onde representantes de cada Conselho debateram as mesmas e formularam, em conjunto, alguns tópicos para a Carta de Fortaleza, a qual até o presente momento não chegou às nossas mãos. Entre esses tópicos, aprovados pelo Plenário, destacamos os seguintes:

* Fiscalização

Por julgarmos que há necessidade de atualizar a legislação sanitária existente para uma perfeita fiscalização das instituições de saúde pelas autoridades competentes, propomos que sejam promovidos trabalhos conjuntos com os órgãos fiscalizadores Federais, Estaduais e Municipais para uma ação integrada. No caso de

PSICÓLOGO: PROFISSIONAL IMPORTANTE NA QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL



dade brasileira que sofre as influências dos meios de comunicação de massa.

"Qual é o trabalho de um psicólogo de recursos humanos?", pergunta. A resposta, definida como óbvia, é dada imediatamente por ela mesma: "Procurar o melhor candidato para cada vaga e fica difícil entre candidatos negros e brancos ver o negro como melhor. Isto porque o item boa aparência é considerado pré-requisito em qualquer empresa e o modelo para cargos que enfatizam este item continua sendo o europeu, mesmo que estudos e mais estudos revelem que o modelo brasileiro nada tem do europeu. Ao contrário, nosso modelo é o pardo."

Para minimizar os problemas com os quais o negro se defronta, mais especificamente a nível de recursos humanos, Maria Aparecida diz que o primeiro trabalho do Conselho da Comunidade Negra é o de conscientização do pessoal da área.

"Trabalhar com os problemas específicos da comunidade negra é trabalhar com os problemas, de 44% da população brasileira".

A constatação é de Maria Aparecida Silva Bento Teixeira, psicóloga da Cesp, comissionada à Secretaria



O trabalho dessas psicólogas envolve a sutileza do preconceito que gera, por sua vez, a dicotomia do próprio negro. E Maria Aparecida explica como se desenvolve esta situação: "A sociedade afirma que as oportunidades são iguais para todos, e o negro se per-

1986

1987

1988

1989



1986

8ª Conferência Nacional da Saúde surge como um marco no SUS

1989

Fernando Collor de Mello é eleito presidente da país



42



1988

É promulgada a nova Constituição brasileira, chamada de Constituição Cidadã

Acontecimentos

8ª Conferência: Saúde como um direito de todos

“**A** saúde é um direito de todos, não um privilégio de poucos”. “Por uma política democrática de saúde”. Estes foram alguns dos slogans que apareceram durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, de 17 a 21 de março último.

As Conferências Nacionais de Saúde são convocadas por Decreto do presidente da República e deveriam ser realizadas de dois em dois anos. Entretanto, a 7ª Conferência aconteceu cinco anos atrás e todas



EDITORIAL

O psicólogo, a saúde pública e a política de saúde

Articular esses três temas transcende este espaço do nosso jornal, porém tal tentativa, ainda que limitada, permite pensar que essa articulação impõe pressupostos à prática do psicólogo na rede pública de saúde: sua competência profissional-técnica, seu exercício de cidadania e sua participação na política de saúde.

O primeiro deles exige que, para a atuação profissional nesse lugar, a sua competência técnica ultrapasse o modelo clínico do consultório particular e conduza a novas formas de atendimento psicológico à população, quer na direção da cura, quer na direção da prevenção, quer em outra direção do sofrimento psíquico. Entretanto, tal competência isolada ou em si mesma não é suficiente para o desempenho profissional do psicólogo no serviço público de saúde.

O exercício de sua cidadania, como segundo pressuposto, deve garantir que o psicólogo, enquanto funcionário público, tenha acesso a todas as informações que digam respeito ao funcionalismo do setor saúde, desde as oriundas de Associação de Funcionários, até as emanadas do Governo, seja este Municipal, Estadual ou Federal. Tais informações abrangem direitos e deveres, os quais passam pela atualização e conhecimento do seu estatuto, seu organograma, seu horário de trabalho, etc.

atuação técnica, a tal ponto de negar que ela só é permitida a partir de uma determinada política de saúde? Assim sendo, será que se pode obter competência técnica totalmente independente da cidadania?

Ao ingressar na rede pública de saúde, o psicólogo, bem como os demais profissionais da área, deve e tem o direito de conhecer as regras do jogo. Sim, porque, ainda o que se faz, infelizmente, é uma política com a saúde, através da qual, a cada mudança de governo, vislumbra-se temeridades: interrupção dos programas desenvolvidos, dispensa de funcionários, remanejamento de pessoal, etc. Nessa hora, os profissionais da saúde e a população sequer são consultados, o que leva a concluir que outros interesses com a saúde impedem ao governo tal procedimento de exclusão, mesmo que este traga prejuízo à população, ameaçando a continuidade dos serviços a ela prestados.

Assim, ao conhecer toda a realidade dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado, o psicólogo e os demais profissionais da área devem ter princípios e posições que garantam seu trabalho e o atendimento à população.

Ao falar do terceiro pressuposto, a participação do psicólogo na política de saúde, este Conselho tem de

diato, enquanto as demais devem aguardar a oportunidade orçamentária... Reconhecer que a questão da saúde não é mais sinônimo de atendimento médico requer coragem e coerência para garantir a isonomia salarial de todo e qualquer técnico do setor saúde.

3) Carga horária e Carreira Multiprofissional — a carga horária e a oportunidade de carreira devem ser iguais a todos os profissionais da saúde. Uma categoria pode escolher se quer dedicar ao serviço público, 4, 6 ou 8 horas, enquanto as demais só podem aceitar 8 horas. As diferentes jornadas de trabalho não podem ser privilégio de apenas um profissional, pois se elas são determinadas, por exemplo, pelo critério da insalubridade, esta não pode ser diferente em decorrência da formação profissional do trabalhador da saúde. Esta situação pode levar à subestimação dos serviços daqueles que mais trabalham. Além disso, a competência para chefia também não pode ser restrita a um tipo de formação profissional.

4) Condições do Ambiente do Trabalho — o espaço físico para atendimento deve ser adequado, obviamente. Entretanto, observa-se que há psicólogo atendendo em garagem ou porão, numa jornada de oito horas, enquanto outros técnicos, com menos tempo de permanência na rede, deixam suas salas trancadas,

Constituinte: direita, volver?

Mais uma vez a história das Constituições no Brasil parece querer repetir-se. O País teve sete cartas magnas e todas elas, a começar pela primeira, outorgada e assinada por D. Pedro I, foram promulgadas com participação mínima do Povo que, às vezes, nem tomou conhecimento do momento histórico em que vivia e da importância do que efetivamente estava em jogo nas alturas do poder.

centro-direita, por exemplo, lutam pela privatização cada vez maior de setores da economia, enquanto os progressistas, ao contrário, defendem sua estatização.

Diante do fato consumado de que o Congresso Constituinte que aí está é de caráter nitidamente conservador, corre-se o grande risco de se assistir à fabricação de uma ordenação jurídica que tem por única finalidade garantir direitos a uma minoria que está no poder e nele se mantém por razões de ordem econômica. E a questão é simples: uma Constituição que privilegia as

Editorial

A ÉTICA PROFISSIONAL

NO TRABALHO COM

PACIENTE DE AIDS

O Conselho Regional de Psicologia tem sido procurado, recentemente, para expressar sua posição frente ao atendimento de pacientes de AIDS. Não sobre qualquer situação relativa a esse atendimento. Mas, especificamente, sobre aquela em que o paciente, comprovadamente aidsético, afirma uma sessão terapêutica que, de forma deliberada, fará a propagação da doença. O que deve fazer o profissional? Garantir acima de tudo o sigilo? Rompê-lo? Denunciar a população do psicólogo prevê o sigilo do que lhe é dito pelo cliente. Como lidar, então, com o impasse que se coloca, quando a relação com o paciente e o sigilo ético se confrontam com algo que tem a ver com a saúde da população em geral?

Em princípio, vem-nos uma resposta do próprio Código de Ética da profissão que, em seu artigo 28 prevê: "A quebra de sigilo só é admissível, quando se trata de fato de natureza grave, previsto em Lei, e a gravidade de suas consequências, para o próprio cliente ou para terceiros, possa criar para o Psicólogo o imperativo de consciência de denunciar o fato".

Se não quiséssemos mais pensar, estaria, aqui, o princípio norteador e justificador da ação profissional nessas ocasiões: a obrigatoriedade da denúncia. Mas, parece que é impossível continuar pensando. E, nesse sentido, não há como fugir da idéia de que, para psicólogo — para além da relação com o cliente e do significado, em termos de dinâmica intrapsíquica, de uma atitude dessa natureza — coloca-se o bem-estar e a saúde da população, que, num caso como esse, está, óbvia e perigosamente, em jogo.

Tem sido, portanto, nossa orientação para os psicólogos em situação dessa natureza (e só dessa natureza, porque deve-se tomar o cuidado para não entrar num clima de

pânico e preconceito, e denunciar pacientes aidséticos, simplesmente porque são aidséticos ou porque fazem de suas angústias e fantasias, uma vez sabidamente doentes e na iminência de morte real):

- 1º — certificar-se do diagnóstico;
- 2º — caso necessário, contatar o médico do cliente, com seu conhecimento sobre o fato;
- 3º — avisar o cliente que, até por uma questão ética, ele, o psicólogo, não pode deixar de fazer denúncia de sua conduta (a de deliberadamente criar condições de proliferação da doença);
- 4º — lidar, o máximo possível, com isso, no interior da própria relação com o paciente;
- 5º — fazer a denúncia ao CRP, que, por sua vez, fará o encaminhamento desta ao órgão de saúde competente.

É importante, finalmente, enfatizar que o Conselho está, assim, pronunciando-se publicamente, (até porque tem sido solicitado a isso) sobre uma questão muito específica, que, de forma alguma, abrange a totalidade dos pacientes de AIDS, da relação dos psicólogos com esses pacientes, ou das ações da Psicologia em circunstâncias tão adversas de saúde pública.

Aids, Psicologia e saúde pública.



No Hospital Emílio Ribas II, o paciente L., 25 anos, com problemas de visão, ouve a voluntária Vilma, 31 anos, ler um romance.

ABORTO

Crime, direito ou opção?

Maria José Tonelli

Palavra Aberta

TRAZA
LIXE N

Historicamente, o aborto voluntário, embora sempre praticado, é um assunto proibido. O silêncio que encobre o tema começou a ser quebrado, internacionalmente, há pouco mais de duas décadas. No Brasil, a questão se mantém como tabu. A primeira manifestação pública em defesa da liberalização do aborto ocorreu entre nós, só em 1980, no Rio de Janeiro. O debate ampliou-se com a mobilização em torno da necessidade de mudança da legislação brasileira — durante o período da instalação da Constituinte — que considera crime a interrupção voluntária da gravidez (excetuando-se os casos resultantes de estupro ou quando há risco de vida para a gestante).

Em paralelo à proposta de descriminalização, encampada por movimentos de mulheres, surgiram as resistências fortemente demarcadas pelos grupos conservadores, que conseguiram instaurar grandes polêmicas em nome do direito à vida desde a concepção. Como consequência dessa reação, a Nova Constituição não fará nenhuma menção ao tema. A regulamentação

conflito. A frase de uma feminista espanhola talvez exprima de maneira simples o desejo de muitas mulheres: "não queremos abortar, queremos o aborto". Isto significa que com a defesa da legalização pretende-se, sobretudo, conquistar a possibilidade de discutir de forma franca e aberta não só a opção voluntária de interromper a gravidez, mas também a ambigüidade dos sentimentos que são subjacentes e que, na maioria das vezes, parece acompanhar todo o processo de tal decisão.

Ao lado da reivindicação mais divulgada pelo feminismo — o direito de decisão sobre o próprio corpo — outra deve ser acrescida: o acesso às possibilidades que permitam a mulher alcançar maior compreensão da sua interioridade, ao viver o conflito diante da maternidade. Com os novos papéis ocupados pelas mulheres na sociedade moderna, ser mãe deixa de ser (cada vez mais) um fato natural. A existência de novos métodos anticonceptivos aumentaram as alternativas de escolha. E ainda, a exigência colocada acerca do desempenho profissional feminino (tanto em termos sociais quanto econômicos) tornou mais difícil a experiência de gerar e criar filhos. Desse modo, cresce o contingente de famílias que optam pela não-procriação, ou que revelam a tendência de limitá-la a um número reduzido.

EDITORIAL

A saúde mental no jogo dos poderes

Em 3 de maio último, Telma de Souza, Prefeita da Cidade de Santos, decretou a intervenção da Casa de Saúde Anchieta, único Hospital psiquiátrico da Baixada Santista, onde ocorreram, neste ano, três mortes de pacientes internados; 565 pacientes estão distribuídos em 280 leitos; existem doze celas fortes; os pacientes, atendidos em prontuários, têm medo de serem enviados à Casa Anchieta. Estes fatos somados motivaram o ato de coragem da Prefeita que nomeou como interventores os psiquiatras Roberto Tykanori Kinoshita, William Valentini Júnior, Domingos Antonio Stamato e o psicólogo Antonio Lancetti.

A intervenção foi precedida de uma visita da prefeita, do Secretário Municipal de Higiene e Saúde (David Capistrano Filho), vários representantes de entidades sindicais, do Plenário de Trabalhadores em Saúde Mental de São Paulo, da OAB, da Comissão Teotônio Vilela, dos Conselhos Comunitários de Saúde e do Instituto da Previdência.

Durante a semana de intervenção, o trabalho foi apoiado pela Associação de Psicólogos de Santos e pela Delegacia Regional do CRP-06 em Santos, as quais consideram a Casa Anchieta uma velha questão pendente. Também a coletividade se solidarizou com os pacientes, enviando carne, frutas, roupas, escovas de dentes, cobertores etc.

Desde o primeiro dia da intervenção, médicos clínicos da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde trataram pacientes com sarna (1), com infecções intestinais (1) e outras doenças. Alguns foram encaminhados para hospitais gerais, pois no local não existe nenhum tipo de equipamento hospitalar. Foram arrancadas as portas das celas fortes e proibida a ele-

troconvulsoterapia. Em grupos, os pacientes começaram a criar situações de cooperação mútua. Os rostos deles se avivaram.

Antes da intervenção, na maioria das vezes, os pacientes eram internados pelo simples fato de portarem uma guia de internação, sem sequer um profissional de Saúde Mental ouvi-los ou observá-los. Mais ainda, nos prontuários só se liam números de CID ou impressões vagas como, por exemplo, "agitado", "agressivo" etc. Os "dispositivos terapêuticos" eram: medicação padronizada, eletrochoques punitivos, castigos corporais, isolamento em quartos escuros por até 40 dias e uma rotina entediante. Agora, psicólogos e assistentes sociais começaram a reconstruir as histórias desses homens e mulheres.

Antes da intervenção, uma comissão de técnicos havia criado uma cooperativa de moradia (fora do Hospital) para 33 homens chamados de "laboratórios". Estes "pacientes", uma espécie sui generis de escravos, realizavam faxinas e outros trabalhos. Como pagamento recebiam um maço de cigarro e um lanche, sendo que o Hospital recebe do SUDS uma diária de Cr\$ 12,00 por cada paciente.

Com a intervenção, foram liberadas as visitas para todos os dias da semana (antes só eram permitidas aos domingos e às quintas-feiras, das 14 às 15 horas). Pela primeira vez, os familiares puderam entrar nos dormitórios e se comunicar diretamente com seus parentes. Foram feitas assembleias terapêuticas com os familiares e com os internos. Iniciou-se a organização de um ambulatório para melhorar as condições de entrada e saída dos pacientes e de seus familiares. Em termos da equipe técnica, foi aumentado, significativamente, o quadro, antes

composto por 5 médicos e 1 psicóloga que trabalhava durante meio período.

Estas mudanças marcaram a semana de intervenções. Poderíamos dizer diante destas mudanças que a perda de lucro para a iniciativa privada corresponde a investimento em Saúde para o poder público. E esta é uma experiência sensível de concretização de projetos políticos de uma determinada gestão do poder executivo, no caso, o da Prefeitura de Santos, representada pela Prefeita (PT) Telma de Souza. Esta orientou-se por uma concepção de atendimento à saúde que diferiu daquela tradicionalmente exercida por representantes de grupos bem definidos do poder econômico privado.

Em 10 de maio, surgiu uma novidade: o juiz Ricardo de Almeida Dias concedeu uma liminar à empresa médica e a intervenção foi suspensa. Lembre-se de que um dos diretores da Casa Anchieta é o dr. Edmundo Maia, médico psiquiatra responsável pela internação involuntária da Deputada Constituinte (naquela época), Tutu Quadros.

Este fato denuncia a interferência do poder judiciário, soberano então, em relação ao executivo. Uma medida que desconsiderou a realidade das mudanças que beneficiaram, indiscutivelmente, as pessoas que se expõem ao atendimento hospitalar em saúde mental.

Em 16 de maio, o Presidente do Tribunal de Justiça, Nereu César de Moraes, suspendeu a liminar concedida à empresa médica, com base no artigo 23 da Constituição brasileira, considerando ser uma situação de risco o tratamento oferecido aos internos pela administração anterior.

De maneira geral, esta intervenção na

Casa Anchieta teve efeitos evidentes, internamente, já na primeira semana e deverão continuar com a volta da intervenção. Externamente, mobilizou a opinião pública que passou a tomar conhecimento do que se passou e se passa dentro do Hospital, seja através de visitas pessoais ou dos meios de comunicação de massa.

Esta intervenção ganha espaço no Jornal do CRP-06, porque vem de encontro a ações e políticas de saúde e de educação que são convergentes com a Plataforma da Gestão Palavra Aberta II. Sempre criticamos o atendimento reclusivo e punitivo dos hospitais psiquiátricos e, quando surge uma iniciativa contrária a estes, devemos apoiá-la publicamente. Ainda nesta edição, trazemos uma matéria sobre a recente criação do Conselho Municipal de Saúde pela Prefeitura de São Paulo. Já na edição anterior, tratamos o projeto de educação da Secretaria Municipal de São Paulo, através de entrevista com o Secretário Paulo Freire. Como se vê, nestas duas últimas edições, temos dado cobertura jornalística às ações de saúde e de educação das Prefeituras, como as de São Paulo e de Santos, o que não havíamos feito anteriormente com nenhuma outra Prefeitura ou Governo do Estado.

A adesão do CRP-06 é independente de estas Prefeituras estarem vinculadas a um partido político (no caso, o PT), mas depende de elas apresentarem e executarem mudanças de caráter estrutural no sistema vigente e na qualidade de atendimento público. Como as Prefeituras de São Paulo e de Santos estão assumindo ações e políticas que sempre exigimos dos poderes públicos, isso leva-nos a abrir espaço editorial para estas administrações.

CONSELHOS E SINDICATOS: POR QUE EXISTEM DUAS ENTIDADES?



Neide Sierra Yoshikawa

Foram reunidos seis representantes (e um mediador) para um debate sobre o caráter político dessas entidades e sua importância para a categoria.



Alberto Marques/Agência Estado

O narcisismo e suas articulações com as pulsões de morte, em um texto de Carlos R. Aricó.

Dois fatos recentes estão apontando para mudanças estruturais na política de Saúde Mental: a criação do Conselho Municipal de Saúde, em São Paulo; uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta, o único hospital psiquiátrico da região, em Santos.



1990
Estatuto da criança e adolescente - ECA

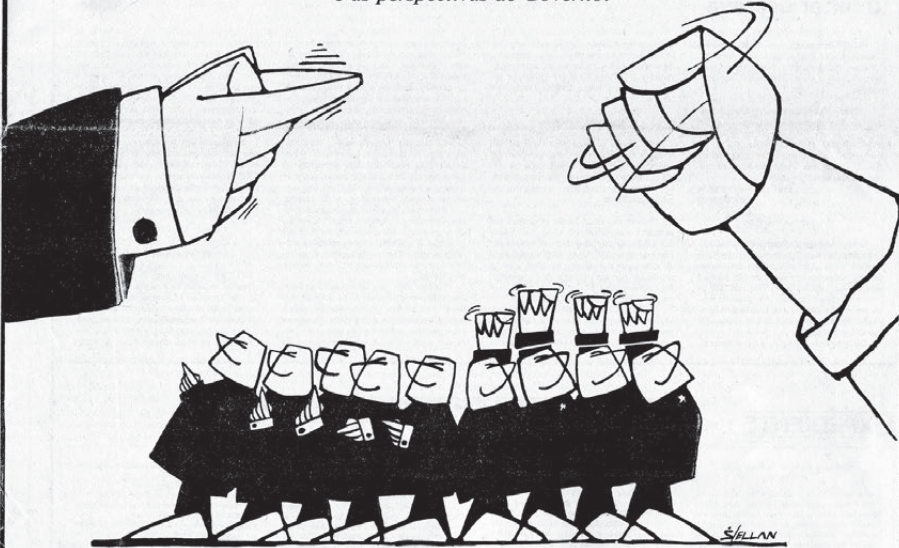
1992
O movimento Caras Pintadas sai as ruas



JORNAL R.P.06
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª REGIÃO
Nº 64 • ANO 10 - Março/Abril 1990

Enfoque:
*um espaço aberto à
participação dos psicólogos.*

Sucessão Presidencial
*Um cientista político e um psicólogo social
analisam o processo eleitoral
e as perspectivas de Governo.*



Comissões apresentam planos de ação

JORNAL R.P.06
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª REGIÃO
Nº 73 - Ano 11 - Edição Extra - Setembro 1991

**II CONGRESSO DE
PSICOLOGIA**

**Infância e
Adolescência,**
tema da entrevista com Fúlvia
Rosemberg
páginas 4 e 5

**A Clínica em
Instituições**
é discutida por Sérgio Maida
página 7

**O Trabalho do
Acompanhante
Terapêutico,**
na resenha de Peter Pál Pelbart
página 8

**Notícias do Jornal Psi
1990 a 1992**

Estatuto do Menor

O Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto das lutas democráticas de diversas entidades da sociedade civil, finalmente foi implantado no dia 15 de outubro último. Sua implantação leva ao efetivo reconhecimento da cidadania dessas crianças e jovens, o que coloca ao Estado a necessidade de assumir sua parcela de responsabilidade na construção e viabilização de uma política pública de saúde, educação, habitação e trabalho.

Entendemos ser importante a participação e contribuição de todos os profissionais que têm sua prática e/ou preocupação nesta área. Nesse sentido, informamos que neste Conselho é a Comissão de Menoridade que vem centralizando as informações e as discussões a esse respeito, permanecendo aberta aos participantes interessados.

Os debates e Encaminhamentos do I Encontro Sobre formação

Cerca de 220 psicólogos participaram nos dias 8 e 9 de junho, do "I Encontro Regional sobre Formação Profissional em Psicologia", promovido pelo CRP-06, com o apoio do CFP-Conselho Federal de Psicologia, realizado no auditório da Pontifícia Universidade Católica-PUC, em São Paulo.

Nestes dois dias foram abordados os seguintes temas: "História da Constituição da Psicologia", pela professora Mitsuko Antunes; "O lugar da Psicologia enquanto Profissão no Curso de Formação de Psicólogos", pela conselheira federal, Marlene Guirado; "Ética Social, Ética Profissional e Formação", pela professora Ana Mercês Bahia Bock e, "Autonomia Universitária e Entidades Representativas da Profissão", pela socióloga Glória Bonelli. No final do encontro foi formado um grupo de estudos cujo objetivo é discutir a formação profissional, dando ênfase primeiro ao histórico do currículo escolar. Este grupo é composto por docentes, estudantes e profissionais que participaram do evento e vêm se reunindo periodicamente na sede do CRP-06. Também foram escolhidos os nomes que participarão do Conselho Gestor da ANMEP-Articulação Nacional para a Melhoria do Ensino em Psicologia. Nesta matéria, transcrevemos alguns aspectos das conferências.



Da esquerda para a direita: Regina Maciel, presidente do CRP-06, Mitsuko Antunes, expositora, e Vera Rodrigues, conselheira, na abertura do Encontro.



O público presente.

Espaços G...
e os Des...
a Enfre...

Glória Bonelli, socióloga do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos do Estado de São Paulo e professora na Fundação Getúlio Vargas-FGV, substituiu o cientista político, José Augusto Garibon Albuquerque que não pôde participar do encontro. Glória colocou de para se analisar a psicológico.
O primeiro deles é que a universidade necessita de um...

A Perspectiva Psicossocial do Trabalho

Edith Seligmann Silva, psicoterapeuta e professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, mostra, nesta matéria, que as condições enfrentadas pelos trabalhadores podem gerar-lhes a vitalidade ou a doença.

“O trabalho é uma instância que, cada vez mais, vem sendo estudada em relação aos processos de saúde e doença. Tem sido estudada, especialmente, a perspectiva psicossocial desses processos. O trabalho, conforme diferentes situações contextuais, organizacionais e ambientais, tanto pode fortalecer a vitalidade, ou seja, a saúde, quanto contribuir para a gênese e desencadeamento de perturbações da esfera psíquica. Estas perturbações - estudadas pela psicopatologia do trabalho - podem se expressar tanto em termos psicossociais, quanto psicossomáticos e psiquiátricos.

Quando o trabalho está relacionado aos interesses da pessoa, aos seus

dades fisiológicas, alguma coisa precisa ser feita.

Um trabalho, por exemplo, realizado em turnos alternados - numa semana de manhã, outra à tarde e outra à noite - sucessivamente é um trabalho que violenta a fisiologia. Todas essas pessoas estão submetidas a condições de trabalho que prejudicam sua saúde. Estudos realizados na França mostram que uma vida de trabalho nesse esquema causa um envelhecimento adicional de 7 anos, sem falar nas outras frustrações que resultam de um esquema como este. Não se pode estudar, conviver regularmente com a família etc.

Alcoolismo e depressões, além de uma série de doenças psicossomáticas;

Não temos como, nem porquê colocar em cheque todos esses enfoques da psicologia, mas temos enfatizado a necessidade de que se olhe mais para essa outra instância, que não é a genética, não é a família, e que também tem um peso muito grande na origem do sofrimento mental dos distúrbios psicossomáticos.

Em pesquisas das quais eu participei, junto a bancários e metroviários, nós vimos que as depressões foram o grupo de problemas "psi" mais frequentes. Nós trabalhamos com entrevistas individuais e coletivas. Uma coisa muito séria que essa pesquisa revelou, no caso dos metroviários, foi o problema causado por suicídios na via. Ver al-

responsabilidade, que o trabalhador tem de cumprir quando sente sono. Nós verificamos isso nesses dois grupos - metroviários e bancários - e também num outro grupo, que eu havia estudado anteriormente, de operários industriais. Tanto na siderúrgica, quanto na indústria química, e também em situações de trabalho noturno ou de turnos alternados, eles tinham que lutar com a sonolência.

Isso é especialmente angustiante se a pessoa trabalha numa área onde uma falha pode provocar acidentes com outras pessoas. A responsabilidade com vidas humanas, no caso de trabalhadores industriais e na área de transportes, especialmente, é um fator que gera muita ansiedade. Nestes casos, a redu-

Ética na Política

No dia 23 de agosto último, o Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região publicou matéria paga no jornal **Folha de São Paulo**, com o título referido acima, contendo o seguinte texto:

“Vimos a público manifestar apoio à C.P.I. - P C Farias, por acreditarmos que seus trabalhos legitimam nossas instâncias democráticas. Esperamos que os resultados das investigações apontem saídas que revertam as consequências psicossociais, ocasionadas pelo agravamento da crise pela qual passa o país. Estamos convictos que esse exercício de cidadania é o caminho mais digno para resgatar a ética na política”.

EDITORIAL

O Resgate à Fala e o Exercício da Cidadania

Os meios de comunicação têm apresentado com assiduidade situações que denotam notório agravo social: a polarização cada vez maior entre ricos e pobres, a ascensão do racismo e da xenofobia, a presença cotidiana da violência e a crise ecológica. Isto leva organismos internacionais e instituições nacionais a se voltarem para análise dos diferentes modos de vida, carências e possíveis intervenções. Embora importantes, estes estudos nos parecem insuficientes frente à demanda existente. Entendemos que se fazem necessárias ações coletivas no enfrentamento dessas questões de abrangência social.

Em nosso setor, nos deparamos com a possibilidade de ver o mínimo de organização existente — órgãos representativos da categoria — tornados desnecessários. Tais atitudes pressupõem a realização por parte da população de ações afetas a estes órgãos, referentes à qualidade dos serviços prestados à comunidade.

De outro lado, observamos na área da Saúde o poder de decisão (sobre o montante de recursos destinados aos municípios) nas mãos do Governo Federal e Estadual. Outro veto inaceitável na Lei Orgânica é o que diz respeito à participação da comunidade. O artigo 11 — que instituiu a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde como instâncias colegiadas e representativas de

amplios setores da sociedade para propor diretrizes, formular estratégias e exercer controle sobre a execução da política de saúde — foi vetado na íntegra.

Diante de tal quadro, percebemos que o direito à vigilância repassado à população num primeiro momento, é retirado quando esta busca tornar legítimo seu direito através de mecanismos legais protegidos pela autoridade do poder público. Estes mecanismos, entretanto, não incluem apenas questões objetivas, consensuais, sancionadas pelas autoridades.

Além disso, mesmo quando os direitos são garantidos pela legislação, existem outros fatores do campo da ética que indicam preferências de alguns e exclusões de outros, tais como valores, comportamentos, modos de vida — referentes à intersubjetividade.

É neste campo que entendemos a nossa atuação profissional: na relação sujeito-objeto dentro de um contexto histórico-social, em situações concretas de troca, onde o resgate à um espaço de reflexão através da pesquisa, da criação de instrumentos para ação e aprofundamento da análise técnico-científica.

Este número do Jornal foi elaborado visando o mapeamento da situação de saúde no País e apresentação de propostas de trabalho para a abertura de reflexão de questões polêmicas.

1993

1994



1994

Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da país



1993

Vinte e um moradores são assassinados na favela de Vigário Geral por policiais militares



1993

Chacina da Cadelária, oito crianças e adolescentes são assassinadas pela Polícia Militar

Acontecimentos

Psicólogos discutem seu papel na crise

DIA DO PSICÓLOGO

No dia 27 de agosto o tema "Ciência e Miséria: a Psicologia no Brasil" desencadeou discussões intensas sobre os problemas que afetam a categoria no exercício profissional. Os participantes da mesa-redonda - profs. Ana Bahia Bock, Gregório Baremlit e o jornalista Clóvis Rossi - discutiram o papel exercido pela Psicologia no cenário conturbado da crise brasileira.

RODRIGO CAMPOS



Ser psicólogo hoje no Brasil é testemunhar de perto a perturbadora inquietação de uma população que assiste, sem meios de reagir, às mais insólitas cenas de uma realidade violenta e absurda. Nesse contexto, o papel do psicólogo adquire maior

são de psicólogo no Brasil. Num País de grande concentração de renda, a situação da categoria não poderia deixar de refletir os contrastes nacionais, que foram revelados pela pesquisa "Quem é Psicólogo Brasileiro", do CRP.

Psicologia e educação: revendo uma antiga questão



"No Brasil, a inserção dos profissionais da Psicologia na área da Educação foi fortemente influenciada por essas práticas e teorias, importadas dos 'centros mais avançados', impregnados pelas idéias do chamado 'modelo médico' "

Sérgio Antonio da Silva Leite*

*Texto do Departamento de Psicologia Educacional - FE - UNICAMP, baseado no trabalho apresentado no I Congresso de Psicologia Escolar.

É inegável que a Educação tem sido área de atuação para uma parcela considerável dos psicólogos brasileiros. Dados de pesquisa recente patrocinada pelo CFP (1992) demonstram que, para os psicólogos assalariados (52% da categoria), a Educação situa-se como a terceira área de atuação (24,4%), precedida pela Clínica (37,2%) e Organização (29,6%). Poder-se-ia supor, portanto, que em nosso meio, a Educação já se firmou como uma área de atuação profissional bem-estabelecida pelos psicólogos.

No entanto, pesquisa anterior, também patrocinada pelo CFP (Quem é o psicólogo brasileiro? S.Paulo; EDICON, 1988), demonstrou que: a) pelo menos 50% dos psicólogos que aí se iniciam acabam desistindo da área, encaminhando-se principalmente para a Clínica (56,7%); b) 38% dos psicólogos que atuam na Educação mantêm também atividades em outras áreas, fazendo a

chamada "dobradinha"; c) das 10 principais atividades desenvolvidas pelos psicólogos nas instituições educacionais, as sete primeiras podem ser consideradas típicas da área Clínica (segundo a referida pesquisa): Orientação Psicopedagógica, Orientação de Pais, Distúrbios de Aprendizagem, Aconselhamento Psicológico, Aplicação de teste, Psicodiagnóstico e Reeducação Motora. Apenas três foram consideradas específicas da área educacional: Acompanhamento de pessoal, Planejamento de Projetos e Avaliação Curricular.

Assim, não se pode afirmar que a Educação seja uma área de atuação bem-estabelecida, com propostas e procedimentos comuns. Ao contrário, tem sido uma área frequentemente utilizada como "trampolim" para outras, onde grande parte dos profissionais atua à luz das práticas de consultórios. Tudo indica que este quadro não se alterou nos últimos anos.

Saúde mental é a prioridade

O programa desta gestão enfatiza a garantia das conquistas obtidas na área.

Comissão de Saúde
Texto: José Roberto Tozoni

O campo da saúde no Brasil tem sido palco de importantes transformações, nos últimos dez anos. Na saúde mental, as mudanças são ainda mais significativas. O modelo baseado na internação hospitalar, hegemônico desde o Império, parecia intocável até os anos 70. Durante décadas serviu para tirar de circulação os doentes originários das classes trabalhadoras (perderam a capacidade de trabalho) e isolou da sociedade os que se desviavam da "normalidade".

O que aconteceu no século XX foi a rápida lotação de todos os hospícios que eram construídos em número cada vez maior. Com a política de privatização dos serviços de saúde, a partir de 1968, assistimos à proliferação de hospitais psiquiátricos conveniados ao Inamps. O convênio é o principal instrumento de transferência de recursos públicos para setores privados. Como consequência produziram-se, por um lado, grupos de grande porte econômico, donos de milhares de leitos. Por outro, um exército de doentes cronicados na instituição psiquiátrica passou a ser clientela estiva das grandes



de e seus usuários continua marcada pela ideologia paternalista e autoritária, bloqueando o processo de conquista dos direitos da cidadania.

Quando se trata do doente mental, a situação se agrava. Ele é, ainda, discriminado entre os usuários que muitas vezes recebem um atendimento precário. Ou seja, mesmo em serviços criados como alternativa aos hospitais psiquiátricos, continua prevalecendo a ideologia manicomial, o que, obviamente, limita o potencial terapêutico desses serviços. Mas, ao lado dessas condições desfavoráveis temos, também, experiências bastante alentadoras, levadas a sério em alguns municípios de São Paulo — inclusive, na capital — nos últimos quatro anos.

Essas experiências construíram na prática novos modos de se tratar a doença mental e de se conduzir a uma assistência mais eficaz, associada a transformação da cultura manicomial presente nas relações sociais. Embora com diferentes concepções sobre organização dos serviços, elas têm em comum o repúdio ao modelo manicomial — não só quanto ao local de tratamento, mas na forma de relacionamento entre profissionais e usuários. Também existem numa nova maneira de

Grupo de Atenção à Saúde Mental intensifica vistorias

Os pacientes dos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo cadastrados no SUS — Sistema Único de Saúde — passam a receber tratamento especial dos psicólogos que trabalham com Saúde Mental.

Equipes do Grupo de Atenção à Saúde Mental, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, têm intensificado as vistorias que visam o enquadramento dessas instituições à Portaria 407, do Ministério da Saúde, que estabelece padrões mínimos de atendimento aos pacientes e que habilita os hospitais a receberem do Sistema maior ou menor remuneração.

sujeita a um redutor mensal enquanto dure a situação.

Ao contrário do que fez o Hospital Santana, também atuado em situação irregular e reabilitado em nova vistoria, a direção da Clínica Maia decidiu romper o convênio com o SUS, encerrando as atividades nesse setor.

A coordenadora do Grupo de Atenção, psicóloga Antonia Maria Brandão Cipolla, esclarece que as vistorias visam justamente garantir o cumprimento da Portaria 407 quanto à boa gerência e o bom atendimento desses hospitais, como forma de melhorar o padrão de tratamento.

Segundo Antonia, inicialmente

Posicionamento Político do CRP

A questão fundamental

É inadmissível que qualquer categoria profissional, excetuando as organizações fechadas que se dedicam a objetivos específicos ou que vão de encontro aos interesses coletivos, se exclua da vida política do País em que está instalada. Especialmente quando está em curso um processo de reconstrução e consolidação da Democracia. A categoria dos psicólogos jamais fugiu dessa responsabilidade. Mas também não a assumiu inteiramente. Por isso, os psicólogos devem dar especial atenção – no “Congresso Nacional de Psicologia”, que será antecedido pelo “Congresso Regional de Psicologia” e pelos “Pré-Congressos” – à questão da organização política e da mobilização da categoria em todo o País.

O quadro de crise é praticamente estacionário em todos os

integrantes ao individualismo exacerbado e ao esquecimento dos interesses coletivos. Isso é tudo que qualquer regime ditatorial no mundo pode querer: os grupos cuidando de seus interesses particulares e ignorando o que se passa a sua volta.

Por isso, os psicólogos devem se preparar para um movimento duplo. Devem cuidar de suas questões domésticas com zelo e determinação, pois isso só pode levar ao engrandecimento dos profissionais. Mas devem também se inserir, mesmo que a duras penas, nas questões nacionais, que se relacionam com o bem-estar social, político e econômico de todos os brasileiros, pois isso certamente vai levar ao engrandecimento da categoria – e, de roldão, de todos os indivíduos que a compõem.

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, considera que a organização política e a mobilização dos psi-

○ Artigo
Regimento Inter
estabelece:

De

Desde que as
presentativas dos psi
criadas, nenhum e
importante para a ca
o “I Congresso U
Psicólogos”, de set
Até então, as rela
Conselhos e os Sindi
com a categoria -
distanciamento ou
conflitos e disputas.
Unificado colocou
eixo. Ou melhor, de
político sobre o qual
o comportamento de

“Os Conselhos



Entrevista

Carolina Bori

A professora da Faculdade de Psicologia da USP conta sobre sua experiência na Universidade e na SBPC e defende a extinção do Conselho Federal de Educação e a criação de novo órgão capaz de responder às necessidades da educação. Páginas 3 e 5.

Direitos Humanos

Sociedade organizada quer mudar a cara do Brasil

O número de entidades de defesa dos direitos humanos cresce a cada dia. Saúde mental também está presente nessa luta. Conheça as organizações e veja por que têm conseguido bons resultados. Páginas 8 e 10.



BERTRAND

Congresso Nacional Constituinte

Psicólogos do CRP-06 já começaram a caminhar as decisões tomadas no Congresso Nacional, reunidos em três fóruns para formular propostas de alteração nas leis. Serão debatidos temas como Código de Ética, modelo de formação e Lei 4119. Mudanças deverão influenciar dia a dia do profissional. Página 14.

Mercado de Trabalho

Psicólogos que atuam em equipes multiprofissionais dão depoimento sobre seu trabalho e fazem avaliação das possibilidades de intervenção nas instituições públicas, sem perder especificidade. Páginas 11 e 12.

Avaliação

Depois da realização dos Congressos Regional e Nacional, CRP-06 avalia 1994. Para a gestão o ano foi proveitoso e permitiu muitas iniciativas do Conselho, que deverão reverter em benefícios para a categoria. Página 15.

Psicólogos enfrentam Prefeitura

Em São José do Rio Preto, psicólogos têm que enfrentar prefeito para participar de Conselho Municipal. Subsele vai à luta e exige explicações. Página 13.



Testes psicológicos

Uma comissão mista formada por entidades, universidades, empresas e instituições públicas e privadas está estudando novos procedimentos e normas para testes psicológicos. A idéia é a criação de um certificado de qualidade que garanta o trabalho do psicólogo. Página 7.

1º de dezembro: Dia Mundial de Combate à AIDS.

The background is a dense collage of various social and political terms in Portuguese, such as 'Democracia', 'RACISMO', 'SAUDE MENTAL', 'Direitos Humanos', 'Políticas públicas', 'LGBT', and 'Indígenas'. The text is rendered in different colors and orientations, creating a complex, layered visual effect.

1995

1996

Acontecimentos

1995

Controle da inflação



1996

Massacre dos sem terra em Eldorado de Carajás



PAS: espoliação da saúde pública

O Plano de Atendimento à Saúde (PAS) criado por decreto, pelo prefeito Paulo Maluf, em abril deste ano, é um bom exemplar do programa neoliberal que está sendo implantado no país.

O desrespeito cometido contra a Constituição brasileira é tão evidente que, no último dia 7 de maio, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, concedeu liminar suspendendo a implantação do PAS.

Em resumo, o PAS prevê a formação de cooperativas pelos profissionais e funcionários das unidades de saúde que, dispostos das instalações e equipamentos (bens públicos), deveriam promover o atendimento da população, por sua vez, devidamente cadastrada naquela unidade.

Os argumentos utilizados para convencer os profissionais da saúde são variados: os funcionários passariam a ser "proprietários" e trabalhariam como autônomos e ganhariam por produtividade. Os trabalhadores passariam a ser seus próprios patrões (passoan) e ainda contribuiriam para o aumento da eficiência dos serviços prestados.

Em termos mais sofisticados os promotores do programa falam em defesa da população, descentralização das decisões, aumento do poder de participação do funcionário, enfim, propugnam pelo caráter democrático da proposta.

De fato, tais argumentos são insustentáveis e visam a iludir os servidores municipais. Mais do que isso, pretendem colocar os funcionários como prepostos do Estado, executores do programa, responsabilizando-os pelo que "der e vier" e descomprometendo assim o Estado.

Lembramos que o município é a unidade básica do estado brasileiro - de suas responsabilidades constitucionais de garantir a saúde.

As idéias centrais desse tipo de programa não são novas. No início da década de 90, um ex-prefeito de Maringá fez a mesma coisa na rede de pré-escolas municipais, denominando o seu projeto de gestão participativa. As conseqüências para a população e para o professorado foram desastrosas.

No caso do PAS, as conseqüências não seriam diferentes. Primeiro, a prefeitura, para se descomprometer com aquilo que lhe é precioso, obrigaria os funcionários a se apropriar de maneira privada dos bens públicos. Segundo, em nome da gestão participativa, promoveria um arrocho salarial, pois os "participantes" passariam a receber de acordo com a produtividade. De resto, o prefeito ainda quelebraria a estabilidade do funcionalismo. Terceiro, cada grupo de profissionais, "democraticamente" isolado em sua cooperativa, perderia os difíceis e precários espaços de organização e de vínculos com as entidades profissionais. Ou seja, um outro subproduto do PAS, bastante desejável pelos governantes de plantão, é o aniquilar os esforços organizativos dos servidores municipais. Quarto, não há um indicador que de fato aponte para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e da qualificação técnica dos profissionais. Pelo contrário, os indícios são os de que haveria um rebaixamento na qualidade dos serviços, um cerceamento inaceitável do atendimento à população, através da ruptura com o atendimento universal preconizado pelo SUS.

Ontem o transporte urbano, hoje a saúde, amanhã a educação, depois o atendimento à criança, assim, em uma seqüência previsível o prefeito Paulo Maluf associa-se ao Governo Federal para descomprometer o Estado brasileiro com a preservação da soberania nacional em assuntos estratégicos e com as suas responsabilidades constitucionais de garantir os serviços públicos de qualidade nas áreas da saúde, educação, telecomunicações, transporte, habitação, para citar apenas algumas.

Maluf e FHC em nome da "democracia", do desenvolvimento do país, da descentralização das ações, do aumento do poder de participação dos servidores públicos na gestão de coisa pública, cada um, a seu modo, vem contribuindo resolutamente para a desnacionalização das riquezas nacionais, para o descumprimento da Constituição de 1988, para a entrega definitiva do país ao capital internacionalizado e para a apropriação privada dos bens públicos.

Conselhos de Educação:

burocracia a serviço de interesses privados

A educação no Brasil vai mal. Esta não é uma conclusão nova e muito menos de uma minoria de profissionais "apocalípticos" ou partidários do "quanto pior, melhor". E, consenso entre os educadores que demonstram um mínimo de consciência, tem os nomes de

dos Conselhos de Educação está na forma como é pensada a representação: através da indicação dos conselheiros pelo Poder Executivo. Atrelados, portanto, à figura do presidente ou de governador, os Conselhos foram perdendo gradualmente suas funções originárias básicas de planejar

João Joaquim Severino. O professor vai mais longe e afirma: "Eu não tenho notícia de nenhum conselho estadual, no Brasil, que faça seu plano e muito menos de algum governo estadual que determine o uso de seus recursos orçamentários para o setor de acordo com esses planos, que

na lei, é burlada por artifícios sutis e eficazes. Um deles é que o conselho de educação tornou-se tão clássico que pode abraçar iniciativas tão diferenciadas quanto, às vezes, descabidas, a pretexto de possuírem objetivos educacionais." Educação no Brasil é, muitas vezes, coisa e sendo

Encontro busca alternativas à pedagogia da exclusão

O CRP-06 realiza, nos dias 27 e 28 de outubro, das 9:00 às 17:00 horas, no Sinpro, à Rua Borges Lagoa, 208, o I Encontro

Além do CRP, na equipe coordenadora do evento participam também o Conselho Tutelar da Infância e Juventude, o Conselho de Defesa

da Pessoa Portadora de Deficiência, o Departamento de Psicologia Escolar da USP, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp)

da Secretaria Estadual e um grupo de profissionais que trabalham em escolas e centros de saúde.



Criança e adolescente: em busca da cidadania

Sem serviços de proteção e atendimento, crianças brasileiras continuam marginalizadas. Conselhos de Direitos, que devem traçar as políticas, não estão efetivamente implantados e, os Tutelares, por consequência, estão sem condições de garantir a cidadania aos menores de 18 anos.

Aprovada lei que propõe fim de internações

Depois de conseguir vitória com a aprovação do Código de Saúde de São Paulo, profissionais da saúde mental querem ver medidas viabilizadas na prática

A desinternalização dos doentes mentais é uma bandeira que tem sido levantada há muito tempo pelos profissionais que trabalham na área da saúde mental. Embora muita coisa ainda tenha que ser feita para alcançar um nível ide-

acontecer. Com a aprovação no último dia 6 de julho pelo Conselho Nacional de Saúde - órgão deliberativo do Ministério da Saúde - da proposta do ministro Adib Jatene de criação do Programa de Apoio à Desospitalização (PAD), pela qual os doentes psiquiátricos

de serviço extra-hospitalar. Na avaliação de Elias Lino, se a implantação do PAD em alguns municípios for bem-sucedida, isso pode criar um efeito-dominó, acelerando rapidamente sua expansão. Em São Paulo, as cidades de Santos, Campinas, São Bernardo, São

Encontro reforça identidade do movimento

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial realizou seu II Encontro Nacional, de 1º a 5 de novembro, em Belo Horizonte, com o tema geral "Exclusão e Cidadania". O evento contou com 750 participantes de 16 Estados, entre eles 250 usuários e 60 familiares de usuários. Foram discutidas formas de organização e identidade do movimento, com destaque para os debates em torno do atendimento público e privado.

Segundo uma das integrantes da Luta e conselheira do CRP-06, Maria



Maria Costantini

realmente com a participação da população. Além disso, pudemos perceber que desde o seu início foram dados passos importantes para a construção de um saber onde os princípios científicos são considerados a partir da realidade da população usuária."

A psicóloga informou também que, paralelamente ao Encontro da Luta Antimanicomial, foram realizadas reuniões com docentes das universidades que ministram cursos na área da saúde mental e sobre o atendimento à criança e ao adolescente. Ainda no evento, foram escolhidos os represen-

Psicologia Jurídica: é possível trabalhar no sistema?

Psicólogos do sistema penitenciário discutem a profissão e consideram que este é o momento de articular a categoria para mudar as regras do jogo

“A gente precisa ter muita psicologia para enganar os psicólogos. Quando eles percebem que estamos nervosos, contam para o médico, que nos dá remédios ou injeção.” Dessa forma K.K.Y.A., interno no Hospital de Custódia de Curitiba,



1997

1998

1999

2000



1997
Índio Pataxo Galdino Jesus é assassinado em Brasília



2000
Sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro

Acontecimentos



1998
Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente do país



1999
Marcha dos 100 mil, em oposição ao Governo FHC, em Brasília

O autoritarismo e suas várias faces

C arandiru, Candelária, Eldorado de Carajás, Favela Naval em Diadema...

Os que morreram após fazerem tratamento para hemodiálise em Caruaru, as crianças mortas no Acre, os idosos maltratados na Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro, as mortes de crianças em Campinas, causadas por soro contaminado...

O crescimento da tuberculose, o reaparecimento da dengue, febre amarela...

Crianças assistindo aulas em contêineres, como se fossem mercadorias embaladas. Pais querendo matricular suas crianças e a Secretaria da Educação dizendo que não há "espaço" para elas, enquanto o Governo do Estado de São Paulo quer vender 150 prédios onde funcionavam Escolas. Escolas fechadas, fruto da

'reengenharia' na educação. O Haiti é aqui!, dizem Caetano Veloso e Gilberto Gil. E tudo, em nome de uma proclamada política do Estado mínimo.

Tão mínimo a ponto de faltar uma política pública em saúde, educação, segurança.

Mas há uma política pública para salvar instituições financeiras, privatizar empresas, privatizar a saúde e quem sabe o quê mais.

Essa violência generalizada, estampada nas manchetes dos jornais, a cada dia, recai na base da pirâmide, onde uma simples discussão de trânsito se transforma em morte. Será somente a impunidade, ou o reflexo de uma política em que se violenta direitos básicos da população: o de comer, de ter um lugar para morar, de trabalhar, de ter uma

educação digna, ser bem atendido quando necessitar dos serviços de saúde, de direito a cultura e ao lazer. ?

E nós, psicólogos, temos algo a ver com isso ?

Em pouco tempo essa política pedirá à psicologia e aos psicólogos que implementem tratamentos aos que não conseguem se adaptar à "lei de mercado". Que cuidemos de pessoas que têm um "ego frágil", e por isso não conseguem adquirir os objetos que a modernidade coloca à disposição e o marketing diz que são para todos. Faltaria então, dizem, somente instrumentalizá-los, curá-los dessa impotência. Aos que não conseguem ou não aprenderem, pedirão que diagnosticuemos como deficientes e os coloquemos nas chamadas celas especiais (ou salas especiais). Importamos

um diagnóstico e enviá-los às instituições que descobririam novos aparatos químicos para tirá-los da depressão.

E, aos Conselhos Profissionais, bastaria fiscalizar para saber se estão cumprindo direito esse papel. É o que muitas instituições desejam. Porém, a gestão Psicologia em Ação pensa que o Conselho de Psicologia deve ter outra função.

A Psicologia não pode fechar os olhos aos paradigmas que a modernidade impõe. Não pode se inibir com a política de um discurso que pretende ser dominante, unânime, querendo esmagar vozes discordantes, pois sabemos que o autoritarismo pode ter várias faces: inclusive a da pretensa ingenuidade que obriga alguém a dizer o que outro quer ouvir.

A trágica realidade brasileira

O Brasil vive um grande paradoxo. Apesar de ter uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a realidade é feita de desrespeito e abusos contra os cidadãos menores de 18 anos. Para se ter uma idéia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nada menos que 3,8 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos de idade já estão pegando no batente. Desses, 60% trabalham no campo e 40% exercem atividades nas cidades. Isso sem contar os que estão submetidos clandestinamente ao trabalho, setor que, calcula-se, seja maior em atividades domiciliares e na lavoura.

As crianças são submetidas a maus-tratos e humilhações e existem 2,7 milhões delas que trabalham e não estudam. Desse total, 522 mil têm entre 5 e 9 anos de idade. Cerca

de 46,3% das crianças trabalham 8 horas ou mais por dia. Produzem tanto quanto um adulto, mas ganham três vezes menos. Segundo relatório do Ministério do Trabalho, 56,6% das crianças trabalham sem receber salário, porque são colocadas em atividades de subsistência, para ajudar a família.

Quanto à situação escolar, não é melhor. O Brasil tem 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Dois terços das que trabalham não concluem o 1º grau e de cada mil crianças matriculadas na 1ª série apenas 175 chegam ao final do curso. Dados do Ministério da Educação e da Cultura concluem que, no Sudeste, região brasileira economicamente mais desenvolvida, é também onde ocorre o maior índice de evasão escolar a partir da 5ª série. Isso ocorre porque os meninos e meninas dessa faixa etária estão sendo submetidos a entrar no mercado de trabalho.

OS DIREITOS HUMANOS E A NOSSA SOCIEDADE*

O TEXTO ABAIXO, ESCRITO POR MADRE CRISTINA EM 1997,

FOI CEDIDO PELA DIREÇÃO DO SEDES SAPIENTIAE PARA PUBLICAÇÃO NO JORNAL DO CRP

Num universo onde o ser humano representa o ápice de uma evolução multimilenar, num universo onde o animal racional anda de pé, com o coração acima do estômago, mas com a cabeça acima do coração, os direitos humanos não deveriam ser meta a ser atingida e sim conquista já assegurada. Não obstante, longe é a distância que

- 2) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde alguns poucos ganham salários sem mínimos, enquanto a massa recebe mínimos que nem salários são?
- 3) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde os latifundiários acumulam terras, deixando outros sem terra nem para se enterrar?

- banqueiros só faltam cobrar pedágio de quem lhes passa à porta?
- 6) Respeita os direitos humanos uma sociedade que desconhece as raízes profundas dos conflitos na terra, apostando sempre nas UDRs da vida?
- 7) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde a violência cresce de maneira a vitimar especialmente as cri-

- cidade onde irmãos nossos morrem nas intermináveis filas dos hospitais sempre sem vagas?
- 10) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde tudo está por ser construído mas o trabalhador não encontra trabalho?
- 11) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde os crimes de colari-

AVALIAÇÃO

Psicologia conquista reconhecimento

JÁ NÃO SE CONCEBEM MAIS DISCUSSÕES SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CRIANÇA E ADOLESCENTE OU NA ÁREA JUDICIÁRIA SEM A PRESENÇA DE PSICÓLOGOS

A trajetória que a psicologia vem percorrendo ao longo do tempo não tem sido das mais fáceis. Mesmo assim, não se pode negar que grandes avanços vêm sendo conquistados pela categoria. Dessa forma os conselheiros da gestão **Psicologia em Ação** avaliam o momento por que passa a profissão, após três anos à frente do CRP. Para justificar sua opinião, apontam o reconhecimento que a psicologia veio conquistando e que tem sua mais explícita tradução na presença cada vez maior de



facilitador para o movimento da categoria, que já vem sendo utilizado para a realização de eventos, debates e reuniões. Sobre o assunto, Barros Filho explicou que as casas não significam apenas um aumento no patrimônio da categoria, mas que, antes disso, sua aquisição seguiu as necessidades de maiores espaços para que os psicólogos pudessem se organizar, debater os temas prioritários e realizar seus encontros de confraternização.

COMPORTAMENTO

A exclusão e seus mecanismos

SOCIEDADE SE OMITTE FRENTE A PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES

A sociedade assistiu perplexa, em abril último, a cinco jovens de classe média atearem fogo no índio pataxó Galdino, na madrugada em que dormia no banco de um ponto de ônibus em Brasília. Às vésperas das comemorações do Dia do Índio, o triste episódio mobilizou organizações vol-



poder público que reforça a prática da exclusão. "É comum atribuir aos excluídos a causa da sujeira, baderna e violência nas cidades, desviando a atenção das pessoas para as reais causas desses problemas", lembra Suclí. No Brasil, as razões econômicas realmente contribuem para a perpetuação desse

Direitos Humanos

CRP-SÃO PAULO INSTALA COMISSÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 50 anos em 10 de dezembro de 1998. Para ampliar o diálogo da Psicologia com os problemas sociais, o CRP-São Paulo, em consonância com o Conselho Federal de Psicologia, instalou na data do aniversário da Declaração a *Comissão de Direitos Humanos*.

Este é mais um passo na consolidação de um modelo de Psicologia atuante, que está presente onde quer que haja sofrimento, como na violação de qualquer um dos direitos humanos, contribuindo para a transformação social e para a defesa da cidadania.

Crise

O Psicólogo, a Crise Econômica e as Formas de Subjetivação

Estamos vivendo sob a égide do neoliberalismo. Para muitos, isto pode significar reorganização econômica e política, para melhor situar o Brasil no mercado internacional.

Para nós significa estar sob a égide da exclusão, da fragmentação social e do aprofundamento das desigualdades sociais. Significa desemprego e adoecimento; significa sucateamento dos serviços de educação e saúde. Significa que tudo caminha na direção inversa dos nossos esforços profissionais de promoção de saúde.

Este é o texto apresentado pela plataforma política da chapa *Um Conselho para Cuidar da Profissão*, que foi eleita para a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. É sua referência à conjuntura econômica e aponta

vimos recentemente na crise que se iniciou na Rússia e que chega ao Brasil, obrigando o governo a submeter-se às ordens do FMI e do sistema financeiro internacional – Banco Mundial, BID, governo norte-americano.

Convenhamos, não estamos apresentando nenhuma grande novidade ou nada que não possa ser lido nos cadernos econômicos dos grandes jornais brasileiros. E ainda fica a pergunta: O que nós, psicólogos, temos com isso?

A resposta a esta questão também, nesta altura dos acontecimentos, já está se tornando dura realidade. Os clientes de nossos consultórios se rarefazem, as instituições sociais que contratam psicólogos estão fechadas, as empresas terceirizam seus departamentos de Recursos Humana-

últimas décadas o suficiente para garantir poder de consumo para a classe média – usuária do serviço psicológico na clínica particular.

Com a falta de investimento público na área de saúde, que diminui também nosso mercado de trabalho, o fechamento do mercado nas empresas e instituições de ensino e, ainda, o aumento do número de escolas que formam psicólogos, temos um quadro que explica como ocorre essa desorganização e propicia um esquema de *salve-se quem puder*, que produz distorções e agressões ao campo da ética profissional, e representa presa fácil dos modismos da subjetividade. Estes modismos, por seu turno, representam mercado fértil para os meios de comunicação de massa por meio de programas de TV do estilo *Ratinho Livre*, *Márcia* e congêneres, revistas que oferecem receitas de prazer sexual em lições didáticas, ou ainda o mercado de livros de auto-ajuda.

Não vai aqui uma crítica específica aos programas, artigos ou livros mencionados. Todos eles fazem parte de uma forma de expressão da sub-

O Brasil adota este modelo desde o governo Collor, mas é com FHC que o ideário neoliberal é aplicado integralmente e praticamente sem resistência

Editorial

A utopia tem futuro no novo milênio?

Chegamos ao último número de nosso jornal do ano 2000 e nos demos conta de que este é, também, o último jornal que produzimos neste milênio... Isso nos faz olhar para trás, nos emocionando com todo o percurso que a humanidade vem percorrendo ao longo de séculos e milênios, ora vivendo períodos marcados por guerras, tensões entre povos, perseguições a grupos étnicos, descobertas revolucionárias, invenções surpreendentes; períodos de grandes e profundas alterações nos padrões de comportamento, de conquistas coletivas e avanços tecnológicos inimagináveis... Enfim, tudo aquilo que a imprensa em geral nos ajuda a recordar nesses períodos de final de ano. Mas este momento nos faz, também, olhar para frente e tentar descortinar o milênio que se inicia. E o futuro nos remete aos sonhos, àqueles sonhos que o tempo que se encerra não foi ainda capaz de realizar; nos faz reviver a utopia de uma sociedade sem desigualdades, mais justa, uma sociedade sem manicômios, sem crianças morando nas ruas, que rompa essa cadeia cotidiana da violência. Enfim, onde a

solidariedade possa dar o tom das relações.

É essa utopia que queremos dividir com cada um de vocês neste momento, desejando que ela se expresse também no particular de cada um. E é com muito orgulho que apresentamos nesta edição um pouco do que foi a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada de 5 a 7 de outubro no Anhembi. Você vai poder conferir a presença de São Paulo, avaliar a importância desse evento e concordar conosco que essa experiência serve para fortalecer ainda mais nossa convicção de que a Psicologia tem um papel relevante na transformação da realidade social brasileira. Começaremos este novo ano com novos prefeitos eleitos, em todo o Brasil. O tom das eleições foi de renovação. Na cidade de São Paulo - uma das maiores deste planeta - temos o orgulho de ter na Prefeitura uma mulher, psicóloga, que representou no segundo turno uma composição das forças políticas comprometidas com a retomada do processo de construção da cidadania plena. Ainda dentro do cenário das eleições, o CRP SP divulgou à imprensa nota de repú-

dio às manifestações do candidato derrotado, sr. Paulo Maluf, com relação à categoria dos psicólogos (leia na página ao lado).

Tratamos ainda nesta edição da delicada relação entre o espaço público e o privado no cotidiano das pessoas e como a Psicologia pode se fazer presente nessa relação. Aproveitamos para encaminhar a você um calendário do ano 2001, ilustrado com os trabalhos realizados por usuários de instituições de saúde mental que venceram o 2º Prêmio Arthur Bispo do Rosário, na modalidade de "artes plásticas". Os primeiros colocados nas modalidades poesia e fotografia estão publicados neste jornal. Com o calendário, seguem nossos votos de que a cada dia do ano seja renovada a nossa crença na possibilidade de transformação de nossa sociedade. E que o espírito do Natal traga muita luz ao ano que se inicia, para você e sua família.

Um abraço,

Lumêna Almeida Castro Furtado,

Conselheira-presidenta do CRP SP.

Trabalhos

Idéias e projetos de todos os cantos do país

Gente de todos os cantos das cinco regiões do Brasil. Ao todo, foram 1.537 trabalhos expostos nos três dias de Mostra. A diversidade de projetos e trabalhos apresentados foi grande. Eles foram apresentados em estandes, formando ruas temáticas subdivididas em doze áreas de atuação (educação, violência, jurídica, criança e adolescente, trabalho, melhor idade, família, trânsito, comunidade, formação do psicólogo, mulher, saúde). Na impossibilidade de descrever todos os projetos, apresentamos a seguir alguns que representaram São Paulo na Mostra.



Elaine Bertalozzi (ao centro), do Projeto "Sexualidade Antropofágica", com integrantes de grupo da Unesp/Aracá.

Notícias do Jornal Psi
1997 a 2000

Mobilização

Campanha contra redução da idade penal ganha as ruas

Dia 6 de outubro, durante a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, o CRP SP lançou, contando com o apoio de mais 27 entidades, a **Campanha Contra a Redução da Idade Penal**, que vem ganhando cada vez mais adesões em vários setores da sociedade. A festa de lançamento mobilizou centenas de adolescentes e profissionais que trabalham com jovens num arrastão pelos estandes da Mostra, culminando com uma série de espetáculos de hip-hop e com uma tribuna livre onde todos puderam manifestar suas opiniões e onde também foi feita a leitura de um "Manifesto Contra a Redução da Idade Penal". A Campanha começa agora a ganhar as ruas das cidades de São Paulo, divulgada na Capital e no interior por meio de cartazes, *out-doors*, *back bus*, imprensa em geral etc.

O objetivo da Campanha é esclarecer a sociedade sobre diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional propondo a redução da idade em que os jovens passam a responder criminalmente por seus atos de 18 anos (cumprimento



"O mais interessante do evento de lançamento da Campanha Contra a Redução da idade Penal foi o fato de os participantes serem tão diferentes. Psicólogos e jovens da periferia colocando sua opinião a respeito da questão. Foi importante perceber como outros jovens enxergam a questão.



2001
2002

2001

Primeiro Forum Social Mundial



Acontecimentos

2002

Luiz Inácio Lula da Silva
é eleito presidente do país



Luta antimanicomial

Após doze anos, Congresso aprova reforma psiquiátrica

O Movimento da Luta Antimanicomial vem obtendo conquistas significativas em 2001. A principal delas foi a aprovação da Lei de Reforma Psiquiátrica - nº 10216 de 06/04/01 -, uma legislação considerada como a mais antiga em tempo de tramitação no Congresso Nacional, contando já com doze aniversários. O projeto - bastante alterado com o passar dos anos - foi inicialmente apresentado pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG). A lei "dispõe so-

entação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra" (Artigo 1º). Outro ponto comemorado foi a supressão de um artigo que constava do texto aprovado anteriormente pelo Senado e que abria brechas para a construção de hospitais psiquiátricos "onde não exista estrutura assistencial adequada".

cas asilares, corre-se o risco de muitos usuários que moram nessas instituições ficarem desamparados. O Fórum alerta que esse Artigo só pode ser efetivado se for aplicado conjuntamente com a Portaria nº 106, que regulamenta a implementação dos lares abrigados, para onde eles poderiam se transferir.

Outra distorção tem sido apontada no Artigo 8º Contrariando as propostas de estabelecimento de "equipes multidisciplina-

jornal nº 127

Prática

Psicologia, para uma **saúde pública integral**

O SUS oferece várias opções para a atuação do profissional de Psicologia. No Estado de São Paulo, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, existem 832 psicólogos trabalhando na rede.

Além da área de saúde mental (veja na pág. 12), os profissionais da Psicologia trabalham em programas de doenças sexualmente



Da esquerda: Unidade de Prevenção e Educação em Saúde da cidade de Marília; vacinação contra respestle em posto de saúde de Paraisópolis; equipe do PROPS - Programa Interdisciplinar de Interação Comunitária - de Marília; rede de saúde pública da cidade de Ribeirão Preto.



caminhado aos Centros pelos seus sindicatos ou pelos médicos das empresas em que atuam. "A área da saúde do trabalha-

população diversificada, com vários tipos de sofrimentos psíquicos. Isso exige criatividade, competência e capacidade de cri-

serem atendidas é sempre grande e o tempo, curto; essa alta rotatividade nos deixa sem feedback, mas a diversidade de pro-

Sistema de assistência
Antecipar
os custos e

Profissão

Registro de Especialista

Após ampla discussão em nível nacional, que envolveu todos os Conselhos Regionais, a APAF (Assembléia Política Administrativa Financeira), dentro de suas atribuições, deliberou e aprovou a Resolução CFP nº 02/01 que instituiu o título **profissional** de especialista em Psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais. A Resolução passou a vigorar a partir de 22 de março de 2001.

A Comissão de Orientação do CRP SP



Sociedade

Nova família tem múltiplas faces



A família patriarcal é, cada vez mais, um velho retrato na parede; com as mudanças, a psicoterapia familiar vê-se diante da necessidade de se adaptar a uma realidade sem fronteiras definidas

Núcleo básico da organização humana, o clã familiar funciona como um microcosmo social que não apenas reproduz, protege e devolve ao mundo suas crias, mas também determina valores ideológicos e culturais que moldam as sociedades. Vigorosa hoje, como já era nos primórdios da comunidade humana, a família é responsável pela imitação social do indivíduo, que a ela permanece agregado durante toda sua existência, por valores sentimentais, materiais e legais. Mas a família tem passado, nos últimos tempos, por grandes transformações. Em seu conceito básico, família é hoje o espaço da vida privada em que cada um de nós divide, com outros, afeto e compromissos fidelizadores. De uma maneira ou de outra, podemos dizer que esse núcleo sempre é formado. "Até mesmo as crianças de rua formam núcleos familiares, reproduzindo as figuras paternas e maternas", comenta Lucila Savone, socióloga e professora do departa-

tamento de modernização. As unidades familiares estão menores e não tão hierarquizadas", afirma Lia Zanatta Machado, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Ao contrário do que pensam os tradicionalistas, modificações como essas não subvertem a sociabilidade familiar. Na verdade, os novos modelos reforçam a noção da família nuclear. "Sempre haverá algum tipo de núcleo que fará a passagem da criança do mundo biológico para o mundo social. Apenas estão se criando outros tipos de estruturas que fazem a mediação entre o filho e o mundo", explica Lúlia Aratangy, psicóloga e psicoterapeuta familiar. "Surtem famílias que têm uma flexibilidade de identidade. Quando se permite que se tenha uma identidade mais construída e menos rígida, novas famílias começam a surgir", avalia Neyde Bitencourt, terapeuta de família e docente do Instituto Família. Além disso, a diversi-

de "boa" e "adequada", perderá a riqueza das construções pontuais que cada família faz", alerta Neyde. A terapia familiar deixou o modelo "instrutivo e organizado" para trabalhar de acordo com a "narrativa" do paciente, mudando à medida que se colocam outras possibilidades. O indivíduo se faz ou se constitui nas relações sociais; temos assim "a possibilidade de fazer construções de diferentes identidades", continua Neyde. A idéia é que cada família construa para si a identidade em que melhor se adequa. Antes, essa área da psicologia mantinha uma postura intervencionista, em que se colocava "mais a crença do terapeuta". Essa imagem se dissimulou e ainda há muitas famílias que procuram o psicoterapeuta buscando atingir "um padrão familiar parecido com o que é veiculado nos anúncios de margarina". Hoje, cabe ao psicoterapeuta ajudá-las a perceber essa idealização, procurando o caminho possível para conviver com família com a qual

Trabalhos "Lia Zanatta" em uma reunião do Conselho Regional de Psicologia em São Paulo em 2001.



"Família, família, Papai, mamãe, titia, Família, família, Almoça junto todo dia."

3ª Conferência Contra o Racismo, entre recuos e avanços

Saída dos EUA e de Israel do evento pode ter precipitado os ataques terroristas de 11 de setembro



Todos acompanhamos pela mídia os en-
traves que conturbaram a 3ª Conferência
da ONU Contra o Racismo, a Xenofobia e
a Intolerância Correlata, ocorrida em
Durban, África do Sul, entre 31 de agosto
e 08 de setembro. Houve momentos em

semântica, tratou do uso do termo Holo-
causto e consagrou que continuará a ser
grafado apenas no singular e com letra
maiúscula, referindo-se "especificamente
ao Holocausto sofrido pelos judeus duran-
te a 2ª Guerra Mundial", explica Edna. Isso

Seminário

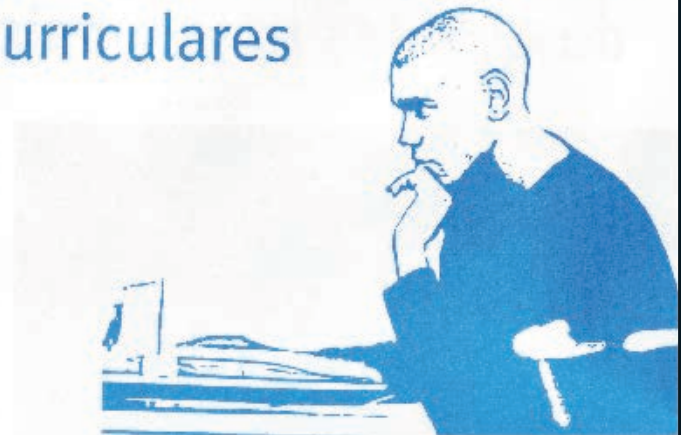
Evento abre novos caminhos para a Psicologia do trânsito

O CEP e os CRPs realizarão, nos próximos
dias 23 e 24 de novembro, o seminário
"Psicologia, Circulação Humana e Subje-
tividade". O evento surge como desdobra-
mento de diversas ações que buscaram re-
dimensionar a Psicologia do Trânsito, área

processo de construção de conhecimento
capaz de agregar valores sociais, éticos e
políticos, problematizando o trânsito
como um fenômeno que vai muito além
do tecnicismo atualmente vigente. ●

Amplo debate define proposta de diretrizes curriculares

O Fórum Aberto para a Construção de uma
Nova Proposta de Diretrizes Curriculares
para a Psicologia, realizado nos dias 17 e
18 de janeiro, no auditório do CRP SP, re-
presentou um marco para o futuro da for-
mação dos profissionais de Psicologia.
Organizado pela Associação Brasileira de
Ensino de Psicologia (ABEP) e pelo Con-
selho Nacional das Entidades Estudantis em
Psicologia (CONEP), com o apoio do Fórum
de Entidades Nacionais da Psicologia Bra-
sileira, o evento consolidou uma propos-
ta amplamente majoritária e abrangente
para as diretrizes curriculares dos cursos



Sistema Conselho cumprimenta presidente eleito e reafirma suas posições

Os Conselhos de Psicologia subscreveram uma carta cumprimentando o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória conseguida em 27 de outubro. Além disso, os CRPs propõem uma união de esforços, visando à implantação de medidas que melhorem os índices sociais brasileiros. A seguir, publicamos alguns trechos da carta, que pode ser acessada na íntegra no site www.crp.org.br:

"Ao Presidente eleito da República Federativa do Brasil Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

(...) Os psicólogos, com o seu conhecimento, vêm mudando o rumo da história da Psicologia no Brasil, estabelecendo

tange à formação em Psicologia, temos resistido, aliados a outras 13 entidades nacionais do campo da Psicologia, à aprovação e à implantação das DIRETRIZES CURRICULARES propostas para a Psicologia (...). Queremos abolir o PROVÃO como método de avaliação da qualidade da formação. O Provão também é mais uma ação que reflete essa política neoliberal mal-intencionada e fracassada (...). Ainda no campo da EDUCAÇÃO, queremos que sejam estabelecidas formas democráticas, transparentes e inclusivas de designação de acadêmicos ou psicólogos para a ocupação de cargos em órgãos de fomento à

categoria profissional, uma extensa e competente participação nos serviços de saúde.

No campo dos DIREITOS HUMANOS, nós, psicólogos temos estado alerta e participantes. Temos orgulho de sermos reconhecidos como uma das mais combativas categorias profissionais neste campo (...).

Senhor Presidente, é com satisfação que nós, dirigentes dos Conselhos Profissionais da Psicologia, recebemos sua vitória; é com esperança que acompanharemos seu governo e é com garra que colaboraremos para ter um Brasil melhor. Temos a certeza de que UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL.

Ciclo de debates busca redefinir as fronteiras entre a justiça e a saúde mental

A relação entre os atores do sistema de justiça e os profissionais de saúde mental vem mudando nos últimos anos, especialmente na área da infância e da adolescência. Se, historicamente, predominou uma aliança entre a psiquiatria e a justiça

lernos - com pareceres favoráveis das equipes técnicas que os acompanham - possam ser liberados.

Trasseto conta: "Um adolescente de 16 anos foi praticar um roubo, durante o qual, supondo reação da vítima, nela disparou,

ciência psiquiátrica que ainda hoje mantém o fantasma da periculosidade, um dos temas da psiquiatria do século XVI. Já o dr. Edson Engels, afirmou que "existe sim a razão da periculosidade e ela é medianamente previsível...". A psicanalista Sil-

Um mundo melhor é possível

A Psicologia e a construção de um mundo mais justo



O sucesso do 2º Fórum Social Mundial, ocorrido entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre, mostrou ser possível reagir contra os ditames

O Fórum Social Mundial em números

- 80 mil pessoas
- 123 países
- 12 mil delegados inscritos

Nuestra América Latina

A Psicologia na vanguarda da união latino-americana

A face mais perversa da globalização recai, indubitavelmente, sobre os países que apresentam uma economia mais fragilizada. Enquanto os lucros e o aumento da circulação de capitais crescem nos países desenvolvidos, agravam-se os índices sociais dos países latino-americanos. Porém, a passividade contra essa situação tem diminuído sobremaneira e a resistência tem mostrado a sua força de diversas formas, inclusive através de urnas

de 1997, esses países vêm ampliando a idéia de formar uma união de entidades de psicólogos de toda América Latina com o intuito de fortalecer a soberania de nosso continente e, sobretudo, fazer frente à hegemonia dos países europeus e dos EUA.

Segundo Romero, que também esteve presente no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, os objetivos da Ulapsi têm como ponto de partida a consolidação de uma

Pergunta 1: O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

	Brasil	São Paulo
Sim:	115.227 - 1,13%	33.769 -
Não:	10.062.224 - 98,32%	2.290.400
Branco:	32.768 - 0,32%	8.886 - 0
Nulos:	23.874 - 0,23%	9.283 - 0

Ciência e Profissão

Congresso entra para a história da Psicologia

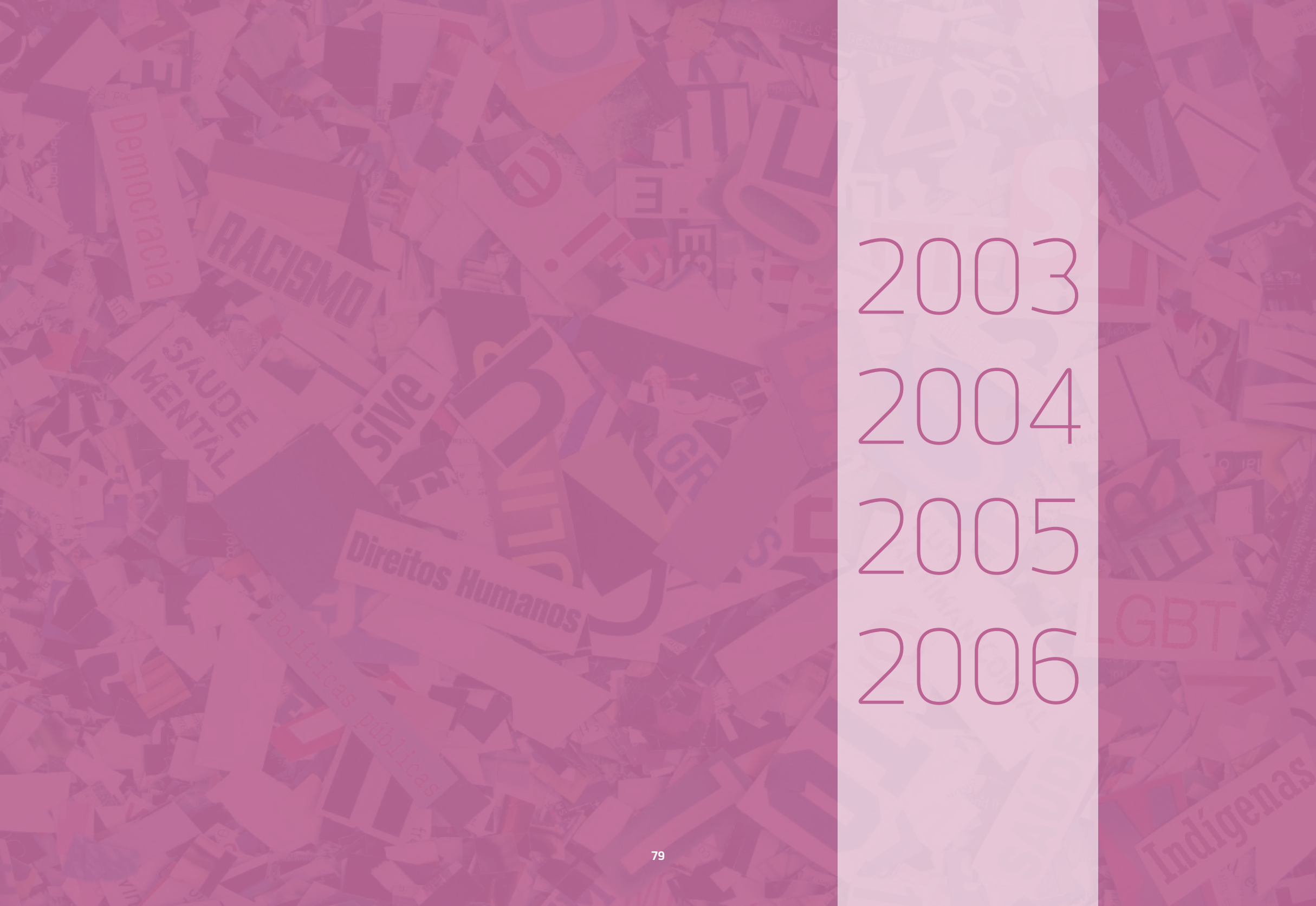
O I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado entre os dias 01 e 03 de setembro, em São Paulo, tornou-se um marco na história da Psicologia brasileira. Além dos grandiosos números que envolveram o evento - 8 mil participantes, 400 mesas-redondas/simpósios, 2 mil painéis e mais 130 eventos envolvendo cursos, conferências e "conversando sobre..." - e da qualidade apresentada nos

A principal meta, que, segundo Cláudio Hutz, era organizar um congresso que pudesse "mostrar o potencial das realizações da Psicologia brasileira", foi atingida. "A necessidade desse evento, dentro do seu contexto e do seu objeto, é refletir sobre o momento em que nós vivemos no Brasil e sobre a forma como o exercício da ciência pode se voltar para a perspectiva social de nossos dias. É fundamental que

Terceira Idade

"O nosso trabalho chama-se 'Satisfação com a vida de idosos participantes no grupo de convivência'. Aplicamos uma escala de satisfação com a vida, observando a convivência deles, o relacionamento dentro do grupo e aspectos de liderança. Alguns resultados obtidos foram os seguintes: pedimos que eles dessem uma nota para a vida que estão levando no momen-

de vida. A pessoa pintou figuras que representam alguns itens - lazer, saúde, sexual, familiar, profissional, cultural, emocional, social e espiritual -, mostrando o grau de satisfação com cada âmbito de sua vida. Em uma segunda folha, ela descreve com suas palavras o que foi levado em consideração. Percebemos que nos resultados com esse instrumento a pessoa consegue ter uma boa visualização da qualidade de



2003

2004

2005

2006



2003
Posse do presidente eleito
Luiz Inácio Lula da Silva



2004
Criação do Bolsa Família

2006
Aprovada a Lei Maria da Penha



Acontecimentos

Ciência e Profissão

Testes psicológicos em análise

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) analisa, desde o final do ano passado, a eficácia de 160 testes psicológicos que estão no mercado editorial. O objetivo é verificar a validade e a autenticidade dos mesmos, garantindo a qualidade dos instrumentos utilizados para muitas finalidades em Psicologia e que as editoras não sejam as únicas responsáveis pela palavra final sobre os testes.

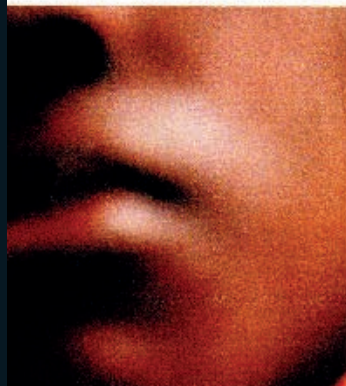
Alidade dos testes com os requisitos mínimos exigidos pelo Conselho Federal - definidos em plenária este ano e regulamentados pela Resolução CFP nº 002/2003.

Dentre os testes analisados, sabe-se que muitos possuem fundamentação teórica e estão dentro dos parâmetros internacionais. No entanto, muitos estão defasados e, se não forem atualizados, podem causar danos à população. "Há testes que ficaram muito tempo desatualizados,



Seção Aberta

Sinais de novos tempos: está no ar o Banco Social de Serviços em Psicologia



Os sinais de desejo de mudanças no país, expresso pelo povo nas urnas em 2002 chegaram aos corredores das Conselhos Regionais de Psicologia. Anunciados em outubro do ano passado, durante o encontro da APAC, os novos ventos vieram para renovar o ar da profissão com a implementação de um dos maiores programas sociais que já se teve notícia no Brasil. O Conselho Federal de Psicologia colocou, no início de junho em seu site www.psi.org.br o Banco Social de Serviços em Psicologia (BSSP), um projeto que visa combater, em cada um dos 13 CRPs, psicólogos dispostos a ceder horas e dias de trabalho para programas sociais desenvolvidos por órgãos públicos. O lançamento oficial do Banco Social será no dia 27 de agosto. Da

real a oportunidade de contribuir com as parcelas mais pobres do tecido social. Ao mesmo tempo, será possível dar visibilidade às práticas que exercitam investimentos aos olhos da política pública.

Ana Raia, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, explica que, nos últimos 15 anos, vem crescendo um movimento dentro da categoria para redirecionar a profissão rumo ao comprometimento com a maioria da população, que não tem acesso ao serviço de psicologia. Neste período, a profissão acumulou competências em muitos setores, áreas sociais e instituições que não foram colocadas em prática em todo seu vigor. Em virtude do pouco resgate nos órgãos públicos, as ações que poderiam ter sido

Como se cadastrar no Banco Social de Serviço em Psicologia (BSSP) para receber informações



No site www.psi.org.br, acesse a seção Sinais de Novos Tempos. Para receber todas as informações sobre o projeto de serviço, preencha o cadastro fornecendo as seguintes informações: dados pessoais, currículo de competência, horas de trabalho voluntária e áreas de formação. Os projetos selecionados pelo BSSP serão colocados no site para os profissionais interessados, que só se deverão manifestar para o trabalho.

jornal nº 137

Parceria da Prefeitura de São Paulo com o CRP-SP combate suicídio

Aumento de casos entre a população jovem motivou surgimento do projeto.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que um milhão de pessoas cometeram suicídio no ano de 2000 em todo o mundo e que ocorre uma morte para cada 10 a 20 tentativas de suicídio. Em todos os países, esta é uma das três maiores causas de morte na população entre 15 e 34 anos. O Brasil vem acompanhando a ten-

saúde de São Paulo, Roberto Lykanori, propôs o Plano de Prevenção ao Comportamento Suicida. "Significaria detectar as tentativas de suicídio e não só puramente o suicídio, e oferecer um seguimento, um apoio, ações de saúde para essa população que tenta tirar a própria vida", complementa o Assistente Técnico da mesma

saúde como principais objetivos reduzir o número de suicídios e comportamentos suicidas no município de São Paulo, diminuir a morbidade associada ao período pós-tentativa de suicídio, nos indivíduos e famílias, identificar o perfil e algumas das condições associadas às tentativas de suicídio na população de São Paulo e, sim-

Políticas públicas

Estatuto da Criança e do Adolescente precisa de vontade política para sobreviver



Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha nascido, 15 anos atrás, maduro e avançado, a aplicação de seus princípios pelo Estado brasileiro está só engatinhando. Os tímidos resultados não foram suficientes para desanimar seus defensores nem tampouco para dar eco a setores mais repressivos da sociedade favoráveis à

manda, a grande causa de abrigo em na capital; orientação, apoio e acompanhamento temporário ao carente e abandonado em condições de risco; matrícula e frequência obrigatória na escola. Na assistência social: programa terapêutico em torno do drogadição e de fortalecimento domiciliar; oportunidades de profissionali-

com que eles não acreditem na progressão. É preciso que as medidas sejam por prazos fixos", sugere. Paulo Costa, defensor da instituição que preside, diz que a Febem está em fase de reorientação. A secretaria da Educação acolheu a Febem que deixou de priorizar a contenção em prol dos aspectos pedagógicos.

jornal nº 138

Psicologia entra na luta pela democratização da comunicação do país

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação quer pluralizar a mídia no país

Embora criado em 1991, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem ganhado força nos últimos três anos. O FNDC chegou ao status de pessoa jurídica cinco anos mais tarde e vem congregando inúmeras entidades da sociedade civil, entre as quais o CFE, para enfrentar os vários nós da comunicação no país. Talvez o maior deles, na visão do conselheiro Sérgio Leite, coordenador da Comissão de Comunicação do CRP-SP, seja a concentração das grandes redes de comunicação da massa nas mãos de poucas famílias.

comunicação Social. Neste caso, temos uma especificidade: a mídia, não há nenhuma vinculação direta da psicologia com a questão da comunicação. Mas somos uma entidade da sociedade civil preocupada com a questão", declara Moniz de Aragão. "Nós estamos começando a entender que o problema da comunicação é tão importante quanto o da educação, afinal, estamos falando do grande sistema de formação de consciência", resume Sérgio Leite.

Regionalização - O FNDC já se desdobra

to publicamente e dentro de critérios que contenham contrapartidas sociais.

Os signatários do manifesto gostariam de ver respondidas as seguintes questões:
→ O que caracteriza a crise da mídia?
→ Qual sua abrangência?
→ Qual será a extensão do programa de apoio às empresas?
→ Quais segmentos ele irá beneficiar?
→ Como se dará esse tipo de ajuda? E em que condições?
→ Se algumas empresas cometerem equívocos

Ciência e Profissão

Psicologia Organizacional ganha espaço nas empresas e sindicatos

Embora tenha surgido na segunda década do século passado em decorrência do fenômeno migratório para os grandes centros urbanos, só agora a Psicologia Organizacional no Brasil começa a ganhar maturidade, como indica a criação, em 2001, da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) e da revista Psicologia: Organizações e Trabalho (POT). Se no seu berço, a atividade resumia-se aos testes psicotécnicos em empresas ferroviárias, agora assume papel estratégico nas grandes corporações para o ganho de produtividade e na compreensão do sofrimento individual no desempenho das atividades de trabalho ou decorrente do desemprego, num mercado de trabalho pelo qual se compete não só com

lectual, gestão do conhecimento, alianças estratégicas, ética empresarial, organizações virtuais, tempo ocioso e outros", revela ele.

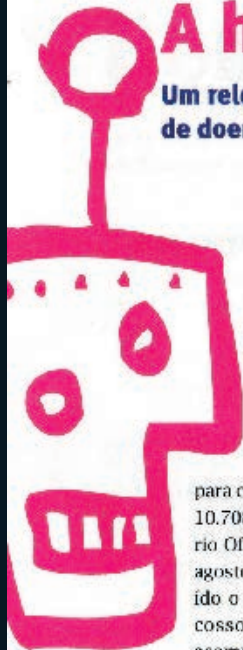
Todos os movimentos fizeram do psicólogo um profissional valorizado. Assim como nas práticas tradicionais (treinamento, análise de trabalho, seleção, etc.), o psicólogo organizacional consolidou sua importância em novas propostas de intervenção (relações de trabalho, mudanças organizacionais, administração de pessoal, etc.). Transformações aconteceram inclusive em tarefas clássicas, como avaliação de desempenho. O psicólogo passou a considerar também o potencial de cada sujeito e não apenas o seu desempenho real.

A revolução é percebida quando o psicó-



A hora e a vez de voltar para casa

Um relevante passo foi dado pelo governo federal para mudar o quadro dos portadores de doenças mentais no Brasil.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no final de julho de 2003, o projeto de lei 1152/03, que prevê a concessão de R\$ 240,00 mensais para pacientes internados em hospitais psiquiátricos que voltarem para casa. De acordo com a Lei 10.708/03, publicada no Diário Oficial da União em 01 de agosto deste ano, fica instituído o auxílio-reabilitação psicossocial para assistência, acompanhamento e integração social, fora de unidade

“Este programa representa uma atitude cultural e social de inclusão daquelas pessoas que precisam de assistência e que parece indenizar as vítimas de um modelo inadequado e segregador como os manicômios”

Milton Freire

rável à alta hospitalar. Mesmo recebendo o benefício, o paciente terá garantida a atenção continuada em saúde mental, na rede de saúde local ou regional. No entanto, o pagamento do auxílio-reabilitação poderá ser suspenso quando o beneficiário for reinternado em hospital psiquiátrico ou quando ele alcançar os objetivos de reintegração social e autonomia.

Ampliação - Em outra frente, o governo Lula já anunciou a criação de 178 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), até o final de 2003, destinados ao atendimento a crianças, adolescentes, adultos e portadores de transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de álcool e drogas. Hoje, existem 424 centros distribuídos pelo país. Para a construção das

Muito além do pódio

Psicólogos e atletas se unem na conquista da vitória



Ser flexível é uma característica importante para o sucesso do psicólogo que atua na área do esporte. É uma espécie de pré-requisito. Ora ele desempenha suas atividades em uma simples sala, ora está na arquibancada de um ginásio. Também pode ser encontrado no jardim de um clube ou à beira de uma piscina. A Psicologia do esporte é uma área que vem seduzindo os psicólogos e conquistando mais espaço e respeito na sociedade brasileira, principalmente depois do ano 2000, quando passou a ser uma disciplina obrigatória

Novo Código de Ética reafirma compromisso social do psicólogo

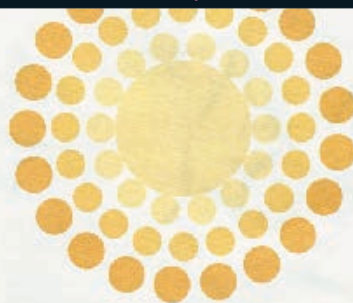
A relação do profissional passa a ser com a sociedade

Resultado de 120 teses produzidas de uma maratona de discussões, encontros e dos Fóruns Regionais e do Nacional, ao longo de uma gestão de 12 meses, o novo Código de Ética Profissional do psicólogo está prestes a nascer. Situarizado com as transformações sociais e com o desejo da categoria de democratizar o acesso da população a um conhecimento científico até então elitizado, este documento cristalizará princípios fundamentais, que norte-

iam o agente de ações repressoras - a partir da aprovação do novo código, aquele que se omitir em relação a quaisquer práticas de exclusão, será enquadrado pelo Código de Ética. Isso inclui a tortura e a discriminação nas escolas, empresas ou hospitais. "O sigilo profissional deve ser quebrado, quando diante de um caso de violência e de infração das garantias individuais e dos direitos humanos", antecipará o dever do psicólogo denunciar si-

tuções que colocam as pessoas em risco", acrescenta Lisa.

Muitas destas posturas, que serão aprovadas no texto final, aceitam o passo com legislações vigentes atualizadas, como o Código de Defesa do Consumidor, o Código Brasileiro de Trânsito, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente. No caso do ECA, o Código incorporou 90% de seus princípios. Este sincronismo com as leis, que defendem a



A face oculta da exploração sexual infanto-juvenil

Especialistas dizem que essa violência deve ser combatida com a superação de tabus e preconceitos



O dia 18 de maio, data da morte de Anacleto, estupro e assassinato cruelmente no Espírito Santo, nos anos 70, foi instituído como o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil. Não se trata de uma comemoração, mas sim de um alerta à toda a sociedade sobre a grave situação em que vivem inúmeros meninos e menin-

as aspectos históricos, culturais, sociais, de gênero, raça, etnia, sexualidade e de marginalização de jovens expostos a tais práticas.

Ela explica que o abuso sexual doméstico é mais fácil de ser identificado porque em geral é denunciado. Para estes casos, há programas de intervenção, inclusive possibilitando o fortalecimento familiar. Quando se trata de exploração

relacionada pelas desigualdades sociais e de oportunidade.

Luzena comenta que, pela dificuldade inerente ao processo de conscientização das vítimas da exploração sexual acerca de sua própria condição, as políticas de combate à prostituição infanto-juvenil deveriam contemplar diversas frentes de trabalho. Ela sugere um combate e regressão à figura do

Protegendo e fortalecendo a família

Cerca de 100 mil famílias da Capital são o público-alvo do PROASF, que visa uma política de ação social mais ativa para as pessoas carentes, atendidas diretamente por psicólogos e assistentes sociais

Muitos psicólogos e assistentes sociais, que acompanharam com entusiasmo, em 2002, o "Fortalecendo a Família" do Governo do Estado, chegaram a presumir, por notícias desencontradas, que o programa tinha acabado no ano seguinte. De caráter sócio-educativo, que não só garantia a transferência de renda às famílias, mas procurava apoiá-las com ações que as tirassem dos riscos sociais provocados pela recessão do País, a iniciativa mudou de mãos e chegou como boa notícia ao ser transferida, com outro nome - Programa de Assistência Social à Família -, para a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo.



ECA comemora 15 anos de luta pelos direitos das crianças e adolescentes

Os desafios do estatuto não são apenas os de superar ranços do antigo Código de Menores e os de pôr em prática seus artigos. Projetos de lei, que tramitam no Congresso Nacional, propõem desfligurar seus princípios



A sociedade brasileira cultiva por décadas a ideia de que crianças e adolescentes eram "incapazes", ignorando-os até no aspecto legal. A transição desse conceito para a compreensão de que os direitos se estendem a todos e não só a quem é considerado contribuinte coincidiu com a abertura política no Brasil e com a aprovação de leis democráticas e humanistas, a começar pela Constituição Federal de 1988. O enriquecimento de sociedade e a introdução de saberes científicos e sociológicos à elaboração de princípios legais

inimidade, a reparação do dano e, em casos mais graves, a privação da liberdade são garantias de responsabilização de adolescente", lamenta. Ela lamenta, porém, que as medidas socioeducativas geralmente não sejam colocadas em prática. "Após cometer diversos atos infracionais, o adolescente é enviado a instituições prisionais como a FEBEM, sem que tenha existido uma tentativa anterior de readaptá-lo", pondera.

Segundo a também psicóloga e professora da USP Leste, Patrícia Junqueira Grandirio, a

continuada violação dos direitos humanos e situações como as da FEBEM de São Paulo, sempre em volta de 19000.

O juiz comenta que a sociedade ainda enxerga o "DNA" do paradigma da incapacidade. "As crianças e adolescentes não estão sendo considerados sujeitos e sujeitos de sua própria vida", acredita. Para o magistrado, enquanto eles não forem tratados como titulares de direitos e deveres, a sociedade estará se envolvendo em discussões equivocadas como propostas que pelem a restrição da maioridade

Devido à ausência visível de avanços para os próximos anos se os seguintes de defesa dos direitos humanos, a começar pelos profissionais da Psicologia, não esmorecerem. "Fazer valer o ECA é uma batalha que os psicólogos têm que enfrentar. Garantir a condição de sujeitos de direitos a crianças e adolescentes irá determinar o futuro das próximas gerações. E a

qualidade da saúde mental só será possível se estiverem garantidos os direitos previstos no estatuto", defende. Patrícia Junqueira Grandirio também acredita que o momento é de amadurecimento. "Não há como voltar ao passado, e temos que encontrar alternativas para superar os obstáculos para que no futuro o ECA consiga se impor como modelo vigente", finaliza. ●

Banco Social de Serviços em Psicologia: uma conquista de todos

Psicólogos e sociedade saem fortalecidos com a participação profissional no campo de políticas públicas

O Dia do Psicólogo foi comemorado de maneira especial este ano. A data foi o marco de encerramento de um dos programas de política pública mais ousados do país promovido por uma instituição representativa de classe: o Banco Social de Serviços em Psicologia. O projeto, resultado do movimento da categoria rumo à inclusão

Muito além de criar condições no mercado de trabalho para a categoria, a experiência do Banco Social serviu, segundo a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Beck, para humanizar as políticas públicas do país por meio dos conhecimentos da Psicologia. "Dessa forma, as políticas poderão refletir as necessidades

de parcerias com importantes órgãos e instituições dos governos estaduais, municipais e federal, os psicólogos intervirão em políticas públicas e construirão uma nova visão a respeito da Psicologia, suas teorias e aplicações junto à população, além de ampliar o diálogo com o Estado, que reconhece a importância de

formas de atuação e contribuição social da Psicologia. Esperamos que isso possa fortalecer a presença social da profissão e

Privação de liberdade, empobrecimento de vidas

Sistema prisional, manicômios, hospitais psiquiátricos e FEBEM - instituições de encarceramento estão sob forte crítica pelo seu caráter de exclusão social

Em novembro do ano passado, os Conselhos de Psicologia aliados a outras entidades reuniram um grupo de cerca de 1.400 pessoas em torno de uma palavra de ordem: "Privação de Liberdade não é Solução Para a Vida. A Gente quer Outra Saida". O ambiente era o Mineirão e o campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A atmosfera era o Fórum Social Brasileiro, evento preparatório à participação do Brasil na



Luta antimanicomial comemora maioridade

Mesmo com a redução de leitos psiquiátricos e o fechamento de diversos manicômios, muitos doentes mentais ainda não recebem tratamento adequado

No dia 18 de maio de 1987, teve início o movimento da luta antimanicomial, cuja proposta era abolir os tratamentos realizados aos pacientes psiquiátricos nos manicômios e substituí-los por dispositivos e procedimentos terapêuticos que possibilitassem o cuidado em liberdade e o resgate da cidadania do portador de sofrimento psíquico. Até então, os pacientes eram submetidos a internações fechadas, em instituições que se caracterizavam

A representante do CRP da Comissão Estadual de Reforma na Saúde Mental, Maria Cláudia Tedeschi Vieira, esclarece que, dentro do programa federal de desinstitucionalização e de redução de leitos psiquiátricos, as residências terapêuticas são destinadas às pessoas que permaneceram longo período de tempo internadas e que perderam os vínculos familiares. São acolhidas assistidas que abrigam oito pessoas, com a possibilidade de

meio. Não é um trabalho fácil, mas as experiências estão nos mostrando que o resultado é excelente. Os pacientes voltam a se manifestar enquanto pessoa, recuperam sua memória, reconstroem sua história de vida e conseguem a resgatar seus vínculos familiares", diz Cláudia.

Entretanto, ainda existe uma grande resistência por parte dos proprietários de hospitais psiquiátricos em aceitar a lei e reduzir seus leitos. "É extremamente bu-

Ciência e Profissão

Projeto resgata trajetória de psicólogos no Brasil

Dedicação e pesquisa mantêm a memória viva



"O Projeto Memória quer estabelecer bases para uma ampla pesquisa sobre o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, contribuindo na construção da identidade do psicólogo brasileiro."

Carmem Sílvia R. Tavora

na", revela Carmem. Em fase de revisão, o "Linha do Tempo" será disponibilizado em breve à categoria, através do site do CRP-SP (www.crp.org.br) e do Conselho Federal de Psicologia (www.cfp.org.br).

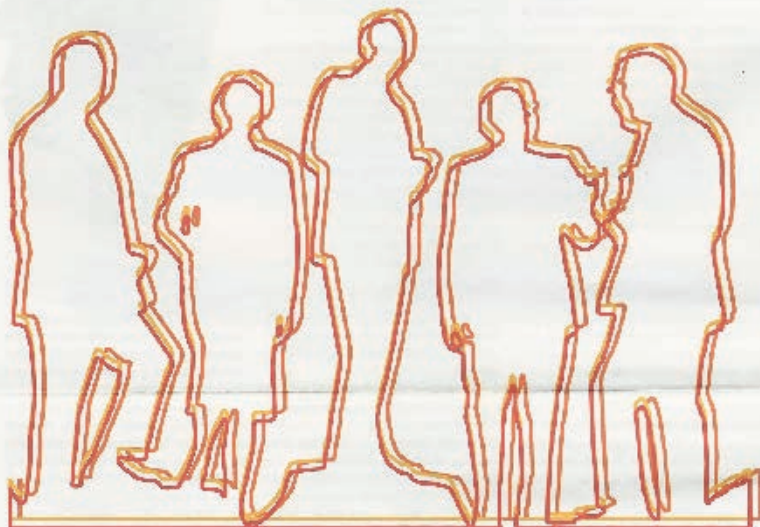
Participam da revisão de "Linha do Tempo" os pesquisadores Nélia Rocha (BA), Ana Maria Inocê Vilela (DF), Raquel Nunes da Cunha (DF), Maria do Carmo Guedes (SP), Maria Baptista (SP), Inês Lourenço (SP) e Roberto Sagawa (SP). No CRP-SP, o projeto é da responsabilidade de Carmem Sílvia R. Tavora, Januária Cristina Barros, coordenadora e estagiária do Projeto Memória, Adolfo Barros Benevenuto e Marcos Roberto Fernandes da Anunciação, respectivamente, coordenador

Uma profissão sem lembranças é uma profissão sem história. A Psicologia, que vem sendo esquecida, precisa ser resgatada. Trabalho do juizado de menores: da subdiretoria técnico-científica; e do serviço de

jornal nº 144

Unindo esforços e ampliando horizontes

Mais de 70% dos psicólogos optam pela Psicologia Clínica, mas como lidar com a diversidade de linguagens nesta área é um desafio que será tratado pela Abrap



Na mesma medida em que outras áreas do conhecimento avançam e novas possibilidades são reveladas, também a Psicologia se atualiza. Entretanto, embora as áreas da Psicologia se desenvolvam, cada vez mais, em novas aplicações, nenhuma delas lida com uma diversidade tão grande

proprietária mais prática, clínica e mais funcionalmente específica em Psicogerontologia, gerontologia ambiental e determinação neurobiológica, diz.

Ele conta que em muitos países, o psicogerontologia não é considerada uma área de atuação, mas sim, uma especialização

na área de interesse que motivou os alunos. Já nos países anglo-saxônicos, a Psicologia era uma área de pesquisa em psicologia da Memória e Aprendizagem, enquanto que a Psicogerontologia é considerada uma área de pesquisa de interesse clínico, diz, gerontologia com uma especialização

jornal nº 145

Um Mundo Melhor é Possível

Democratização do trabalho

Pautada na igualdade das relações e na autogestão, a economia solidária pode ser uma forma de combate ao desemprego



Trabalhar em uma empresa na qual não existe divisão hierárquica; ser, ao mesmo tempo, patrão e empregado; participar de todas as decisões de forma democrática, sem o estabelecimento de relações de poder e definir o valor do serviço prestado; ser uma administração igualitária de capital e dos meios de produção e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Esse tipo de trabalho é a base do conceito da economia solidária: uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam ali-

A formação dessa rede de apoio vem contribuindo para o sucesso de muitas iniciativas, provando que esse é um modelo possível e que pode chegar a diversas localidades. Um exemplo bem sucedido é a Cadeia do Algodão Orgânico, rede distribuída em vários estados, que começa no Ceará, com a separação da semente da planta do algodão. Depois, a planta segue para São Paulo, onde outra cooperativa, tecer o fio. De lá, um terceiro grupo produz o tecido e o encaminha a dezenas de cooperativas de costureiras,

para as dificuldades. Des também colaboram com os conhecimentos da Psicologia sobre o comportamento humano, o funcionamento de organizações, no processamento de conflitos e na indicação de procedimentos que favoreçam a inserção entre as pessoas, sempre adaptando esses conhecimentos para

jornal nº 143

Formação

Compromisso social, o que os cursos têm a ver com isso?

A formação do psicólogo conectada à problemática da realidade avança nas instituições de ensino

O caminho, que a Psicologia trilha nos últimos 20 anos, vem considerando o contexto social para compreender e atuar o sujeito em seus aspectos subjetivos. A amplitude do campo de atuação dessa ciência, que se expande para além das paredes dos consultórios, demonstra avanços consideráveis na escola, nos hospitais, no

lugar uma formação profissional mais enraizada com os problemas da realidade da comunidade na qual o curso se insere".

Para ela, a necessidade de um compromisso social da Psicologia já é um consenso na categoria e tem sido discutido amplamente nos mais diversos eventos. "Essa consciência está sendo construída e

Saúde mental no PSF é um desafio para a Psicologia

Psicólogos não fazem parte do desenho básico do programa, mas quando acionados revelam sua importância.



Apesar de exercer uma papel estratégico, a saúde mental e a presença do psicólogo na equipe do Programa Saúde da Família ainda não fazem parte da estrutura básica delineada pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Mas é uma importante porta de entrada que se vislumbra para a Psicologia levar seus conhecimentos à parcela mais frágil da população brasileira.

Mas a Política Nacional de Atenção Básica, por meio da Portaria nº 668, definiu os recursos necessários para a realização de suas ações a partir de uma composição mínima, que não prevê uma equipe de saúde mental na equipe de Saúde da Família. A equipe multiprofissional clássica é composta por médico, enfermeiro, cirurgião-dentista, auxiliar de diagnóstico de imagem ou técnico de higiene dental,

saúde para que sejam incluídas equipes de saúde mental", adiante.

Essa autonomia dada aos municípios permite um redesenho na composição básica do PSF e abre espaço para a atuação do psicólogo numa equipe de saúde mental. "Os critérios para a formação dessas equipes são definidos, em geral, pelas administrações municipais. Como o profissional de saúde mental, que não se encaixa

Saúde!



Psi. Ou, mais saudáveis, aos psicólogos. Com o objetivo de melhorar a saúde para todos e o melhor para um profissional comprometido com a sua realidade vai muito além do seu próprio bem-estar: abre-se uma via, sua participação no processo da profissão e a possibilidade de, por meio dela, alcançar um direito de mais qualidade mais justa e igualitária. Por isso, tivemos "Saúde!" como uma palavra de ordem dos psicólogos. Queremos atenção integral à saúde, mesmo quando suas serviços (ações de saúde, descentralização, com direção única na administração, descentralização e participação da população no controle e na avaliação das políticas desenvolvidas em outras palavras, lutamos para ver implantadas os preceitos da Constituição Federal e os princípios dos artigos do SUS - Sistema Único de Saúde. Queremos isso como cidadãos, compreendendo a necessidade de fazer valer os direitos sociais, dentre eles o direito à saúde e de acompanhar, vigiar e por meio da participação nos espaços já existentes e a serem criados, a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e estruturada para garantir esses direitos para todos.

Mas, também defendemos essas práticas por "bom do cidadão". Como psicólogos, atuamos na área de saúde e atuamos em muitas outras áreas: trabalho, educação, com vistas a promover a saúde e a qualidade de vida. Dessa forma, sabemos a partir dessa atuação como profissionais, que somente com o desenvolvimento de políticas públicas para a saúde podemos fazer a efetiva implementação do SUS.

se é possível disponibilizar os serviços de Psicologia para toda a população, criar condições adequadas em equipes multi-profissionais e participar da tomada de decisão e execução de planos de intervenção que garantam a qualidade da assistência e a consideração das necessidades dos usuários em todos os níveis, especialmente, dos aspectos subjetivos envolvidos.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, reconhecendo a importância de debates e ações coletivas sustentadas por essas categorias em conjunto na área de saúde, bem como a necessidade de manter as propostas de ações que visem sua melhoria, definiram 2006 como o ano de Psicologia e Saúde Pública. No âmbito de outras lutas referentes à nossa profissão e ao setor social, a Saúde Pública está, neste ano, prioritária. Estratégias reunindo, da experiência acumulada, avaliações e propostas para a atuação de psicólogos na rede de saúde. Isso ocorrerá nos fóruns regionais e no Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública. Os objetivos e a organização desses fóruns podem ser encontrados na matéria e respectiva participação neste debate é fundamental, pois trata da subsídio para a proposição das propostas serão discutidas e encaminhadas.

Embora prioritário, o ano de Saúde não é o único em foco. Continuamos com a Campanha Nacional de Direitos Humanos, que coloca em questão o curso, o caminho em suas várias dimensões e suas relações para a sociedade. Continuamos trabalhando em prol da participação da psicolo-

gia na formulação de políticas públicas para diferentes áreas e, para isso, devemos aproveitar e aproveitar o desenvolvimento da atividade do CENEP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas). Continuamos trabalhando nas questões estruturais do exercício profissional em toda a sua diversidade, abarcando a necessidade da intervenção e da discussão dos aspectos éticos. Continuamos entendendo que a realidade pública deve ser levada em conta. Na sua dimensão mais geral, bem como em seus desdobramentos para o desenvolvimento de políticas específicas, como, por exemplo, para a ocupação da cidade. Definir, entre outros aspectos também têm nossa atenção e sobre eles falamos neste jornal, para que você possa acompanhar e participar. E especialmente neste momento convidamos os psicólogos a, juntos, desdobrar para a sociedade. Saúde!

Atualizações

Agenda

10 de julho: Congresso e Seminário de Psicologia da Criança, com realização de dia 17 a 23 de julho de 2006 em São Paulo, com o tema "Saúde da Criança: 70 anos de Psicologia da Criança".

Interior

Na matéria "O SUS de atenção à saúde", de página 44, corrigimos o erro de impressão do nome do presidente do Conselho de Psicologia da Associação Brasileira de Psicologia da Criança e da Adolescência (ABPC).

A crise dos sistemas prisional e da segurança pública **explode** nas ruas

Os ataques do PCC revelaram uma tensão que vinha se anunciando desde as rebeliões nos presídios, mas que o Estado não enxergou.

Em meio deste ato, o Brasil passou terrorizado a uma ação feroz do crime organizado: ataques a policiais, agências bancárias, ônibus e instituições públicas em várias cidades do Estado de São Paulo. A crime se estendeu-se a todas as unidades universitárias da Colúmbia do Brasil e foi um de aparelhagem e expansão do fiscal do século passado. O maior desses ataques foi o do PCC - Primeiro Comando da Capital, uma facção que atua em São Paulo e ameaça distantes da população. Seu objetivo é liderar a organização das ruas. Há quem tenha chamado, o Muro, o grande do mundo, e um ato militar do mundo - "A arte da guerra", do filósofo Sun Tzu.

Esses ataques continuaram em julho, o agosto e também são uma reação à segurança do Estado de São Paulo, em um cenário de segurança, mas não, nem tudo. Há pessoas que há permitiram, sabendo, continuando no mundo de ações criminosas, e mesmo assim, sociologia e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, também não essa crise e resultado de um processo de tensão entre a massa organizada e a administração penalitária, revertendo ao longo dos anos 70. Há rebeliões, que passaram despercebidas de a população, há indicadores que mostram a importância dos presos de organização de desestabilizar o sistema prisional, e há, para ele, só ao alcançar as ruas, há que a população tornou cênica



as prisões, as reformas no sistema, o governo não esses líderes como uma de comunicações. Como o mais certo do governo, há um interesse de que grande direi-

Tráfico de armas tem se referido a alguns integrantes de membros do PCC como integrantes do crime por transmitirem ordens dos líderes à rede criminosa dentro

cidade: um estudo preliminar", refere que as condições subnormais vividas nos presídios têm sido inclusive temas importantes de debates da Justiça Federal. "Todos os anos, assistimos a cidades com os presos e com os jovens privados de liberdade. Entretanto, a Lei de Execuções Penais e o sistema de trabalho e do Adolescente continuam sendo sistematicamente desrespeitados", afirma.

Ele observa que é preciso antes de tudo reavaliar a gama de conteúdos da educação, que também são essenciais no mundo. "Vivemos situações como essas, onde a vida do indivíduo nasce do dia para a noite e não brota do estado. A cidade de São Paulo é, historicamente, golpeada por todo tipo de violência. São diversas condições, que projeto e exposto das pessoas, há essas condições de cidade, sendo é mais e cada vez mais do território urbano, particularmente. A última violência que ocorreu em um contexto de massacre do centro, em 1994, quando centenas de ruas de pessoas da cidade foram invadidas e furtos a marteladas e "fogos de fogueira", contou também. "As polícias militares foram utilizadas em um nível de degradação, política e administrativa. Situações de violência e do Jardim Ângela, onde há um, no contexto da cidade, o mesmo do aspecto de desconformação que domina os outros, que sempre acontece e desses locais."

Para ele, um elemento de crise, mesmo

após das 130 ocorrências de mortes por arma de fogo - é no contexto, durante os ataques do PCC, em maio. Segundo Ariel Alves, da DCLP, os ataques do PCC e a revolução política, tem um crescimento extremamente mais de 300 vezes.

A lista de ataques dos anos vividos e a articulação do PCC e violência é extremamente um ponto que é quase impossível o investimento em serviços de inteligência. Mesmo assim, por exemplo, diz que a boa política de segurança passa por inteligência. "Há muitos crimes, a gente fala que policial não precisa de arma, e uma de computadores não precisa de coleta à prova de balas, e não de equipamento e equipamentos", afirma. Mas, para ele, essa inteligência só virá quando a Polícia Militar e Polícia Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária mentalmente regulamentar para traçar planos de ação integrada. "Para o Estado de São Paulo, a segurança não se dá por o secretário de Administração Penitenciária é fundamental", afirma ele.

De qualquer maneira, ele defende que seja criada a comunicação dos dois principais líderes das forças. Um ponto importante com os presos, o Estado deveria permitir um maior contato deles com a sociedade, e assim, o nível de periculosidade representado por cada um deles. "É preciso haver uma política pública de ressocialização e ressocialização", afirma.

número de pessoas em contato no sistema prisional, promovendo a melhoria do sistema, afirma ele.

Ariel Alves relaciona outras medidas. A primeira seria fortalecer a cooperação com o Ministério do Trabalho de investigação e permitir a formação de voluntários e a comunidade, presos na Lei de Execução Penal, que tenham o papel de fazer um controle externo do sistema prisional. Além de permitir a integração das duas secretarias de Estado (Penitenciária e de Segurança Pública) para melhorar os trabalhos de investigação e inteligência, e uma série de políticas incluindo a judicial, Ariel sugere a qualificação das polícias.

Ele acrescenta que para combater o crime organizado é importante, fortalecer, uma delegação nos estados de segurança pública e penitenciária, identificando quem trabalha e controla o crime. "É importante também prevenir as situações de corrupção por parte de juizes e promotores públicos", recomenda. Correlação são a estes a decisões das polícias a fim de garantir que a lei seja cumprida. "Se essas situações ocorrerem, não é imediatamente, há que não está o sistema, mas quando há quem dentro do sistema prisional", acredita.

Ariel diz que a solução do problema da violência passa igualmente por ações de caráter preventivo com o uso de uma lei de segurança pública, e também, há

Violência e prática de encarceramento serão debatidas em campanha dos direitos humanos do CFP

O tema "O que foi feito para excluir não pode incluir" aborda a exclusão nas esferas do sistema prisional, socioeducativos e abrigos

metralhas que perpetuam o padrão de exclusão social e de violência são objeto de uma campanha nacional organizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos das Conselhos locais, comitê a Psicologia uniu uma jornada para promover a adoção de medidas e programas voltados para os Direitos Humanos e que questionem a lógica do encarceramento, um sistema que em vez de acolher e o indivíduo, rouba-lhe a identidade. A violência acontece nas prisões nos quadros do sistema prisional e mesmo em alguns abrigos para idosos ou pessoas portadoras de deficiência comunitária e famílias de ex-



as pessoas estão privadas de alguma forma de liberdade e onde há muitos recursos para se lutar contra as arbitrariedades do que nos outros espaços sociais", explica Marinho.

Ele lembra que, historicamente, a desigualdade da sociedade é decorrente das situações, que poderiam ser consideradas como "crises" ou "status anti-sociais", e que se as práticas de exclusão do meio social, impossibilitando de praticar que visam a sustentabilidade do encarceramento, também contribuem de reclusão social. Segundo ele, várias esferas devem, como Foucault, Coffman e Foucault, buscar de referência em Psicologia, mostrando que instituições como manicômios, prisões,

gru (Código de Mendicância, resoluções de 15 anos. Para ele, a prisão está diretamente ligada ao preconceito que impôs em relação a indivíduos oriundos das classes populares. "A maioria das admissões em encarcerados nesse sistema, e pelo ser, sem direito ao acesso a uma escola de qualidade, a uma habitação digna e a direitos e ao lazer", observa. Medidas Provisórias dizem que é fundamental garantir uma frente ampla de luta com os estudantes e grupos sociais e políticos que possam de maneira firme e que venham a combater ações que marginalizam as práticas sociais junto à criação e ao desenvolvimento.

Escrito: Ana Maria da Conceição Esteves

"O encarceramento, na prática, nos dias de hoje, acaba sendo a forma mais cara de tornar as pessoas piores. É para o adolescente, fica muito clara essa contradição"

Ana de Carmo Alves

Os lugares, segundo o promotor, passam por uma verdadeira "escola do crime" ao serem submetidos a ordens como a tortura, canibalismo e transgressão para punição.

Destacando crimes de crimes e violações dos direitos humanos contra os carcereiros de Debrat, ele observa que São Paulo vive uma crise, "quase uma esquizofrenia", as ideias. "Como um estado não consegue converter recursos públicos para mais de 800 vagas de atendimento e não consegue implementar uma unidade socioeducativa para 400 adolescentes", questiona o promotor.



Pela bandeira da cidadania

A Parada GLBT joga luz nos direitos da comunidade homossexual do Brasil.

Em 2003, o movimento retomou a formulação e implementação de políticas para GLBT; em 2004, o direito à família; em 2005, a manifestação foi utilizada para cobrar a aprovação do projeto de lei de Parceria Civil, parágrafo 10. Nos no Congresso Nacional, a partir de demanda por direitos iguais. Em 2006, criou-se um grupo de trabalho composto por vários grupos/ONGs paulistas para viabilizar politicamente as demandas da comunidade nos eventos do Orgulho e pela primeira vez houve um movimento na direção de pro-

duas mil pessoas seguindo uma perua com uma caixa de som. Quando foi realizado pela primeira vez em São Paulo, em 1997, a Parada do Orgulho GLBT - mais conhecida como Parada Gay - era assim. Hoje, o evento é o maior do mundo em sua categoria e reúne mais de dois milhões de pessoas, brandindo uma bandeira, que vai muito além do orgulho. Trata-se de defender os direitos da cidadania. Nelson Matias Pereira, presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT) diz que, após essas manifestações, que

cidade, a comunidade começou a ganhar espaço na sociedade, apesar de ainda haver forte preconceito. Por isso, a cada ano a entidade trabalha um tema que procura explorar direitos, como a união civil entre homossexuais, ou denunciar práticas criminosas. O assunto abordado, em 2006, foi "Homofobia e crime".

Com o tema deste ano, a APOGLBT 57 pretendeu jogar luz a uma questão que assombra a comunidade: as violações dos direitos humanos. "Lutamos pela cidadania plena e para provocar ações no Con-

reitos sexuais e humanos da comunidade GLBT, hoje ainda vulnerável.

Homofobia é o preconceito motivado por orientação sexual - que atinge gays, lésbicas e bissexuais -, ou por identidade de gênero - que atinge transexuais e transgêneros -, e provoca discriminação e violência contra GLBT. A homofobia se interliga também com outras formas de preconceito - por sexo, raça, classe e idade - e muitas vezes a vítimas os GLBT de diferentes idades.

Nelson Matias conta que Parada Gay



2008

Crise econômica mundial



2009

Rio de Janeiro ganha direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016

2009

Pandemia de gripe A provoca medo no Brasil e no mundo



Acontecimentos

2007

Brasil é escolhido para ser sede da Copa do Mundo de Futebol



Psicólogos podem integrar equipes em processos de **identificação de torturas**

Para revelar indícios de violência, autoridades dizem que são necessárias visitas às instituições

A tortura deixou suas feridas na humanidade na forma da escravidão, agressões contra prisioneiros de guerra, castigos cruéis e muitas outras formas de mau trato. As cicatrizes continuam abertas, porque são reconhecimentos abertos por essa prática, muitos vezes institucionalizada. A tortura foi definida – pela Associação Médica Mundial, reunida em Tóquio, em 1975 – como a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada, de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder com o fim de forçar uma pessoa a dar informações ou confessar algo por qualquer outra razão.



Reforma do modelo de atenção em saúde mental sofre pressão, mas **é caminho sem volta**

Entidades de hospitais e da psiquiatria fazem críticas à desatilação de leitos, mas movimento da luta antimanicomial reage.

Apesar de se perguntar mais se a Reforma Psiquiátrica, que se processa no Brasil desde os anos 1980, é ou não viável, mas quando ela será concluída. Apesar de ser um caminho sem volta, até por conta do compromisso do atual governo federal com a desospitalização, pela primeira vez a Associação Brasileira de Psiquiatria se uniu às forças contrárias a uma mudança – para via a público se manifestar. Em julho deste ano, jornal "O Globo" publicou um artigo de presidente da ABP, Jostimar Mara de Farias Franca, criticando abertamente a desatilação de leitos psiquiátricos. A resposta foi rápida, coletiva e tacita. Um manifesto assinado por oito entidades da psicologia repercutiu vigorosamente as ações do presidente da associação as reivindicações da Reforma.

Marcus Vinícius Oliveira Silva, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, defendeu nessa mobilização uma intervenção corporativa que procura garantir o poder e a supremacia da psicologia e garantir a

mente psicopatológica, tornando o primeiro que falava para realmente não é possível de se replicar nos tempos dos hospitais psiquiátricos, com o das burocracias universitárias elitistas e da ABP.

PARA SE SOMAR a essa pressão de forças contra a reforma, já não há sido possível, porque o governo federal, uma aliança da a processo de fiscalização dos hospitais, desatilação de leitos e fechamento de mais leitos com um maior enfrentamento político e ideológico e fôlego da Reforma Psiquiátrica. Tem muita coisa a se fazer para uma reação de um setor que já estava completamente desatilação, mas conseguem novas alianças.

Apresenta tempo. 32 Marcus Vinícius, o Ministério da Saúde deixou de dialogar com os movimentos sociais, e o debate



mudanças de serviços residenciais terapêuticos. Esse processo é complexo, envol-

Para ela, esse conjunto de medidas de atenção é fundamental para substituir efetivamente o hospital psiquiátrico. Sua implementação exige, no entanto, inversão dos papéis públicos. Ela observa que todos esses serviços começaram a surgir na sua concepção e execução dentro da rede pública. "A iniciativa privada não tem interesse em fazer isso, porque não ganha", afirma ela. "É preciso de verba pública para construir casa pública", afirma.

Um dos contrários da Reforma Psiquiátrica é que ainda grande parte da verba da saúde mental vai para a rede hospitalar. Segundo o Ministério da Saúde, os hospitais psiquiátricos em 1998, 62,57% das gastos da saúde mental e passaram para 33,47% em 2005. Existem hoje no país 941 CAPS. Foram gastos em 2005 mais de R\$ 120 milhões com atendimento psicossocial. Considerando todos os serviços e ações extra hospitalares, os recursos chegam a mais de R\$ 300 milhões. Enquanto os hospitais psiquiátricos recebiam, no mesmo período, do Sistema Único de Saúde, quase R\$ 400 milhões. A verba do financiamento das ações de saúde mental

balho específico e especializado em cada área. O médico faz psiquiatria, o psicólogo faz psicoterapia, e essa forma de distribuição do trabalho não dá conta da complexidade da proposta", afirma.

Marcus Vinícius lembra que a saúde é um direito de todos, um dever do Estado. No caso da saúde mental, seria preciso oferecer o direito de acesso aos meios de tratamento que sejam menos evasivos, mais democráticos, que garantam a elegância dessa parcela na população. Asssegurar um conjunto de políticas públicas que favoreça sua inclusão social. "A Reforma não é só um assunto técnico de como se assistir o

paciente: se é hospital, se é ambulatório... A Reforma é também uma ideia de que é preciso garantir aos paradores de trens pontos cruciais dentro do trabalho, é a moradia e à convivência social. Isso tem que ser construído a partir do SUS", afirma. "A Reforma tem um objetivo mais amplo do que o oferecimento de algum tipo de institucionalização e criação de novos institutos. Envolve o avanço da reabilitação social. Do ponto de vista cultural, é um processo de convivência com a diferença, de ampliação das fronteiras, da tolerância em relação ao comportamento que diverge da norma social", argumenta. ■

Estadística

atendimentos nos 252 CAPS de todo do Janeiro a março de 2006	120
leitos de permanência	5.787
número de atendimentos	2.148
número de instituições terapêuticas no país	426
número de municípios no programa de Valoriza Capacitação 2006	146
número de beneficiários	2.514
número de ambulatórios de saúde mental	390
número de hospitais psiquiátricos no país	228

Brasil promove revolução na assistência social

Psicólogos estão inseridos nesse campo da política pública para construir estratégias e alternativas de atendimento em situações de vulnerabilidade.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a assistência social passou por profundas mudanças no Brasil. Planejado e executado pelas governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em conjunto com a sociedade civil, o SUAS organiza, pela primeira vez na história do país, serviços, programas e benefícios destinados a cerca de 50 milhões de brasileiros que tem em comum a desassistência do Estado. E o saber da Psicologia tem papel estratégico para o sucesso dessa nova concepção de atendimento às populações em situação de risco social.

O sistema, resultado de quase duas dé-

cadentes das questões que os limitam para o trabalho, como é o caso de pessoas com deficiência, de idosos, desempregados e famílias desprovidas de condições básicas", exemplifica ela.

O SUAS tem também em sua ceptação dorsal, segundo Ana Stella, propósitos de garantir proteção nos momentos de perda ou fragilidade dos vínculos familiares, em particular, a segurança primordial que opera a provisão das necessidades humanas: abrigo, alimentação e vestuário. "Todas estas questões envolvem o trabalho do psicólogo. As situações de vulnerabilidade e risco como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de

pel e importância na construção do sistema", acrescenta ela.

O SUAS organiza seus serviços, programas e projetos de atendimento a partir de cada um proteção social básica e proteção social especial, sendo esta última de maior em alta complexidade. Dentro da estrutura de gestão do sistema de proteção social básica, estão os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de risco social.

Os CRAS, também chamados de "Casas das Famílias", prestam atendimento socioassistencial e articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencia-

Avaliação psicológica é obrigatória para o registro e porte de arma

Psicólogos assumem importante papel no combate à violência.



Seleção de pessoal, concursos públicos e privados e Carteira Nacional de Habilitação. Nessas e em diversos outros casos, a avaliação psicológica está presente e assume cada vez mais importância na sociedade. "Essa prática voltou a ter destaque na atuação profissional, não se questionando mais sua utilidade como prerrogativa do psicólogo. A emergência hoje está centrada na discussão da elaboração de indicadores, critérios e instrumentos específicos e dirigidos às necessidades cada vez mais distintas", destaca a psicóloga Maria Cristina Pellini, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A área mais recente diz respeito ao uso da avaliação psicológica para obtenção do registro e do porte de arma.

Avaliar quem pode ou não ter uma

precisas. Estima-se, no entanto, um número entre 10 e 20 milhões de armas de fogo, responsáveis por mais de 30 mil mortes ao ano, mais de 107 por dia.

Um dos instrumentos para fazer essa parábola gráfica foi a edição da Lei 9.247, de 1997, que veio padronizar o processo de concessão de registro e porte para civis por meio da imposição de requisitos mínimos que valeriam para todos os cidadãos brasileiros. O Decreto 2.224, do mesmo ano, regulamentou a lei e passou a exigir,

te de arma de fogo: "comprovar aptidão para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo dos quadros da Polícia Federal ou por esta credenciada". Essas alterações fi-

jornal nº 154

Conselho Regional de São Paulo inaugura primeira Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - PSI

O Centro de Orientação disponibiliza terminal de acesso à internet e ensina como os usuários podem tirar o melhor proveito de suas pesquisas para localizar informações de caráter científico em Psicologia

A partir da constatação da necessidade de integrar o colegiado de psicólogos do país e de democratizar o acesso à informação, o Conselho Federal de Psicologia e o Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP uniram-se para implantar um sistema que democra-

tiza o acesso dos psicólogos às produções científicas: a Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - PSI. A Biblioteca concentra de forma organizada produções científicas da Psicologia no país e que estão disponibilizadas para a internet. A implantação teve importante colaboração do Ministério da Saúde.

Inaugurada uma semana antes do Dia do Psicólogo, em 27 de agosto, a Estação da Biblioteca Virtual em Saúde-PSI (BVS- Psicologia), foi instalada na sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A inauguração da estação não apenas comemorou a data que homenageia a categoria dos psicólogos, como representou a concretização de anos de trabalhos e articulações políticas, tendo como representante do Sistema Conselhos o Conselho Federal de Psicologia. "É a realização de um sonho nascido na década de 1990", diz a ex-conselheira Chica Itatákevoma Guíma

to. Além de pesquisar a literatura científica, o usuário poderá participar de fóruns de discussão e consultar a legislação estadual e municipal.

Os textos mais antigos, que não possuem versão eletrônica, também estão disponíveis. Nestes casos, porém, o usuário que fizer a solicitação pelo sistema arcará com as despesas com cópias e tarifa do correio. É um serviço adicional, mas o acesso à informação, ressalta Chica, é totalmente gratuito. Além de pesquisar a literatura científica, o usuário poderá participar de fóruns de discussão e consultar a legislação estadual e municipal.

A expectativa é que, em 2008, esta experiência, pioneira no Brasil, sirva como exemplo para outros Conselhos Regionais, para que seja possível compartilhar o conhecimento científico de todas as regiões brasileiras, como também estrangeiras. Na Colômbia, por exemplo, já existe

jornal nº 152

Ulapsi, resistência ao pensamento colonizado

Nesses quatro anos de existência, a entidade procura quebrar desconfianças e revelar a identidade da Psicologia latino-americana

No dia 23 de novembro de 2002, em Puebla, México, diversas instituições de Psicologia de nove países da América Latina criaram a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). O compromisso dessa nova entidade era e continua sendo o de trabalhar conjuntamente para transformar as condições de vida da maioria da população dos países membros e superar as desigualdades sociais. Mas para isso, segundo Odair Furtado, representante brasileiro do Comitê Consultivo da ULAPSI, é necessário vencer uma cultura colonizada que coloca a Psicologia latino-americana numa condição de incapacidade de produzir conhecimento. "Estamos ainda no início desse processo", adianta.

A ULAPSI, para ele, pretende ser um

Psicologia ainda nem é reconhecida como profissão, o que dificulta identificar seus interlocutores.

Para ele, o momento agora, após o parto da criação da Ulapsi, é atrair as pessoas, convencer de que a proposta não é uma aventura. É bem provável que no congresso, em Cuba, os coordenadores da entidade proponham desenharem algumas estratégias de ação, o investimento nas cátedras, reunir a expertise, o conhecimento consolidado de cada um dos países sobre um determinado assunto. Cada país indicaria sua referência.

Ele diz que se há o consenso de se definir o tema das cátedras, é porque já está se chegando a um acordo sobre identificar pontos em comum de problemas do continente: Psicologia da Saúde, Psicologia

crepop lança documento sobre saúde do trabalhador

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) lançou o seu segundo documento de referências para a atuação dos psicólogos. O objetivo do material é fornecer parâmetros básicos para a atuação e estimular a reflexão e o debate sobre a prática na área da Saúde do Trabalhador. O texto foi elaborado por uma comissão de especialistas e contou, durante sua produção, com a participação da categoria, que se manifestou na consulta pública realizada pelo próprio Centro de Referências. A cartilha, na íntegra, está disponível no endereço: <http://crepop.pol.org.br>.

→ conversando com o psicólogo

psicoterapia entra na cobertura de planos de saúde

A partir do dia 2 abril, 26 milhões de brasileiros passaram a contar com a cobertura da psicoterapia nos planos e seguros de saúde. Apesar de representar um avanço, a medida é vista com ressalvas em função da restrição da cobertura a 12 sessões anuais. Para o psicólogo Nelson Figueira Júnior, Coordenador do Subnível de Saúde Suplementar do CRP SP, esse número de sessões não leva em conta as necessidades de cada paciente, nem respeita a autonomia dos profissionais, a quem caberia estabelecer a quantidade de horas requeridas para o tratamento. E as operadoras já avisam: por conta da ampliação de serviços, os preços irão aumentar.

Em janeiro deste ano, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou no Diário Oficial a resolução normativa 167 que amplia o Rol de Agênc. de Saúde. A psicoterapia, procedimento que cabe a psicólogos e médicos habilitados, foi um dos cerca de 100 itens acrescentados à lista, que passou a incluir, entre outras, consultas de nutrição, terapia ocupacional e fonoaudiologia – com direito a seis sessões/ano. A medida é válida para os planos novos, contratados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Apesar de reconhecer a inclusão como um avanço, Nelson considera que ainda não se trata de uma vitória. “Os serviços de Psicologia na Saúde Suplementar não deveriam estar restritos à psicoterapia. Ela acaba se inserindo dentro de uma relação muito laçada que é a assistência na modalidade de consultório, através de um módulo clínico individual”, afirma. Segundo o Coordenador, o psicólogo poderia trabalhar com uma equipe multidisciplinar, ampliando a clínica em Saúde Mental. Ou seja, atuar em Linhas de Cuidado, com

da classe médica apenas até em uma agência reguladora, pulverizado em uma resolução.”

A limitação a 12 sessões também é criticada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). “Parece que estão dando uma amostra grátis”, diz a advogada Daniela Trattel. Segundo ela, o número reduzido de sessões pode criar uma expectativa frustrada no paciente por não continuar o tratamento. “O papel da agência reguladora não é definir como será o tratamento e o número de sessões. A contabilidade das seguradoras não pode decidir quais os procedimentos são mais adequados ao tratamento”, diz.

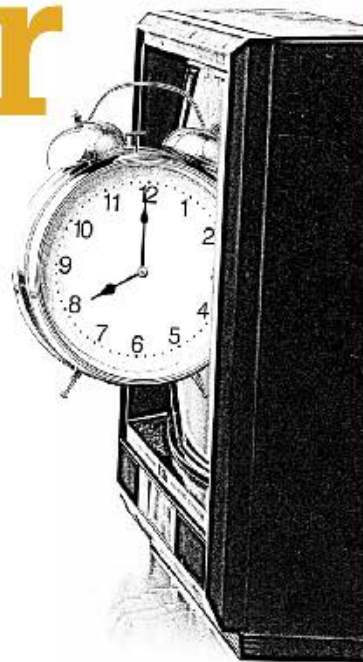
Planos mais caros – Com o aumento do número de procedimentos, as operadoras pretendem aumentar as tarifas dos planos de saúde. A lógica adotada é: mais procedimentos, mais custos. Segundo Maria Christina, nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) traz uma maior garantia ao Direito à Saúde, pois proporciona atendimento integral, em equipe multidisciplinar, oportunizando uma gama variada de procedimentos. O problema é a quantidade de serviços ofertados. “Se funcionasse bem seria a saúde de todos”, diz.

→ políticas públicas



o direito de **saber**

A Classificação Indicativa da Programação Televisiva, desde abril, tornou-se uma realidade para todo o país. Uma medida de proteção para todas as crianças e adolescentes brasileiros, sem exceção. Saiba mais sobre essa vitória que, ainda assim, custou a perda de um meridiano e de um fuso horário aos brasileiros.



Em abril, a sociedade brasileira obteve mais um avanço no processo de formulação de políticas públicas. Com essa enorme vitória, tornando-se presente em 99% dos lares brasileiros, as emissoras de TV há anos viciadas conseguindo postergar a adoção de normas que regulassem a exibição de alguns conteúdos de suas grades de programação a determinadas faixas de horário. Depois de mais de três anos de intensas discussões e de sucessivos adiamentos, entrou em vigor a portaria 1220/07, do Ministério da Justiça

Estado sempre o seu papel de informar", diz o psicólogo Ricardo Moretzsahn, representante do Conselho Federal de Psicologia na comissão que elaborou o projeto. *Quem faz isso a televisão é contra a cidadania*, diz o Conselho de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. "A classificação indicativa tornou-se, por isso, um instrumento democrático e relevante de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, no mesmo tempo em que se procura corrigir, em sua exposição a conteúdos de qualidade".

Essa questão tão clara e barba, em trans-

ferência e de diversas organizações da sociedade civil. "Desse grupo saíram as diretrizes para a revisão pública que contou com mais de mil mães participantes – mais de 10 mil pessoas – mostrando como esse tema sensibiliza as pessoas e como elas percebem e se preocupam com a força que a televisão tem nas nossas vidas e na formação de crianças e jovens", diz Moretzsahn, que participou do grupo de trabalho.

PRESSÓIS – Em julho de 2006, o Minis-

"Felizmente, desde o dia 7 de abril esse deixou de ocorrer e, por exemplo, a novela das 20 horas não será mais exibida no horário, às 18 horas", diz Moretzsahn. Detalhe: para evitar mudanças maiores na grade de programação das emissoras, o Senado Federal aprovou, no dia 12 de abril, um projeto de lei que alterou o fuso horário do Norte do país, igualando o fuso do Pará ao de Brasília; e o do Acre e do norte do Amazonas ao do restante da Região Norte. Além dos estados do Acre e do Pará, 45 cidades do Amazonas fo-

às crianças, não!

Projeto de lei que proíbe a publicidade dirigida a crianças e adolescentes foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal.

Em maio de 2007, a Câmara Federal, por unanimidade, votou a favor da proposta de lei que proíbe a publicidade dirigida a crianças e adolescentes. Desde 2001, tramita o Projeto de Lei 5.920/01, de autoria do deputado federal Luiz Carlos de Albuquerque, da Paraíba, que trata da proibição de publicidade dirigida a crianças e adolescentes. A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, em dezembro de 2006, aprovou o Projeto de Lei 5.920/01, de autoria do deputado federal Luiz Carlos de Albuquerque, da Paraíba, que trata da proibição de publicidade dirigida a crianças e adolescentes. A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, em dezembro de 2006, aprovou o Projeto de Lei 5.920/01, de autoria do deputado federal Luiz Carlos de Albuquerque, da Paraíba, que trata da proibição de publicidade dirigida a crianças e adolescentes.

Segundo o projeto, além de garantir que as crianças e adolescentes não sejam vítimas de publicidade dirigida a eles, a medida também visa a proteger a saúde física e mental das crianças e adolescentes. A medida também visa a proteger a saúde física e mental das crianças e adolescentes. A medida também visa a proteger a saúde física e mental das crianças e adolescentes. A medida também visa a proteger a saúde física e mental das crianças e adolescentes.

um lugar na educação



A Psicologia e o psicólogo têm um lugar na Educação. Este espaço, contudo, precisa ser resgatado e resignificado para que essa contribuição possa se mostrar realmente efetiva. Esse é o principal objetivo dos debates de "Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos", que serão realizados no segundo semestre de 2008, o Ano da Educação no sistema Conselhos.

Como deve ser a atuação do psicólogo na Educação? De que maneira ele pode contribuir para a construção de Políticas Públicas comprometidas com a garantia dos direitos? O que fazer diante das demandas da atuação humanista no âmbito escolar? Como garantir o espaço da Psicologia no Ensino Médio? Essas são algumas das questões que estarão em pauta na série de debates "Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos", que será realizada em todo o Brasil no segundo semestre desse

eixo
1

PSICOLOGIA,
POLÍTICAS
PÚBLICAS
INTERSETORIAIS
E EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

Debate a questão da Educação Inclusiva e sua interface com políticas públicas em áreas como Educação, Saúde e Assistência Social. Esse é o propósito do eixo 1 do evento "Psicologia: Profissão na Construção

eixo
2

POLÍTICAS
EDUCACIONAIS:
LEGISLAÇÃO,
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E
PARTICIPAÇÃO
DEMOCRÁTICA

A proposta deste eixo é tratar de temas relacionados e incentivar a participação do psicólogo no âmbito de políticas públicas em áreas como legislação e deliberações, tais como

eixo
3

PSICOLOGIA E
INSTITUIÇÕES
ESCOLARES E
EDUCACIONAIS

inclui temas relativos de práticas de intervenção realizadas por psicólogos em instituições escolares e educacionais, nos seus diversos contextos: família ou comunitários. Envolve a atuação do psicólogo junto aos alunos, suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à Educação que reconhecem a Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente produzido e em construção. E

eixo
4

PSICOLOGIA
NO ENSINO
MÉDIO

Referente às experiências de professores de Psicologia e à atuação profissional local, entre outras propostas curriculares, práticas ou ações institucionais compreendidas no âmbito da atuação dos Conselhos escolares de ensino. Focando, ainda, em sua importância no âmbito da atuação dos estudantes. Abordando os processos de construção do sujeito em uma sociedade, analisando e se ressignificando, assim, uma educação humanizada e com um presente e futuro.

2010
2011
2012



2010
Dilma Rousseff é eleita presidente do país



2011
Sancionada a lei que cria a Comissão da Verdade

2012

Realizada a Rio+20
Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável



Acontecimentos

o projeto de lei do ato médico faz mal à saúde



O último mês foi muito movimentado por interesse manifestado em contra a aprovação do chamado "Projeto de Lei do Ato Médico". No dia 27 de fevereiro, um mil pessoas se reuniram no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, em evento organizado pelo Conselho Profissional de Saúde, Na Psicologia, Associação e Apoio das entidades da DENPE, CONEP, CORTEP e SinPsi. Estiveram presentes representantes de outras entidades, sindicatos, parlamentares, profissionais, professores, estudantes e usuários. O objetivo principal foi a defesa da direção à Saúde, enquanto as práticas do SUS (Sistema Único de Saúde) e da autonomia profissional, além de apresentar contra o PL do Ato Médico.

Esse projeto tramita no Congresso Nacional desde 2004. Foi aprovado no Senado em 2005, na Câmara dos Deputados no dia 1 de março e reformado no Senado, onde tramita em caráter terminativo. Se aprovado, ele tornará privativos das médicas atividades essenciais por outras categorias profissionais, tais como psicólogos, assistentes sociais, humanistas, fisioterapeutas e terapeutas em psicologia.

Eduardo Suplicy, já foi solicitada reunião com o senador Alberto Maranhão. Desse encontro com os deputados estaduais Iria e Salina, Elson Carrerini e José Cardillo e reatamos manifestação, esparsa de apoio dos parlamentares Ivan Valente, Aldo Donazzani, José Polidoro Neto e Flávio do Passos.

Discursando no evento, o presidente do CRP SP, Marilene Proença, criticou o projeto por caminhar em direção oposta a uma prática multidisciplinar e humanizada e destacou a importância da pressão popular para tentar barrar a sua aprovação (não devemos ser julgados pelo fútil).

No estado, organizado pelo CRP SP, foi lançada uma campanha de distribuição de material institucional e as manifestações podem promover um abaixo assinado. Outros conselhos realizaram reunião potencial, debate de dez dias e reunião com o Conselho. Ocorreram atividades culturais, como a apresentação do grupo musical Sin Psi e Sinais e a realização de um poster Zeca Balega.

Os psicólogos também participaram de mobilizações nacionais contra o PL do Ato Médico no dia 7 de março, aprovadas na

Plenária, de arranjos: "Fato se trata de uma grande pressão de mercado e não podemos ser a favor de um crescimento desse tipo".

Em Assis, a manifestação ocorreu na Praça da Catedral, na região central da cidade. Em Ribeirão Preto, aproximadamente 300 estudantes receberam informações a respeito do Ato Médico e suas consequências na Universidade de São Paulo. Nenhum estudante votou a favor, até mesmo alunos da Medicina afirmaram que concordavam com o projeto e posicionaram-se contra o "Ato Médico".

OUTRAS AÇÕES Além dessas iniciativas também ocorreram debates na PUC SP (14 de dezembro) e Instituto de Psicologia USP (14 de março), além de pronunciamento em reunião do União de Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo. Na Bahia, destaque para a participação em programas na Rádio CBN (05 de fevereiro) e TV Assembleia Legislativa (2 de março).

No dia 2 de março, em Sorocaba, estudantes das cursos de Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia da Universidade Paulista protestaram contra o PL do Ato Médico.

assistência social desafio e oportunidade

a atuação dos psicólogos na Assistência Social vem crescendo desde a criação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004. Área "nova", ela tem colocado uma série de questões a serem enfrentadas, entre elas a possibilidade de interferência da atuação, a qualidade das relações trabalhistas mantidas com os organismos públicos e os termos de relacionamento com grupos multidisciplinares. Em sua dimensão maior, trata-se, portanto, de avaliar as próprias fronteiras de atuação da psicologia. O seminário "A Psicologia na Assistência Social: Um compromisso (é) com a Política", realizado pelo CRP SP, em 11 e 12 de novembro, no Copal, deu aos participantes a oportunidade de discutir esses pontos e buscar respostas.

Para a coordenadora do CUP da Assistência Social do CRP SP e organizadora da reunião, Lillian Martins do Silveira, o encontro foi um momento de fortalecimento de identidade. Não apenas pela quantidade de pessoas presentes, mas também pelo envolvimento na discussão dos problemas. Serviu ainda para constatar que o Ministério do Desenvolvimento Social está de fato comprometido em estreitar os laços de diálogo com os profissionais. O trabalho tem continuidade

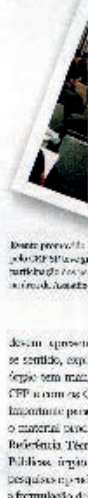
"Sem o respaldo de uma relação de trabalho segura, a atuação do psicólogo fica ameaçada pelos movimentos políticos locais onde não tem a assistência social é vista como um instrumento assistencial", diz Iliete. Dessa forma, é necessária maior participação dos psicólogos nos conselhos de gestão dessas entidades e a presença ativa nos processos de seleção e lançamento profissional na esteira de atribuições. "Os lugares nos conselhos de entidades e pessoas são aqueles que precisam de apoio, de qualificação para trabalhar também de forma integrada no dia a dia do trabalho social, principalmente, a responsabilidade da própria profissional, objetiva".

QUESTIONAMENTO "A atuação dos psicólogos na área de Assistência Social não pode ser vista sem se levar em conta as demandas dos municípios do País e da Política", sustenta Naneia Vitorino de Oliveira, professora da Universidade Federal de Goiás. Segundo ela, o momento atual de construção e reconstrução, das novas espaços para o psicólogo na parte de um processo de mobilização pelas políticas públicas, ao longo de muitos anos, o mesmo que precedeu a implantação do SUS. Mas insere-se também na grande pizza da história brasileira que tem

presentes a participação da (re)formação, que está ocorrendo "com muita dificuldade" para, a médio e longo prazo, tornarem sujeitos de um quadro em mudança.

CONCURSOS - Representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, Rodrigo da Costa Ferreira bicotado a formação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), lembrando que o psicólogo não pode ser compreendido estabelecendo entre a União, estados e municípios, atualmente existem 5.142 UAS e 1.434 CRFAS. Não momento que sobre ao SUAS deve ter um plano específico. O plano deve contemplar a atuação de pelo menos um assistente social e um psicólogo. De normas de gestão do Ministério, por sua vez, determinam que esses profissionais sejam contratados através do concurso público. No Brasil, atualmente, a grande maioria ainda não é concursada.

O Brasil é um dos poucos países que enfrenta esse problema. Muitos os tentam não se unir de atendimento, para a área de formação e esclarecimento sobre a necessidade de concurso público. Realizando também um levantamento dos salários de contratação a partir de qualificação, para esses profissionais e sobre que tipo de contratação



Desde a criação da Política Nacional de Assistência Social...

com propostas, mas sem apoio

Mais de 1.200 propostas foram apresentadas na IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial, visando aprofundar e aprimorar o modelo de atenção

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial (IV CNSM - I), realizada em Brasília, entre 27 de junho e 1º de julho, aprovou propostas que reforçam o modelo de serviço aberto e humanizado para o atendimento de pessoas com transtornos mentais, entre elas a ampliação da rede psicossocial. Os tópicos aprovados no evento, de um total de 1.235 sugestões, devem constar do relatório conclusivo do evento e orientar as ações da Política Nacional de Saúde Mental.

etapa preparatória, nas quais são delimitadas propostas e eleitos delegados para a Conferência Nacional. Lamentavelmente, o melhor estado da federação, por meio de sua Secretaria de Saúde, não convocou a Conferência Estadual de Saúde Mental, contrariando a deliberação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Em parceria com diversas entidades, entre elas o CRP SP, a plenária do Conselho Estadual de Saúde assumiu a responsabilidade pela etapa paulista da Conferência, realizada em 22 de maio



oficinas reforçam a
defesa civil como um

direito

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) coordenou a realização de uma série de oficinas sobre Psicologia em situações de emergências e desastres nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,

e 22 de março, nas cidades de Campinas, Taubaté, Santos, Guarulhos e São Paulo, que reuniram mais de 200 psicólogos, além de outros profissionais.

“A proposta das oficinas foi reunir psicó-

defesa civil. “Precisamos reunir aliados interessados na questão das emergências e desastres, para que ajudem a instaurar uma política nessa área”, diz Juari.

Para dar uma ideia da importância de uma



em defesa da população

O fenômeno da medicalização é objeto de preocupação crescente em diversos países da América Latina e profissionais de diversas áreas se articulam para debater o tema e propor políticas capazes de preservar as populações. Esse é o objetivo do II Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos”, que acontecerá de 11 a 14 de novembro, no Campus Paraíso, da UNIP, em São Paulo (Rua Vergueiro, 1211).

“O II Seminário acontece depois de uma importante aproximação com a Foromad, da Argentina, que também se dedica à questão da medicalização”, afirma a coordenadora da comissão científica do evento, Marilene Proença. “Diversos representantes daquela entidade, como Beatriz Janin, Gisela Untoighich e Leon Benasayag, entre outros, estarão participando de simpósios e conferências”. Ela também destaca as presenças de representantes de outros países latino-americanos e dos Estados Unidos, como Celia Infiari, da University of New Mexico, que abrirá a conferência abordando o tema “A Criação do Consumidor e a Biomedicalização da Infância”. Outra presença de destaque será a do ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, hoje na Fundação Oswaldo Cruz, que abordará o tema “Saúde Pública e Medicalização”, diz.

No âmbito político, o II Seminário também deve ser marcado pelo lançamento de uma frente parlamentar, reunindo deputados e vereadores afinados com o combate às distorções provocadas pela medicalização e que prejudicam as populações.

Mais informações podem ser obtidas no site www.cfpsp.org.br/medicalizacao.



2ª Mostra Nacional: Muito a comemorar, muito mais a fazer

Os 50 anos da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil foram comemorados em grande estilo. A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia reuniu, durante os três dias de atividade no Parque do Anhembi em São Paulo, uma média de 8 mil pessoas, totalizando cerca de 25 mil profissionais e estudantes de todo o país.

Paulo Freire foi um lugar de troca de conhecimentos entre a Academia e a sociedade popular; o Espaço Feminino na Psicologia discutiu várias temas ligados à condição das mulheres, que representam 89% dos(as) profissionais psicólogos(as). As Ocas e as Praças apresentaram as práticas de psicólogos(as) de todo o país, de 11 países latino-americanos e de 1 de língua portuguesa, organizados de forma inovadora.

o bem comum

Esta primeira edição de 2012 inicia um ciclo de comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. Nosso objetivo não é romantizar o passado, com visões maniqueístas sobre a história de nossa profissão nem torcer a realidade para ver apenas o "lado bom" das coisas. Queremos, sim, relembrar ações, pessoas, desafios e construções coletivas que nos permitiram constituir a Psicologia que, hoje, temos a oferecer à população. Comemorar é intensificar a memória, o que, necessariamente, implica nos a um só tempo com o passado e o futuro: com o passado, pois somos os responsáveis pelo conjunto de saberes, discursos, práticas e compromissos que hoje nos identificam como psicólogos(as). Com o futuro, já que esse lembrar só ganha sentido se estiver repartido a uma revisão de nossos projetos e das estratégias de que temos nos utilizado para contribuir para as transformações que tanto almejamos.

As discussões sobre os processos de avaliação psicológica, bem como da participação da Psicologia no enfrentamento do racismo à brasileira são temas nos quais é possível identificar avanços mas, também, longos caminhos a percorrer. Reconhecemos, nestes 50 anos de profissão no Brasil, formas específicas de socialização, de produção cultural, de constituição subjetiva: e nenhuma delas passa ao largo dos efeitos do racismo. Mais que só reconhecer, nós psicólogos(as) temos desenvolvido formas de atuar sobre esses processos, rompendo com o compromisso ideológico de reprodução da dominação, que tanto caracterizou os anos iniciais de nossa ciência e de nossa profissão.

Nesse mesmo sentido, observamos nos inúmeros debates ocorridos nos eventos preparatórios para o Seminário Nacional sobre o Ano Temático da Avaliação Psicológica um esforço importante de profissionais que atuam em diversos contextos no sentido de refletir sobre a lógica da avaliação, seus compromissos sociais, as teorias, os instrumentos e métodos que as constituem. Profissionais que atuam em Saúde, Justiça, Educação, Trânsito, Esporte, etc., já nos puderam consolidar críticas e propostas no campo da avaliação, ao processo de validação de instrumentos psicológicos, às condições de trabalho do(a) psicólogo(a), sempre com foco no respeito à complexidade e diversidade humana e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

O amplo e aprofundado debate sobre a medicalização da sociedade inscreve-se também em um cenário de embate contínuo: o II Seminário Internacional, organizado em parceria por mais de nove entidades e embasado nos princípios do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Trata-se de uma necessidade de se explicitar os interesses mercantis que envolvem a produção de doenças, mais do que isso, reafirma a Psicologia como ciência e profissão que reconhece e valoriza a diversidade humana, negando-se a correlacionar direta e imediatamente diferença e patologia, sofrimento e doença.

A Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas é relatada nesta edição a fim de que toda a categoria aprofunde seu envolvimento na discussão sobre a oferta de serviços de saúde mental: as situações de tortura física e psicológica evidenciam a concepção ainda hegemônica de que as pessoas com intenso sofrimento psíquico não tem direito à opinião, à participação em seus tratamentos e à vida comunitária. Ou seja, em nossos 50 anos de profissão não conseguimos romper com a alienação e brutal correlação entre loucura, desumanização e cárcere. Mas há contrapontos, como nos relembram as reportagens sobre o teatro produzido por pessoas encarceradas e o Prêmio Arthur Bispo do Ruvário para usuários(as) de saúde mental, revelando que o enfrentamento da lógica social punitiva, restritiva de liberdade e nada ressocializadora presente nas prisões e em alguns dos serviços de saúde mental nos exigirá ainda mais perseverança, criatividade e organização coletiva.

Devemos, enfim, sublinhar um passo importante para a comemoração dos 50 anos da Psicologia como profissão: entre 20 e 22 de setembro ocorrerá a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Espaço para se intensificarem os laços entre os diferentes estados do Brasil, entre os diferentes fazeres, entre as diferentes perspectivas; mais que tudo, para se intensificarem as contribuições da Psicologia para um Brasil formado por pessoas concretas, com história, origens e processos de colonização que devem ser considerados em suas especificidades por qualquer profissional em sua situação. Um grande espaço de encontro para pensarmos a Psicologia brasileira, considerando suas origens, seus interesses, seus conhecimentos, suas práticas, e com isso aprimorarmos nosso compromisso com a CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM.

psicologia on line

rever e aprimorar

a prestação de serviços psicológicos *online* está sendo objeto de debates no Sistema Conselhos de Psicologia. O assunto foi tratado na Resolução CFP 12/2005, que regulamentou o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador. Nos últimos seis anos, contudo, houve avanços tecnológicos consideráveis e, com o maior acesso da população a esses recursos, a atualização daquela resolução se tornou uma necessidade.

“A expansão da Banda Larga em re-

tuado como projeto de pesquisa. Desde que não psicoterápicos, são reconhecidos os serviços de orientação que podem ser de diversas naturezas tais como orientação psicológica e afetivo-sexual, processos prévios de seleção de pessoal, utilização de testes psicológicos informatizados, consultoria a empresas, orientação ergonômica, orientação profissional, orientação de aprendizagem, entre outras.

Atualmente, para poder realizar o atendimento *online*, o(a) psicólogo(a) tem que obter uma licença junto ao Conselho Federal de Psicologia. Este tem uma certificação de

REFRESH – A revisão da Resolução 12 deve ocorrer em evento nacional organizado pelo CFP, previsto para o primeiro semestre de 2012. Previamente têm ocorrido encontros para debater o assunto. Em São Paulo, o CRP SP organizou nos dias 6 e 7 de outubro de 2011, o seminário “Psicologia *Online* – Discutindo as Dimensões do Atendimento Psicológico à Distância”, que contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas. A maioria delas assistiu ao evento pela Internet que foi transmitido via *web*. O CFP também promoveu evento

A psicóloga e professora Rosa Maria Farah, Coordenadora do Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática (NPPI), Serviço em Informática da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, da PUC SP, participou como palestrante nos dois eventos. Segundo ela, muitos(as) psicólogos(as) ainda possuem uma visão conservadora em relação aos serviços prestados por meio da Internet. Ela acredita, contudo, que essa nova realidade acabará por se impor.

“A necessidade de rever a Resolução 12 do CFP é urgente”, afirma Rosa Farah. “Ainda que tenha sido publicada em 2005,



a vulnerabilidade dos **guarani kaiowá**

Um ligeiro zoom com o Google Maps sobre algumas áreas em torno do Cuiabá Sul do Mato Grosso do Sul mostra o que poderia ser uma pintura abstrata: áreas de cultivo de cana, soja e milho formam um patchwork elegante e discreto em tons suaves de verde e marrom. É a superfície visível sobre a qual está assentada uma parte do agronegócio brasileiro, responsável por uma exportação recorde de 95 bilhões de dólares em 2011. O que a ferramenta do Google não mostra, mesmo elevando-se o zoom ao máximo, é o sofrimento, a miséria e o genocídio a que vem sendo submetido o povo Guarani Kaiowá que habita aquela região. Sediados em aldeias, algumas espremidas em neças de matas cercadas de jacu-quê por todos os lados, cerca de 2 mil deles tentam se manter vivos, contra todo o poder à sua volta.

O símbolo maior da resistência a esse avanço é, ainda hoje, o cacique Maros Veron, assassinado em 13 de janeiro de 2009, na aldeia Takuara. Levados à julgamento, três pistoleiros foram condenados por crime de seqüestro, tortura e formação de quadrilha, mas absolvidos do crime de homicídio. O fazendeiro

Houvessem essas terras sido demarcadas conforme previsto desde 2006 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e talvez os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul não estivessem enfrentando a perda do pouco que lhes restou em processo de reintegração de posse que corre na justiça federal. Tivesse havido uma posição mais clara por parte dos órgãos do Estado no sentido de coibir a violência e a situação naquela área poderia ser menos desesperadora. Não é por acaso que o Tribunal Popular da Terra, rede de organizações voltada à denúncia de violações aos Direitos Humanos realizou, em São Paulo, dois "juizamentos" do Estado brasileiro.

Tratam-se, é claro, de julgamentos políticos. Para recolher elementos de prova sobre a situação ali existente, mas também para dar visibilidade a uma questão que escapa tanto aos satélites do Google como à pauta jornalística da mídia dominante, o Tribunal Popular organizou uma expedição à região (leia boxe). Formada por 48 membros, entre eles indígenas, profissionais e representantes de entidades diversas, a viagem se estendeu dos dias 11 a 22 de janeiro deste ano e teve como objetivo principal a produção de um relatório. A Psicologia se →

2013
2014

Acontecimentos

2014

Brasil sedia a Copa do Mundo de Futebol

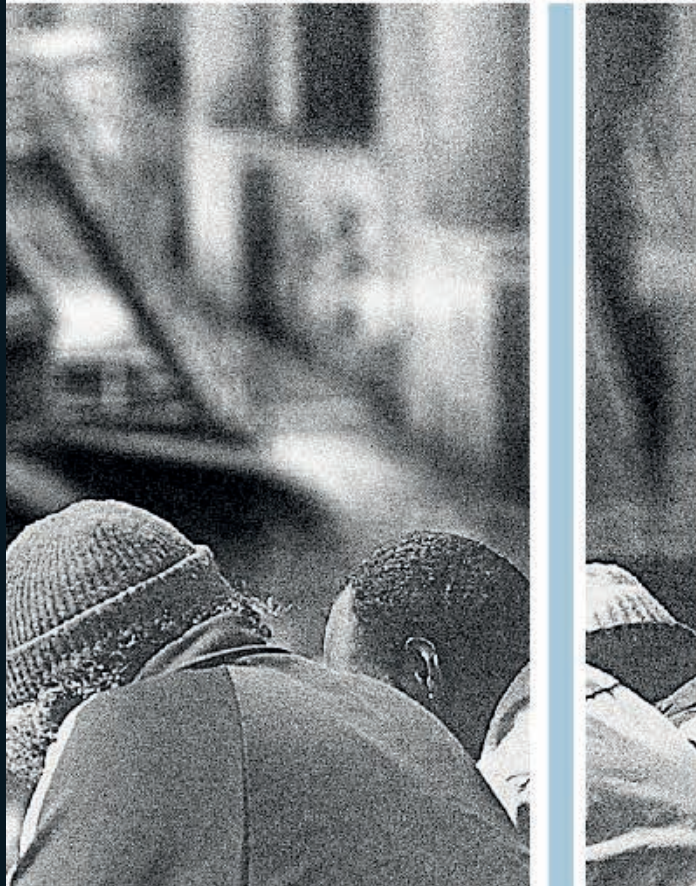


2013

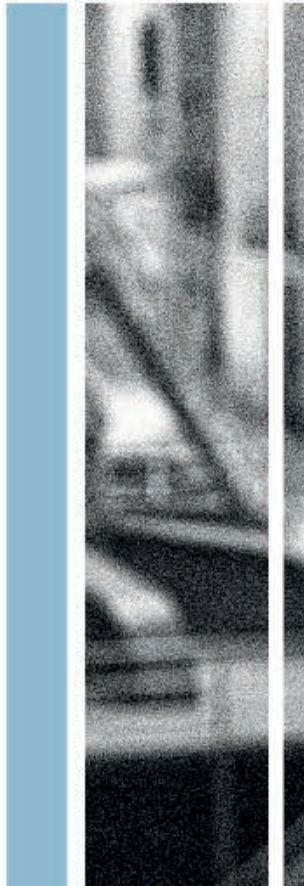
Manifestações de junho



na perspectiva do bem comum



O golpe civil-militar de 1964 impediu que a Psicologia, como profissão, se voltasse para atender as demandas sociais da população brasileira. Desde 1988, contudo, há um importante processo de mudança visando cada vez mais o bem comum. Duas áreas da Psicologia – Organizacional



O ano de 2012 foi o marco histórico dos 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. E simboliza não apenas os avanços conquistados desde 1962 como ciência, como também no que se refere aos direitos de toda a categoria e à crescente inserção da profissão nas políticas públicas.

Para compreender essa trajetória e suas implicações no cenário atual é preciso lembrar, por exemplo, que antes da regulamentação os médicos é que exerciam uma abordagem psicológica no atendimento aos usuários da saúde.

Mesmo a regulamentação, em 1962, não garantiu inicialmente o espaço de atuação aos profissionais da nova área. Por isso, os primeiros anos se caracterizaram por movimentos para estabelecer os limites de atuação, pela ocupação de espaços na saúde e também pela defesa do próprio campo profissional, ainda predominantemente ocupado por médicos.

O golpe civil-militar de 1964, com a instalação de um regime repressivo e controlador, abalou as nascentes conquistas da Psicologia – principalmente no que se refere à sua relação com a sociedade, que praticamente foi interrompida.

San interlocação com os poderes constituídos e, consequentemente, alijada da possibilidade de contribuir para a construção de um sistema de atenção pública à população, a profissão dividiu-se essencialmente entre o atendimento individual (veja o quadro *Psicologia Clínica: no consultório e além dele*, nesta matéria) e o trabalho em empresas – na seleção de

to Sedes Sapientiae, relembra uma visão típica dos anos 1960/70: “Naquela época, a Psicologia Clínica era considerada ‘coisa de burguês’. Em certa medida, diz, ainda é vista assim por alguns setores.

Ainda que a Psicologia venha se tornando cada vez mais plural, com novas e crescentes frentes de atuação, a importância das áreas tradicionais continuam sendo de grande relevância e ajudam a entender o movimento mais geral da Psicologia.

As mudanças ocorridas a partir da redemocratização do país, em 1988, podem não ter sido imediatas ou radicais quanto à Psicologia Clínica, mas pouco a pouco, um novo caminho foi sendo seguido. Frente a demandas sociais cada vez maiores e mais complexas, ela passou a se repensar sob os pontos de vista científico e técnico, construindo “tecnologias” que a habilitam a ter um papel cada vez mais relevante nas políticas públicas.

De forma similar ao que ocorreu com a Psicologia Clínica, três outras áreas tradicionais da Psicologia também passaram a enfrentar novas questões, sob o ângulo de como melhor servir ao bem comum: a Psicologia Organizacional, a do Trabalho e a da Saúde do(a) Trabalhador(a).

ORGANIZACIONAL

Na Psicologia Organizacional algumas perguntas se colocaram de pronto. Quais devem ser as prioridades do(a) psicólogo(a) que atua nesse campo? Como estabelecer limites de atuação às demandas organizacionais? De que modo o(a) psicólogo(a) deve trabalhar em organizações a fim de promover qualidade de vida no trabalho?

PSICOLOGIA CLÍNICA: NO CONSULTÓRIO E ALÉM DELE

A Psicologia Clínica é um dos segmentos mais representativos da Psicologia desde a sua origem como profissão no Brasil. Em 2009, segundo o Conselho Federal de Psicologia, cerca de 80% dos(as) psicólogos(as) do país atuavam nessa área. Trata-se, por isso mesmo, de uma área em movimento. Nas décadas mais recentes, ela vem se repensando e reinventando para responder às novas demandas da sociedade. A prática ampliada da Psicologia Clínica, por exemplo, pode ser encontrada no sistema público de Saúde e em outras instituições da área.

“É fundamental associar a prática da Psicologia Clínica a outras atividades de formação e à troca de conhecimentos e experiências, como grupos de estudo, congressos, seminários, espaços de escuta e outras formações de qualidade reconhecida, além, é claro, da supervisão”, diz a psicóloga Emília Aparecida Calixto Afrange, especializada em clínica e vice-presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP). Ainda que a representação social da Psicologia Clínica a associe ao divã, são diversas as abordagens teóricas e inúmeras as técnicas científicas utilizadas. O fato é que esse é um campo necessariamente plural e dinâmico, pois se relaciona às várias formas de se expressar afetos, atitudes, percepções, comportamentos e pensamentos. Uma boa ideia de como o segmento está avançando poderá ser visto em vídeo dedicado ao tema. O trabalho foi desenvolvido sob a responsabilidade da psicóloga Odete Pinheiro de Godoy e faz parte do Projeto História e Memória da Psicologia, do CRP-SP, a ser lançado em breve.

Direito à memória e à verdade

INICIATIVA do Ministério da Justiça contribui para o resgate da história e a democratização das instituições



Programa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, alinhado à política do Estado de reconhecimento da responsabilidade pelos danos causados aos que lutaram contra a ditadura entre 1946 e 1988, a Clínica do Testemunho é um instrumento de garantia do direito à memória, à verdade e à reparação psicológica. Ela se dispõe a produzir

“CONSTATAMOS O DESEJO
DE FALAR, DE DEIXAR UM
LEGADO PARA OS FILHOS,
NETOS E GERAÇÕES FUTURAS”

Maria Cristina Ocariz

“Assim, há a possibilidade

tronicamente”, justifica a professora, psicóloga e psicanalista Maria Cristina Ocariz, coordenadora da Clínica do Testemunho do Sedes Sapientiae. O Instituto é uma das duas organizações credenciadas pelo Ministério da Justiça no Estado de São Paulo para oferecer suporte psicológico gratuito às vítimas e aos familiares de perseguição, tortura, desaparecimentos e assassinatos

A força da mobilização popular

PARTICIPAÇÃO social em manifestações e disputas de projetos qualificam a democracia

O ano de 2013 foi marcado por intensas manifestações populares nas principais cidades brasileiras. Como entidade profissional aliada à defesa de direitos humanos e aos avanços de políticas públicas, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) participou ativamente de ações e debates, em linha com seu entendimento de que é preciso preencher os espaços de participação social em parceria com movimentos representativos da sociedade, de forma a viabilizar diálogos críticos com os governos.

Tanto essa posição é acertada que os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô levaram à abertura de negociação e à revogação da medida. Meses depois, no entanto, a grande contribuição das mobilizações foi uma crença maior na participação política, na militância e no engajamento, e o fortalecimento de lutas urbanas, rurais e indígenas, na avaliação da estudante de Direito Nina

“A SOCIEDADE PRECISA SE ORGANIZAR E QUESTIONAR SE DESEJA ESSE MODELO QUE CRIMINALIZA OS MOVIMENTOS SOCIAIS, QUE CRIMINALIZA A POBREZA, OU SE PREFERE UMA DINÂMICA QUE ACREDITA NO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS”

Nina Cappello, militante do MPF

José Bernardo Toro e da especialista em análise econômica Nísta Werneck, o “cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, o ordem so-



mos que as pessoas tomem os rumos de suas vidas, de suas cidades e, assim, decidam inclusive como as decisões devem ser tomadas”. Como exemplo

Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas: contradições em SP



Ministério Público Estadual reclama dos atrasos do Sinase; documento prevê acompanhamento máximo de 10 adolescentes para cada psicóloga/o

O Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) foi criado pela Lei 12.594, de 2012 e busca uniformizar, em todo o País, o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e o processo de apuração de infrações cometidas. A proposta envolve uma reformulação tanto da estrutura física das unidades socioeducativas, quanto do atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional, a partir de ações combinadas que vão desde a área da saúde, assistência social e psicológica, educação e profissionalização. Em agosto deste ano, o Ministério Público de São Paulo, por meio da Promotoria da Infância e Juventude,

entrou com uma ação civil pública contra a Fundação Casa, questionando a superlotação em 106 das 116 unidades que ela administra. Com 65 laudas, a ação também questiona outro ponto importante no processo de socioeducação do adolescente, que é a necessidade de a instituição se adequar à lei. São Paulo é o Estado que responde pelo maior número de unidades socioeducativas do País. A conclusão a que chegou o MP foi de um déficit de 1.470 vagas em todo o estado.

Segundo o promotor Tiago de Toledo Rodrigues, um dos responsáveis pela elaboração da ação pública, a ideia do recurso foi exigir medidas para que seja suprido o déficit das vagas para internação no estado no prazo de seis meses. “Queremos que seja restabelecido o padrão mínimo para chegarmos a um segundo passo que permita uma situação um pouco mais razoável”, disse. A superlotação, na sua avaliação, corrobora de maneira quase definitiva o trabalho socioeducativo que o adolescente deveria receber para sua reabilitação.

A adequação da política estadual de socioeducação ao Sinase é outro ponto importante para o Ministério Público. “Há um problema de visão equivocada do governo estadual de que o Plano Socioeducativo é uma diretriz, uma referência, e não uma lei que já deveria estar sendo cumprida”, diz o promotor.

Há especialistas e entidades especialmente envolvidas e dedicadas para que o quadro melhore. Roberto Silva, professor livre docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da USP, foi o represen-

O papel da Psicologia no Tribunal de Justiça

Também denominados peritos, cabe aos psicólogos subsidiarem o juiz com avaliações e análises que influenciam as sentenças em decisões processuais nas Varas de Infância e Juventude e Vara de Família.

A relação da Psicologia com a Justiça, no contexto dos Tribunais de Justiça, se estabelece a partir das demandas do Poder Judiciário. A necessidade de conhecer os requisitos subjetivos envolvidos em litígios tornou necessária a presença de psicólogos nas instituições para subsidiar as decisões de causas em curso.

mar”, explicou. “Essa análise é necessária para o juiz avaliar, por exemplo, que decisão deve tomar em processos envolvendo pais ou avós que residem com a guarda de crianças”.

A atuação na Vara de Família deu a atuação experiência para lidar com casos desse tipo. Toda criança tem direito de ser ouvida nessa decisão e dizer com qual família quer ficar. Mas



Ciência e Profissão: um diálogo para a Psicologia que o Brasil precisa

Muitos e diferentes sotaques. Outras línguas. Encontros entre diferentes psicologias, com profissionais de outras áreas, com gestores públicos, com usuários de serviços, com movimentos sociais. Diversidade de práticas, de teorias, de campos de atuação, de entidades, de temas. Momentos culturais, momentos festivos, momentos reflexivos, momentos de embate, momentos de debate. Esse poderia ser um possível mosaico de sentenças ou imagens capazes de expressar esse maior encontro da Psicologia brasileira. Ocorrido entre os dias 19 e 23 de novembro de 2014 na cidade de São Paulo, o IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão reuniu milhares de pessoas, em sua maioria psicólogas/os, garantindo mais uma vez a efetivação desse grandioso Congresso da Psicologia em nosso país.

Grandioso não apenas pelo número de pessoas nele presentes. Grandioso porque é realizado pelo conjunto de entidades que organizaram a Psicologia brasileira em sua diversidade e pluralidade. No Congresso, como costumamos chamá-lo, convocamos as/os psicólogas/os por meio das diferentes entidades que compõem o FENPSP (Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira). O Congresso é construído por esse Fórum. Portanto, ele possibilita algo único. Surgindo do compromisso com o encontro e o diálogo entre ciência e profissão, o CBF possibilita o encontro e o diálogo entre psicologias constituídas nos mais diferentes espaços e campos de trabalho, seja em termos de áreas, de teorias, de espaços de atuação ou do território em que se localizam.

As/os psicólogas/os do estado de São Paulo tiveram, mais uma vez, a satisfação de receber o CBF e, com ele, as/os psicólogas/os de todo Brasil. Re-

firmamos, como CRP SP, nosso compromisso com essa Psicologia que, porque se compromete com a construção de um país com vida digna para todos, precisa aprender a dialogar com especificidades que, expressando-se nas diferentes regiões, constituem a subjetividade do povo brasileiro.

Essa edição especial da nossa revista é parte desse compromisso. É preciso registrar as discussões produzidas nesse momento, porque elas falam de uma etapa essencial da construção histórica de nossa profissão e de sua trajetória em nossa sociedade. É preciso fazer chegar a outras/os psicólogas/os um pouco do que esteve presente nesse grande encontro, pelo que esse pouco representa em termos do momento em que chegamos nos avanços da Psicologia como ciência e profissão. É preciso fazer com que esses debates tenham continuidade e que o diálogo entre ciência e profissão se concretize no dia-a-dia do nosso trabalho.



Do conjunto das experiências que foram apresentadas e discutidas, sob as mais diferentes formas (oficinas, simpósios, pôsteres, “como eu faço”, dentre outros), resultou uma agenda importante para a Psicologia. Essa agenda sem dúvida se reflete nos projetos que assumimos como prioritários para a gestão do CRP SP no ano que se inicia. O CRP SP se transforma na medida em que participa desse grande congresso. E se transforma porque pode fazer uma gestão mais atenta àquilo que se apresenta como urgência para os avanços da Psicologia que nossa sociedade necessita.

**XIV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**

MUNDO DO TRABALHO

#30h já Psicologia



Aprovação em comissão da Câmara dos Deputados do projeto que define limite máximo de 30 horas para jornada de profissionais da Psicologia cria expectativa de sua transformação em lei

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou no dia 15 de julho, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3338, que regulamenta a jornada de trabalho de profissionais de Psicologia para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário. O projeto foi apresentado em 2008, com articulação da FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos). Caso não haja apresentação de recurso pelos deputados solicitando votar o PL 3338 em Plenário, ele será encaminhado para sanção presidencial. O CRP SP, refletindo as deliberações do VIII CNP (Congresso Nacional de Psicologia), apoia essa luta sindical.

Aqui, apresenta 30 Razões para esse apoio, que revelam seu compromisso com uma profissão capaz de responder com qualidade às necessidades da população brasileira:

1. Para promover a saúde das/os tra-

várias outras áreas em que psicólogas/os trabalham em equipes multiprofissionais;

7. Para avançar as pautas de redução, equidade e isonomia nas várias áreas nas quais psicólogas/os atuam;

8. Para avançar na defesa da redução geral da jornada de trabalho para todas/os as/os trabalhadoras/es;

9. Para promover a reorganização das jornadas de trabalho, não só em função da quantidade de tempo trabalhado, mas da qualidade do serviço oferecido;

10. Para estimular a combinação de jornadas que podem garantir maior tempo de funcionamento do serviço e diversificação de horários de atendimento, propiciando atendimento a públicos que só teriam acesso aos serviços em horários diferentes dos convencionais;

11. Para reduzir a concentração de fluxos de trabalhadores nos mesmos horários convencionais de en-

vidas profissionais mais longas;

18. Para contribuir com a ocupação de vagas de trabalho formais;

19. Para estimular a contratação de mais profissionais de psicologia e atender a demandas sociais represadas;

20. Para reduzir a rotatividade dos postos de trabalho;

21. Para estimular trabalhadoras/es a se organizarem contra o trabalho precário e descaracterizado;

22. Para estimular trabalhadores a se organizarem e defenderem melhores condições de trabalho profissionalizado;

23. Para reduzir o poder do capital sobre o trabalho e o trabalhador;

24. Para valorizar como o trabalho é feito, e não só seus resultados numéricos;

25. Para se discutir o tamanho do orçamento público e como ele é investido para a prestação de serviços à população, que comumente

2015
2016



2015

Tragédia em Mariana - MG



2015

Lei Complementar nº 150/2015 – Regulamenta a PEC das Domésticas



2016

Impeachment da presidente Dilma Rousseff

Acontecimentos



Sede de soluções

Como a crise hídrica afetou a subjetividade da população, que foi do quase pânico e fatalismo à busca de saídas comunitárias apoiadas em redes que podem mudar a forma como ela se relaciona com os recursos naturais e direitos fundamentais

O s to da Sabesp, a companhia responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto para 264 dos 645 municípios paulistas, contabilizou quase 32 milhões de acessos de 23 de maio de 2014 a 23 de abril deste ano. A surpreendente audiência tem explicação. Em uma de suas páginas, sobre a situação dos mananciais no estado, a empresa mostra os níveis dos seis sistemas que armazenam água em São Paulo: Cantareira, Alto Iteté, Guarapiranga, Alto Coria, Rio Grande e Rio Claro. Nos dois primeiros, a diminuição do volume levou ao uso das chamadas reservas técnicas – os volumes mortos 1 e 2 e, no segundo, o volume extra – tujas águas abaixo do nível de escoamento por gravidade exigem que sejam bombeadas para entrar na linha de produção. De uma hora para outra, verificar a capacidade dos reservatórios virou algo

tão comum quanto perguntar sobre a previsão do tempo.

A consulta disparou a partir de agosto, quando os boatos sobre escassez de água e racionamento iminente deram lugar a declarações de representantes de organizações da sociedade civil, ambientalistas e especialistas defendendo a necessidade de redução imediata dos níveis de consumo a fim de evitar que o sistema entrasse em colapso. Com as eleições batendo às portas, o governo estadual preferiu dizer que não faltaria água em São Paulo e negou que a medida estivesse em cogitação. Mas olhar para o céu pedindo chuva tornou-se um mantra silencioso repetido várias vezes ao dia – pelo cidadão, por gestores e também pelos governantes. Na mídia, a informação oficial ocorreu como verdade: um os sobre o assunto. E quando o governo finalmente veio a público para admitir a gravidade

da crise, apontou o dedo para o consumidor doméstico pedindo que as famílias economizassem água e dizendo que isso seria suficiente para conter a diminuição dos reservatórios até as chuvas de verão reabastecerem as represas. Falhou combinar com São Pedro.

Com a maior estiagem no estado desde 1930, os ânimos se acizaram. Houve quem deprimisse, mas a maioria saiu da zona de conforto. O impacto da crise hídrica na subjetividade da população não surpreendeu Mary Jane Paris Spink, professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC de São Paulo. Em seu artigo "Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano", escrito há um ano, ela já havia abordado a noção de vulnerabilidade socioambiental quando apresentou dados iniciais da



Pela ampliação da idade do brincar

Resgatar o aspecto lúdico no desenvolvimento da criança e do adolescente também é uma forma de proteger o jovem de uma lógica adulta que, em vez de assegurar, suprime garantias fundamentais

A história de Peter Pan o menino que se recusava a crescer, é conhecida. Mas a magia Terra do Nunca em que ele e outras crianças desafiavam as maldades do Capitão Gancho nunca esteve tão longe da Terra da vida real, em que o modelo de competitividade do universo dos adultos invade sem cerimônia o espaço infantil e vem moldando as novas gerações à sua imagem e semelhança. No dia a dia de pouca magia desse mundo em que as obrigações parecem fazer

a isso. E a legislação vigente também. A infância tem como fronteira etária a passagem dos 11 para os 12 anos. E nenhum adolescente pode trabalhar antes de completar 15. O direito ao lazer, de brincar e divertir-se, também está previsto. Com isso procura-se garantir à infância e à juventude proteção para um desenvolvimento físico, mental e intelectual saudáveis.

Cabe à família, à sociedade e ao Estado assegurar tais direitos.

espaços privados que favorecem o isolamento, como os jogos eletrônicos. A rua, nesse contexto, se confunde com um espaço de desatenção, abandono e de perigos.

No texto *Adolescentes em situação de rua*, publicado no caderno *Adolescência & Psicologia - Conceções, práticas e reflexões críticas*, do Conselho Federal de Psicologia em 2002, a psicóloga Sílvia Helena Keller e o psicólogo Lucas Nery afirmam que divertir-se é uma das formas que o jovem tem de

Psicologia todo dia, em todo lugar, e seus processos

Depoimentos de profissionais sobre seus fazeres na página de vídeos do site do CRP-SP já somam mais de 300. Relatos estão organizados de acordo com os processos da profissão e ajudam a dar visibilidade sobre as práticas psi em todas as áreas de atuação.



Psicologia para um TRÂNSITO HUMANIZADO

Especialista em avaliação psicológica dos candidatos a obter habilitação mostra a importância do papel profissional, as conquistas e os desafios da função de perito examinador

A Psicologia passou a exercer papel importante para melhorar as condições do trânsito a partir do aprimoramento do processo que avalia os candidatos a obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que resultou de uma ação conjunta do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Há sete anos, o Contran determinou, por meio da Resolução nº 283/2008, que os testes aplicados aos candidatos sejam realizados apenas por psicólogos/as com especialização em Psicologia do Trânsito. Como desdobramento disso, o CFP aprovou normas e procedimentos para a avaliação psicológica dos candidatos à CNH e condutores de veículos automotores (Resolução nº 007/2009).

A avaliação psicológica segue o roteiro proposto pelo CFP e é aplicada da mesma forma para todos os públicos. Primeiro, o candidato passa por entrevista individual com uma/um psicóloga/o. A entrevista, extensa, visa obter o máximo de informações sobre os traços de personalidade e da rotina do candidato, como forma de avaliar que tipo de pessoa será autorizada a conduzir.

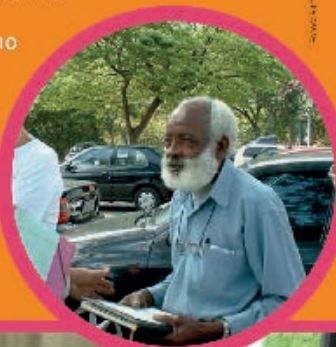
Então, a/o psicóloga/o atua para que a pessoa se sinta mais à vontade antes de fazer os testes escritos, resolvendo eventuais dúvidas que ela manifeste. Essa etapa avalia a personalidade, os tipos de reação de

de condutor amador, para C, de condutor profissional – e renovação para habilitação em casos de atividades remuneradas com o veículo.

A NOVA VELHICE

Oficina de memória e acompanhamento terapêutico são algumas das abordagens que veem o idoso como protagonista do seu lugar social

Seu Lino chegou Passos do Colégio brasileiro por sua filha, que escolheu entre o nome em francês "Seu João, negro e velho" e o português "Lino, velho e preto". Os filhos já não se dá conta das diferenças, no entanto, sua mãe diz que ele tem 20 anos de idade, apesar de ter 80 anos e a idade. Seu Lino nasceu em São Paulo, foi a primeira infância que abstraiu do Telenovela Viva. Tendo como modelo a primeira novela brasileira, ganhou de seu pai o apelido de "Seu Lino" e o respeito de todos. Hoje ele mora em um apartamento em São Paulo, como uma forma de inclusão e de criação de redes de apoio e suporte.



Arquivo de Lino/Arquivo/Arquivo

No início, seu Lino dizia que achava que não tinha muita coisa para contar "já que não era nenhum doutor". Mas, então, ele mudou de ideia e decidiu compartilhar o saber-fazer e a experiência, descrevendo a geotecnologia e psicóloga Patrícia Galvão, que junto com o antropólogo Vitor Brandão e com o português Rui Ávila, criou a Oficina Memória Viva. "É importante fazer de cada um um sujeito o mais forte da face da terra. Simplesmente, sem", declarou Seu Lino ao final das oficinas quando recebeu um livro com as memórias em 15 parágrafos: "relato, abraço, Línia. Não é o que estava ao seu lado. Ele foi criado em sua. He, momento dos Jardins".

Seu Lino e Dona Pércia são duas das 810 milhões de pessoas envelhecidas pelo planeta que têm mais de 60 anos. E esse número só tende a aumentar. De acordo com o IBGE, entre 2010 e 2025 a população brasileira terá crescido cinco vezes. No mesmo período, a população idosa vai ter dobrado em termos. Se em 2010 os idosos na Brasil eram cerca de 15 milhões de pessoas (18% da população total), a expectativa é que esse número chegue a 30 milhões em 2025.

A transição de geracional refere-se a um aumento gradativo da longevidade, o que resulta em uma diminuição das taxas de mortalidade. Há uma maior expectativa de vida no mundo em algumas décadas", explica Maria Tereza, psicóloga, psicanalista e autora do livro "As questões da Gerontologia - Contribuição da Psicologia e da Ação em Memória". "Este fenômeno dá visibilidade à velhice e a torna alvo da atenção das mais diversas áreas. Encontramos-nos neste período de transição", aponta.

A transição não é simplesmente geracional, mas também da própria forma como os idosos vivem na sociedade e são vistos nela. Ao longo dos últimos 100 anos, com o valor da pessoa associado à sua capacidade produtiva, a velhice esteve atrelada a uma imagem de doença e marginalização. Hoje, não se trata mais de um objetivo de contribuir para a construção desta nova imagem da velhice de um idoso que é protagonista na construção da sua própria sociedade, que tem sustentado sua participação política e social, mas tem garantido seus direitos em uma sociedade que deve reconhecer as necessidades reativas e esta fase da vida. Esta velhice tem voz, tem potência, tem enriquecimento social e singularidade.

Junho com o intuito de fortalecer o idoso e de suas demandas, alimenta também a vontade de



Foto: Gabriel Moura

Por uma sociedade sem

MANICÔMIOS

Usuários/os dos serviços de saúde mental vão às ruas junto com trabalhadores em defesa da Reforma Psiquiátrica

Carlos Eduardo Ferreira e Cláudia Valéria Ribeiro, muito mais conhecidos como Michael Pop e Peixinha, desceram no mês de Trianon Mado de mãos dadas – como costumam fazer quando caminham juntos desde que começaram a namorar, quase 14 anos atrás. Quando chegaram na manifestação antimanicomial uma bateria já tocava forte na Av. Paulista,

exigindo a exoneração imediata do psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho, nomeado coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

Escolhido no final do ano passado pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro, Valencius assumiu o lugar de Roberto Tykalar, que coordenava a pasta desde



Filhos da era de direitos

Aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente se tornou a referência de profissões que atuam na atenção à infância e juventude, como a Psicologia, e entra na plenitude da idade adulta sob o desafio de ser efetivamente implementado

de 21 anos de autoritarismo – e menos de dois anos da promulgação da Constituição de 1988 – apelidada de Constituição Cidadã por ser a primeira da história nacional a ser desenhada como um marco de garantias fundamentais e universais.

Segundo o Censo 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha à época 59 milhões de crianças, adolescentes e jovens adultos até 24 anos que representavam 40% da população. Eles nasceram e cresceram num período em que o padrão era negar direitos.

Balanco destaca avanços

A socióloga Denise Cesarão, gerente executiva da Fundação Abrinq – Save the Children, avalia que o ECA é um grande divisor de águas na promoção dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros. A instituição, criada meses antes da aprovação do Estatuto, tem como estratégias o “estímulo e pressão para implementação de ações públicas, fortalecimento de organizações não governamentais e governamentais para prestação de serviços ou defesa de direitos, estímulo à responsabilidade social, articulação política e social na construção e defesa dos direitos e conhecimento da realidade brasileira quanto aos direitos da criança e do adolescente”.

Denise destaca entre os principais

Os brasileiros que no dia 13 de julho completaram 25 anos pertencem à primeira geração nascida sob a promessa de que o país lhes garantiria viver cada fase de suas vidas de acordo com a idade. Como crianças, teriam assegurado o direito de brincar e se divertir. Antes de terem autonomia para fazerem isso sozinhos, na primeira infância, o direito a uma família, que nos anos seguintes os acompanharia e cuidaria – assim como a escola e o Estado, na qualidade de principal zelador desses direitos e de outros: o direito à saúde, ao desenvolvimento pessoal, ao trabalho digno e à igualdade de oportunidades. Em resumo, um claro horizonte apontando para o direito a se construírem como cidadãos plenos.

SER CRIANÇA NA SOCIEDADE DO CONSUMO

O impacto da publicidade infantil na subjetividade da criança é tema para reflexão e ação dos adultos preocupados com a formação de uma consciência crítica

Saída da escola, um menino loiro dá uma mordida na bolacha e olha o relógio. "Que horas são?", pergunta uma criança mais velha. "É hora do Shrek", ele responde, mostrando e elogiando o próprio relógio. "Juntei cinco embalagens de bolacha da linha 'Gulosos' e mais R\$5 e ganhei um relógio do Shrek Terceiro", se exhibe orgulhoso. "São quatro modelos, coleciono" ressoa uma voz em off acompanhada por uma garotinha dançando e sorrindo.

A retirada do ar da propaganda da Bauducco foi resultado da primeira vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tratou do tema da publicidade infantil. Os ministros que julgaram a Ação Civil Pública entenderam que o consumidor não pode ser obrigado a comprar um produto que não deseja para ter acesso a outro, (isso configura venda casada, proibida no Brasil, além de ser um comercial voltado ao público infantil. Além disso, o Ministério Público – que ditou o uso de "capitalismo selvagem" – argumenta que a publicidade infringe o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que veda o uso de verbos no imperativo em propagandas voltadas às crianças. A defesa da Bauducco alega que a promoção era destinada aos adultos.

Para a psicóloga Laís Fontanelle, do projeto Criança e Consumo do Instituto Alana, "esse caso veio com um trabalho de dez anos de luta e sensibilização". O Instituto tem foco na área de infância e debate os malefícios da publicidade, faz um trabalho de articulação jurídica em Brasília e encaminha denúncias recebidas pela sociedade civil. "Ganhamos maior adesão. Esse tema é um problema urgente e não é mais restrito à esfera familiar", observa Laís, lembrando que em 2014 a publicidade infantil foi tema de discussão no Enem.

Regulamentação e denúncias

Nesse mesmo ano de 2014 foi aprovada a Resolução 163 do Conselho Nacional dos



CAPA

Da exclusão ao **EXTERMÍNIO**

A nova Campanha de Direitos Humanos do CRP SP reforça o compromisso que a Psicologia deve ter diante do sofrimento causado por todas as formas de violência do Estado

Desde que o Brasil é Brasil, ou seja, desde que ganhou esse nome após a chegada dos colonizadores europeus, o país vivencia atos de violência cometidos ou autorizados pelo Estado e convive com suas consequências. Que o digam os povos originários e a população negra: as sequelas do sequestro, da escravidão, da tortura e da anulação de sua cultura continuam ocorrendo ainda hoje. Discutir as raízes históricas dessa brutalidade e a maneira como se manifestam no cotidiano atualmente são os focos da nova Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, que tem como mote: "Violência de Estado ontem e hoje; da exclusão ao extermínio". Lançada em outubro durante evento realizado no Auditório do CRP SP, a campanha reitera o compromisso com a cultura de promoção e defesa de Direitos Humanos, que é um dos pilares assumidos recentemente pela psicologia brasileira.

A violência exercida pelo Estado – não apenas aquela exercida pelas forças de segurança pública, mas também a facilitada pelos Poderes constituintes do Estado (gabinetes, órgãos, serviços e políticas) – consegue impactar no cotidiano de indivíduos e coletivos. Não raramente e paradoxalmente, a violência do Estado tenta encontrar justificativa e apoio em discursos e argumentos de defesa de direitos. "Nesse jogo de 'sinais trocados' indivíduos e segmentos sociais são severamente oprimidos em nome da defesa de direitos e da garantia da lei e da ordem", afirma o conselheiro do CRP SP Aristeu Bertelli da Silva, coordenador da Comissão Estadual de Direitos Humanos.

Exemplo disso está nas consequências das estratégias e políticas alinhadas pela lógica da "guerra às drogas", da qual decorre o aumento da apreensão de adolescentes e do encarceramento de populações adultas, além das situações de torturas, maus tratos e estalidade exercida por forças de segurança.

As vivências de sofrimento atrelada a situações de violência de Estado são patentes e observáveis. Muitas pessoas e comunidades guardam em suas subjetividades, memória e história as marcas dessa violência. Diante de uma narrativa que exponha uma situação de violação de direitos, seja na escuta, no atendimento e nos apoios d'ofício ou no exercício de políticas públicas, compete ao ético exercício profissional ser sinal de contradição. As possibilidades de atuação da Psicologia, ciência e profissão, não podem ser resumidas ou traduzidas em conformismo. "Hoje é formosura e beleza do tecido e das roupas quando o rei está nu é o exato jogo de um exercício profissional conformista e da construção de uma ciência acanhada, portanto, alinhada à violência do Estado", diz Aristeu, acrescentando que apontar as incoerências e inconsistências, rom-

As vivências de sofrimento atrelada a situações de violência de Estado são patentes e observáveis. Muitas pessoas e comunidades guardam em suas subjetividades, memória e história as marcas dessa violência

Histórico de defesa dos Direitos Humanos

A conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Elisa Zaneratto Riosa, ressalta que a atual gestão se reconhece como parte de um coletivo que nos últimos anos se posicionou de forma inequívoca pela defesa dos Direitos Humanos e que defende uma Psicologia comprometida com uma sociedade mais democrática e igualitária. Ela relembra que quando assumiu pela primeira vez em 1997 a gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP), uma das primeiras ações desse coletivo foi criar a Comissão Nacional de Direitos Humanos, que começou a atuar em agosto daquele ano.

No ano seguinte a comissão se tornou regular, com isso instituindo que todos os Conselhos Regionais de Psicologia deveriam ter obrigatoriamente Comissões de Direitos Humanos em âmbito estadual. "Percebemos que fortalecer a luta por direitos humanos era uma estratégia que reconhecia a relação entre a Psicologia e o Estado. Colocamos então em pauta a relação entre direitos humanos, ação do Estado e sofrimento humano, bem como seus desdobramentos na dimensão subjetiva", afirma Elisa, acrescentando que a Psicologia comprometida com a dimensão relativa da experiência subjetiva do sofrimento humano tem legitimidade para apontar o modo como o Estado por meio de suas ações garante ou viola direitos humanos e os efeitos desse processo.

Atentos à necessidade de vigilância em relação aos direitos que cabe ao Estado assegurar, o CFP passou a realizar desde 1998 seminários nacionais de Direitos Humanos, além de inspeções nacionais e campanhas que permitiram arjar luz aos efeitos das ações de violações de direitos humanos na subjetividade humana, contribuindo assim para combater essas

Plenários do CRP SP

35 anos de jornal do CRP SP

COMPOSIÇÃO DO III PLENÁRIO - 1980/1982

CONSELHEIROS EFETIVOS

Carmem Lúcia Arruda Rittner
Gerson Roberto Correia
Ghislaine Gliosce da Silva Moreira
Luiz Celso Manço
Luís Otávio de Seixas Queiroz
Moysés Campos de Aguiar Netto
Osmyr Faria Gabbi Junior
Vera Lúcia Colucci
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri

CONSELHEIROS SUPLENTES

Abelardo de Almeida
José Roberto Tozoni Reis
Lazslo Antonio Ávila
Maria Aparecida Couto Cunha
Maria Clotilde Barros Magaldi
Myriam Silveira Vianna
Sérgio Antonio da Silva Leite
Sigmar Malvezzi
Tatiana Wernikoff

COMPOSIÇÃO DO IV PLENÁRIO - 1983/1985

CONSELHEIROS EFETIVOS

Álvaro Trujillo
Elizabeth Batista Pinto
Heloísa Szmanski Ribeiro Gomes
Jane Persinoti
José Sollero Neto
Lorivam Lopes
Maria de Fátima Menezes Ventura
Maria Inez Nunes Romero
Marlene Guirado
Mirsa Elisabeth Dellosi
Mônica Teixeira do Amaral Carneiro
Selma de Souza Bastos
Sueli Duarte Pacífico
Tânia Maria José Aiello Tsu
Yvonne A. Gonçalves Khouri

CONSELHEIROS SUPLENTES

Antônio Waldir Biscaro
Carlos Afonso Marcondes Medeiros
Carlos Rodrigues Ladeia
Denilrrea Pérola A. Paoli Macário
José Paulo Correia Menezes
José Sterza Justo
Luiz Carlos Rodrigues de Lima
Maria Rosa Cavazzani
Marinilza da Costa Moreira da Silva
Marisa Oliveira Sanovicz
Nanci Bühler Letaif
Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos
Silvio Leite da Silva
Vânia Ghirello Garcia
Vera Regina Lignelli Otero

COMPOSIÇÃO DO V PLENÁRIO - 1986/1989

CONSELHEIROS EFETIVOS

Antonio Carlos Simonian dos Santos
Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Carlos Rodrigues Ladeia
José Paulo Correia de Menezes
Maria Benedita Lima Pardo
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Maria Luiza Scrosoppi Persicano
Marlene Guirado
Nanci Bühler
Oscar Armani Filho
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
Rosa Maria Lopes Affonso
Sonia Regina Jubelini
Sueli Duarte Pacífico
Yara Sayão

CONSELHEIROS SUPLENTES

Aicil Franco
Antonio Waldir Biscaro
Brônia Liebesny
Carlos Afonso Marcondes Medeiros
Cenise Monte Vicente
Dayse Cesar Franco Bernardi
Frida Zolty
Maralúcia Arenque Ambrósio
Margareth Martha Arilha Silva
Maria Rosejane Pereira Oliveira
Marina Massi
Regina Célia Canel
Rosely Fátima Sayão
Silvio Leite da Silva

COMPOSIÇÃO DO VI PLENÁRIO - 1989/1992

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ademir Ramos da Silva Filho
Aicil Franco
Ana Lúcia Jackson
Arialdo Germano Júnior
Benedita Antonia Watanabe
Denise A. Bandeira de Melo
Fausto Afonso Duarte
João Carlos Bertoni
José Zula de Oliveira
Maralúcia Arenque Ambrósio
Marlene Bueno Zola
Regina Heloisa Maciel
Selma Regina Paschini
Valter Apolinário Filho
Vera Regina Rodrigues

CONSELHEIROS SUPLENTES

Ana Maria Blanques
Antonio Cesar Frasseto
Beatriz de Paula Souza
Brônia Liebesny
Carolina do Rocio Klomfahs
Frida Zolty
Graça Maria Totaro
Irma Macário
José Alfredo Donizeti Leal
Kathia Nemeth Perez
Luiz Celso Manço
Maurício Lourenção Garcia
Mauro Hollo
Sara Raquel da Silva
Solange Bertolotto

COMPOSIÇÃO DO VII PLENÁRIO - 1992/1995

CONSELHEIROS EFETIVOS

Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Celso Zonta
Cristina Amélia Luzio
Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior
José Roberto Tozoni Reis
Júlio Roberto Groppa Aquino
Leyla Argia Venegas Falsetti
Lígia Valéria Gianni
Márcia Teresinha Arrivabene Sanches Spínola
Maria de Lourdes Kato
Maria Silvia de Mesquita Bolguese
Odair Sass
Vera Lúcia Martins do Vale
Vera Regina Rodrigues
Walter de Paula Pinto Filho

CONSELHEIROS SUPLENTES

Cássia Regina Rodrigues
Celi Denise Cavallari
Cláudia Maria Sodré Vieira
Erane Paladino
Erasmio Miessa Ruiz
Leile Fernandes Silvério
Marília Gonçalves
Maria Elisa Pacheco
Maria Salete Abrão Nunes da Silva
Milton Luís Cardassi - falecido
Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Nelson Antonio Fontes Coutinho
Nilton Júlio de Faria
Othon Vieira Neto
Sérgio Ozella

COMPOSIÇÃO DO VIII PLENÁRIO - 1995/1998

CONSELHEIROS EFETIVOS

Augusto Sérgio Calille
Cláudia Maria Sodré Vieira
Cláudia Medeiros de Castro
Cristina Amélia Luzio
Erane Paladino
Floriano Nuno de Barros Pereira Filho
José Alberto Simões Correia
Marcos Aurélio Colen Leite
Maria Costantini
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Nelson D'Angelo Ribeiro
Othon Vieira Neto
Rosalice Lopes
Sérgio Luis Braghini
Sidnei Celso Corocine

CONSELHEIROS SUPLENTES

Ana Maria Rodrigues de Carvalho
Ana Maria A. Mello
Anita Cecília Lofrano
Armando de Freitas Pinho
Cássia Regina Rodrigues
Cássio Rogério D. Lemos Figueiredo
Dayse Cesar Franco Bernardi
Glória E.B. Pires Von Buettner
Helena M. C. de Moura Hirye
José Roberto Tozoni Reis
Leni Sato
Luis Humberto Sivieri
Nilma Renildes da Silva
Roberto Moraes Salazar
Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro

COMPOSIÇÃO DO IX PLENÁRIO - 1998/2001

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Nicolau Luccas
André Isnard Leonardi
Brônia Liebesny
Carmem Sílvia R. Taverna
Kátia Rubio
Leliane Gliosce Moreira
Lumêna Almeida de Castro Furtado
Odair Furtado
Odette de Godoy Pinheiro
Paulo Roberto de Camargo
Rachel Contrucci Alvim
Rogério Izidro Duran
Sandra Maria Sawaya
Vânia Conselheiro Sequeira
Wanda Maria Junqueira Neves

CONSELHEIROS SUPLENTES

Ana Stella Álvares Cruz
Adalberto Botarelli
Carla Bertuol
Ednilton Santa Rosa
Inêz Guimarães Pistelli
José Siqueira de Britto Lyrá
Márcia Cabral Meirelles
Maria Elisa Marchini Sayeg
Maria Regina Namura
Mariangela Aoki
Milton Baldon
Rafaela Cocchiola
Sérgio Ozella
Valéria Pereira

COMPOSIÇÃO DO X PLENÁRIO - 2001/2004

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Mercês Bahia Bock
André Isnard Leonardi
Élcio dos Santos Sequeira
Emília Estivalet
Inêz Guimarães Pistelli
Kátia Rubio
Leliane Maria Aparecida Gliosce Moreira
Elcimara Meire da Rocha Mantovani
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Mariângela Aoki
Rachel Contrucci Alvim
Rafaela Aparecida Cocchiola
Rogério Izidro Duran
Sérgio Antonio da Silva Leite
Wanda Maria Junqueira de Aguiar

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adalberto Botarelli
Ana Gabriela Pedosa Andriani
Ana Paula Pereira Jardim
Carla Bertuol
Chica Hatakeyama Guimarães
Débora Cristina Fonseca
Ednilton José Santa Rosa
Eliana Aparecida Moura Silveira
Elisa Zaneratto Rosa
Fátima Regina Riani Costa Taino
João Bosco Alves de Sousa
Jorge Broide
Maria José Medina da Rocha Berto
Marilda Castelar
Vânia Conselheiro Sequeira

COMPOSIÇÃO DO XI PLENÁRIO - 2004/2007

CONSELHEIROS EFETIVOS

Andréa Torres
Chica Hatakeyama Guimarães
Débora Cristina Fonseca
Elcimara Meire da Rocha Mantovani
Élcio dos Santos Sequeira
Elisa Zaneratto Rosa
Fátima Regina Riani Costa Taino
José Roberto Heloani
Lúcia Fonseca de Toledo
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Maria Ermínia Ciliberti
Maria José Medina da Rocha Berto
Marilene Proença Rebello de Souza
Patrícia Garcia de Souza

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adriana Eiko Matsumoto
Ana Paula Pereira Jardim
Andréia de Conto Garbin
Carmem Silva Rotondano Taverna
Daniela Fogagnoli
Elda Varanda Dunley Guedes Machado
Lumena Celi Teixeira
Maria Izabel do Nascimento Marques
Oliver Zancul Prado
Sandra Elena Sposito
Sueli Ferreira Schiavo
Valéria Castro Alves Cardoso Penachini
Vera Lúcia Fasanella Pompílio
Vera Sonia Mincoff Menegon
Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

COMPOSIÇÃO DO XII PLENÁRIO - 2007/2010

CONSELHEIROS EFETIVOS

Andréia De Conto Garbin
Carla Biancha Angelucci
Elda Varanda Dunley Guedes Machado
José Roberto Heloani
Lúcia Fonseca de Toledo
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Maria de Fátima Nassif
Maria Ermínia Ciliberti
Maria Izabel do Nascimento Marques
Mariângela Aoki
Marilene Proença Rebello de Souza
Patrícia Garcia de Souza
Sandra Elena Sposito
Vera Lúcia Fasanella Pompílio

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adriana Eiko Matsumoto
Beatriz Belluzzo Brando Cunha
Carmem Silvia Rotondano Taverna
Fábio Silvestre da Silva
Fernanda Bastos Lavarello
Leandro Gabarra
Leonardo Lopes da Silva
Lilian Martins da Silva
Luciana Mattos
Luiz Tadeu Pessutto
Lumena Celi Teixeira
Maria de Lima Salum e Morais
Oliver Zancul Prado
Sílvia Maria do Nascimento
Sueli Ferreira Schiavo

COMPOSIÇÃO DO XIII PLENÁRIO - 2010/2013

CONSELHEIROS EFETIVOS

Carla Biancha Angelucci
Ana Ferri de Barros
Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini
Fabio Souza Santos
Fernanda Bastos Lavarello
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Camara
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
Leandro Gabarra
Maria de Fátima Nassif
Maria Orlene Daré
Mariângela Aoki
Patrícia Unger Raphael Bataglia
Teresa Cristina Lara de Moraes

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alacir Villa Valle Cruces
Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo
José Ricardo Portela
Leonardo Lopes da Silva
Lilian Martins da Silva
Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Luiz Tadeu Pessutto
Makilim Nunes Baptista
Marília Capponi
Marly Fernandes dos Santos
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Roberta Freitas Lemos
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini
Teresa Cristina Endo

COMPOSIÇÃO XIV PLENÁRIO - 2013/2016

CONSELHEIROS EFETIVOS

Adriana Eiko Matsumoto
Aristeu Bertelli da Silva
Elisa Zaneratto Rosa
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Camara
Guilherme Luz Fenerich
Ilana Mountian
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
José Agnaldo Gomes
Luís Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Maria Ermínia Ciliberti
Marília Capponi
Moacyr Miniussi Bertolino Neto

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alacir Villa Valle Cruces
Bruno Simões Gonçalves
Camila de Freitas Teodoro
Dario Henrique Teófilo Schezzi
Gustavo de Lima Bernardes Sales
Jonathas José Salathiel da Silva
Lívia Gonsalves Toledo
Maria das Graças Mazarin de Araujo
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso
Regiane Aparecida Piva
Sandra Elena Sposito
Sergio Augusto Garcia Júnior
Sívio Yasui

Créditos

CRP SP - XIV PIENÁRIO (2013/2016)

DIRETORIA

Elisa Zaneratto Rosa - Presidente
Adriana Eiko Matsumoto - Vice-presidente
José Agnaldo Gomes - Secretário
Guilherme Luz Fenerich - Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Aristeu Bertelli da Silva
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Camara
Ilana Mountian
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
Luís Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Maria Ermínia Ciliberti
Marília Capponi
Moacyr Miniussi Bertolino Neto

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alacir Villa Valle Cruces
Bruno Simões Gonçalves
Camila de Freitas Teodoro
Dario Henrique Teófilo Schezzi
Gustavo de Lima Bernardes Sales
Jonathas José Salathiel da Silva
Lívia Gonsalves Toledo
Maria das Graças Mazarin de Araujo
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso
Regiane Aparecida Piva
Sandra Elena Sposito
Sergio Augusto Garcia Júnior
Silvio Yasui

ORGANIZAÇÃO DO CATÁLOGO

Carmem Silvia Taverna
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Odette de Godoy Pinheiro

GERENTE GERAL

Diogenes Pepe

PROJETO GRÁFICO

Micael Melchades - CRP SP

EQUIPE TÉCNICA

CEDOC - Centro de Documentação do CRP SP
CREPOP SP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
Departamento de Comunicação do CRP SP

FOTOS

Alan Marques/Folhapress
Aldo Carneiro/Folhapress
Ana Carolina Fernandes/Folhapress
Caetano Barreira/Fotoarena/Folhapress
Charles Sholl/Futura Press/Folhapress
Davi de Barros/Folhapress
Dorivan Marinho/Fotoarena/Folhapress
Eder Chiodetto/Folhapress
Eduardo Knapp/Folhapress
Fernando Donasci/Folhapress
Fernando Santos/Folhapress
Fernando Soutello/AGIF/Folhapress
Hugo Cordeiro/Folhapress
Hugo Cordeiro/Photograph/Nitro/Folhapress
Jorge Araújo/Folhapress
Luciana Whitaker /Folhapress
Lula Marques/Folhapress
Marinaldo Araujo/CPDOC JB/Folhapress
Mila Petrilo/Folhapress
Ormuzd Alves/Folhapress
Satiro Sodré/Agif/Folhapress
Satiro Sodré/Agif/Folhapress
Sérgio Lima/Folhapress
Tadashi Nakagomi/Folhapress



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.

www.crpssp.org.br



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

www.crpssp.org.br

Rua Arruda Alvim, 89, São Paulo, SP
11 3061-9494 / 11 3061-0306